



MUNICÍPIO DE ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Elias Estevão Colnago, nº 65 - Centro - Itarana/ES
Telefone: (27) 3720 - 4900
<https://www.itarana.es.gov.br/portal/>

Pág. 1
003266/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PROTOCOLO DO PROCESSO
003266/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:

<https://gpi01.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=152B26B45E6E10E42A0A3244A9CA2C85&idFunc=5B69B9CB83065D403869739AE7F0995E&idEcm=d989b745-fe31-4023-9aeb-f4bf4d52e515>

Chave de acesso: [d989b745-fe31-4023-9aeb-f4bf4d52e515](#)

AUTUADO EM	Segunda-feira, 14 de Julho de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	PROTOCOLO E ARQUIVO
AUTUADO POR	Cristiani Januth Perin
INTERESSADO (S)	
SEMED- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

RESUMO

*SEMED/2025/JULHO/AQUISIÇÃO DE MÓBILIARIO ESCOLAR -
MATERIAL PERMANENTE DADO COMO DESERTO*

DATA:14/07/2025

Assinado por Cristiani Januth Perin 199.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 13:16:23





DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.1. ÁREA REQUISITANTE:

Secretaria Municipal de Educação.

1.2. DATA PREVISTA PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

A data prevista para conclusão dessa contratação será o dia **31 de julho de 2025**.

1.3. DESCRIÇÃO SUCINTA DO OBJETO:

1.3.1 Aquisição de Mobiliário Escolar – Material Permanente para atender as Unidades Educacionais.

1.3.2 Ressalta-se que os itens solicitados constam na lista de material permanente do processo anterior, o qual foi finalizado com **itens desertos**, ou seja, sem propostas válidas por parte dos fornecedores participantes. Dessa forma, a nova tentativa de aquisição busca dar continuidade ao planejamento da Secretaria de Educação para equipar adequadamente as unidades escolares, respeitando os critérios de padronização e durabilidade exigidos para bens permanentes.

1.4. PRIORIDADE:

A contratação tem grau de prioridade alta.

1.5. JUSTIFICATIVA DE PRIORIDADE:

1.5.1 A presente aquisição tem como proposta suprir a demanda de mobiliário escolar das Unidades Educacionais, garantindo melhores condições de atendimento aos estudantes e profissionais da educação, com vistas à melhoria da qualidade do ambiente escolar. Todo o mobiliário a ser adquirido constitui ferramenta de trabalho de uso diário, sendo indispensável para a adequada prestação dos serviços educacionais, especialmente no atendimento direto aos alunos, principais beneficiários da ação.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

Aquisição de material permanente escolar com o objetivo de atender à demanda interna das áreas administrativa e pedagógica, bem como às necessidades dos funcionários, visando à melhoria da estrutura física da unidade. A iniciativa busca garantir um ambiente





de trabalho devidamente equipado, oferecendo suporte completo para o pleno desempenho das atividades.

3. OBJETO DA AQUISIÇÃO:

3.1 Aquisição de Mobiliário Escolar no valor total de **R\$ 272.155,91 (duzentos e setenta de dois mil e cento e cinquenta de cinco reais e noventa e um centavos)**.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS - Equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do INMETRO, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; Possui pés fixos; Corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; Voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. Dimensões do produtos: Altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	05
2	CASA DE BONECAS - Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	15
3	CENTRÍFUGA DE FRUTAS - Volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • Tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • Filtro em aço inox. • Lâminas e peneira em aço inox. • Copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • Trava de segurança. • Com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • Base firme com pés antidesslizantes (ventosa). • Motor com potência mínima de 700W. • Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V ou bivolt. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	01





4	ESCORREGADOR GRANDE – Selo do INMETRO • Peças multicoloridas • Não tóxico • Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. • Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • Corrimão incorporado à própria escada. • Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. Dimensões mínimas: Largura: 42cm; • Altura mínima: 1,5m; • Comprimento: 3m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	25
5	ESPRESSADOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS - Espressador automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • Gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • Copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • Copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. • Jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • Base antiderrapante. • Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. • Cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	01
6	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO - • Fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 76,9cm X 59,7cm X 85,8cm. Possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.	03
7	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES - Capacidade mínima do forno: 50 litros. CARACTERÍSTICAS DO FOGÃO. • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 95x60,5x50cm. Possui mesa in, puxador de alumínio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.	05
8	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L - Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros. • Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de	05





	temperatura por termostato • Temperatura no mínimo, entre 0°C a -18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões: 1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática.	
9	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS - Refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. Temperatura de operação: entre +1 °C e +7°. Gabinete com quatro portas. Conta com 4 prateleiras aramadas reguláveis, com estrutura monobloco. Acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. Possui pés niveladores ajustáveis. Refrigeração em ar forçado com serpentina aletada. Controlador de temperaturas eletrônico digital, com indicador de temperatura de degelo automático natural. Dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura:2030mm. Tensão: 127 ou 220.	06
10	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG - Com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56Px48,3Lx97A; Tensão:110v. Com garantia de 12 meses ou superior.	20
11	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO - Troca de refil. Tensão: 110V. Dimensões: 38x32x46cm. Filtro ecológico. Refrigeração por compressor. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	15

4. RESPONSÁVEIS PELA CONTRATAÇÃO:

Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram a Secretária Municipal de Educação, ALINE CHIABAI COSTA FRANCO, Portaria n.º 005/2025 e a servidora CRISTIANI JANUTH PERIN, Auxiliar Administrativo, Matrícula: 007255.

5. ACOMPANHAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

A fiscalização da contratação será exercida pela Servidora, Cristiani Januth Perin cargo de Auxiliar Administrativo, matrícula 007255, sendo a sua substituta, Roberta Müller Ferreira cargo de Agente Administrativo, matrícula 003366, nas ausências e nos impedimentos eventuais e regulamentares, o Gestor do contrato será a Secretária Municipal de Educação.

5. DA ELABORAÇÃO





5.1 Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

I - Elaboração de especificação: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255

II - Elaboração de quantitativo: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255

III - Elaboração de estudo técnico preliminar: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255

IV - Aprovação da especificação, do quantitativo e do estudo técnico preliminar: Aline Chiabai Costa Franco – Portaria Nº 005/2025.

Assinado por Cristiani Januth Perin 199.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 13:52:48

CRISTIANI JANUTH PERIN

Auxiliar Administrativo

Matrícula n.º 007255

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO 088.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 14:23:50

ALINE CHIABAI COSTA FRANCO

Secretária Municipal de Educação

Portaria n.º 005/2025





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES ESCOLARES DADOS COMO DESERTOS.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

1.1 Considerando que a finalidade da Secretaria Municipal de Educação é oferecer uma Educação focada na qualidade, promovendo um ensino de excelência, primada pelo desenvolvimento e formação humana do educando transformando a escola em uma prática regular de vivências que promovem a cidadania, a equidade, a inclusão.

1.2 Considerando que a educação é um corpo que deve trabalhar de forma harmônica e empenhada no alcance dos objetivos de aprendizagem e que esse processo não é movido apenas pelos recursos humanos, mas também em recursos materiais necessitando de investimentos que viabilizem o processo educacional.

1.3 Considerando que é necessário promover mecanismos de investimento no ambiente físico das escolas, não só na estruturação das salas de aula, mas também na formação de bibliotecas, laboratórios, assim como nos setores administrativo, pedagógico.

1.4 A aquisição de materiais permanentes justifica-se na razão de ser o acervo básico para funcionamento da escola, para que o processo educacional ocorra sem empecilhos, a aquisição tem como intento solucionar os problemas relacionados às condições físicas do ambiente escolar de modo a possibilitar melhor condição laboral para os servidores e melhores condições de ensino aos alunos.

1.5 A aquisição visa suprir uma necessidade antiga da população, adequando o ambiente de trabalho para os profissionais de um modo geral atuem com maior eficiência, garantindo meios para que as unidades educacionais alcancem indicadores máximos de aprendizagem, importantes para o desenvolvimento e progresso do nosso município.

1.6 Ressalta-se que este processo é uma continuidade de um procedimento anterior, que precisou ser refeito em razão de alguns itens terem sido **declarados desertos**, demandando a reformulação das descrições para viabilizar a nova contratação.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DO PCA.

2.1 A aquisição dos itens, descritos abaixo, não está prevista no PCA deste ano, porém é respaldada pelo objeto solicitado pertencer a uma linha específica, destinados ao uso de recursos vinculados à Educação, tais como: VAAR (Valor Aluno Ano Resultado); Salário Educação; TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº202300014; TERMO DE COMPROMISSO - EMENDA PARLAMENTAR – FNDE e TERMO DE COMPROMISSO - EMENDA PARLAMENTAR – FNDE.

3. DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO.

3.1. A definição criteriosa dos requisitos da contratação é fundamental para assegurar a adequação da solução adquirida às necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Itarana-ES. Os requisitos devem ser precisos e viáveis, garantindo qualidade e desempenho adequados, além de incorporar práticas de sustentabilidade em consonância com as legislações e regulamentações vigentes, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável e responsável. A clareza e a pertinência destes requisitos são essenciais para que a solução escolhida pelo processo licitatório atenda plenamente às demandas pública, conforme estabelecido pela Lei 14.133.



3.1.1. Requisitos Gerais:

- a) Conformidade com as especificações técnicas e de qualidade estipuladas pela Secretaria Municipal de Educação para cada item a ser adquirido, assegurando a eficiência e a efetividade no uso cotidiano pelo órgão público.
- b) Capacidade de fornecimento dentro do prazo definido no edital, considerando a quantidade exigida para evitar descontinuidade no atendimento à população.
- c) Suporte técnico e manutenção garantidos durante o período de garantia mínimo estabelecido, assegurando a durabilidade e o funcionamento adequado dos equipamentos.
- d) Facilidade de uso e manutenção dos equipamentos e materiais permanentes, possibilitando que os funcionários manuseiem e conservem devidamente os bens adquiridos.

3.1.2. Requisitos Legais:

- a) Atendimento à legislação vigente, particularmente à Lei 14.133, que regula o processo de licitações e contratos administrativos pertinentes às aquisições públicas.
- b) Observância de normas técnicas brasileiras aplicáveis e regulamentos específicos relacionados aos equipamentos e materiais permanentes.
- c) Cumprimento de padrões mínimos de segurança e ergonomia, garantindo a proteção dos usuários e operadores.
- d) Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor (CDC): Regula as relações de consumo, aplicando-se às contratações públicas para proteção do consumidor final, estabelece garantias contra defeitos e vícios de produtos, assegurando o direito à troca, reparação ou devolução.
- e) Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet: Aplica-se caso haja integração de produtos com funcionalidades conectadas à internet, assegurando direitos e deveres relacionados à privacidade e segurança da informação.
- f) Portarias do INMETRO: Regulamentam certificações de conformidade para segurança, desempenho e eficiência energética de diversos produtos; A conformidade com as portarias do INMETRO é obrigatória para comercialização de materiais permanentes no Brasil.
- g) Normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas): Aplicam-se conforme o tipo de material permanente, estabelecendo requisitos de segurança, desempenho, ergonomia e qualidade; A observância das normas ABNT é recomendada para assegurar conformidade técnica e segurança dos produtos adquiridos.

3.1.3. Requisitos de Sustentabilidade:

- a) Preferência por equipamentos econômicos no consumo de energia elétrica e recursos hídricos, visando à redução do impacto ambiental e à economia de recursos públicos.
- b) Materiais confeccionados com substâncias de baixo impacto ambiental, recicláveis ou provenientes de reciclagem, promovendo a responsabilidade socioambiental.
- c) Adoção de práticas sustentáveis no processo de produção dos materiais e equipamentos, bem como na sua embalagem e transporte.

3.1.4. Requisitos da Contratação:

- a) Garantia da adequada relação custo-benefício, avaliando o ciclo de vida dos equipamentos e materiais permanentes, sua durabilidade e os gastos com manutenção.
- b) Comprovação da origem lícita dos bens, com a apresentação de notas fiscais e demais documentos fiscais exigidos para a regularização da compra.
- c) Aptidão para atender integralmente todas as especificações técnicas definidas no edital, sem prejuízo ao caráter competitivo do certame.

3.2. Na formulação dos requisitos aqui relacionados, buscou-se resguardar a função pública sem sobrepor exigências desnecessárias que possam restringir a competitividade.



Enfatiza-se a necessidade de os requisitos serem cumpridos para que a solução escolhida não apenas responda às necessidades imediatas do órgão solicitante, mas também contribua para a sustentabilidade ambiental, econômica e social, em alinhamento com as políticas públicas e bem-estar da população.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES.

4.1 De acordo com o levantamento da Secretaria Municipal De Educação, o quantitativo a ser contratado será baseado nas seguintes quantidades e especificações:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANTIDADE
1	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS - Equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do INMETRO, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; Possui pés fixos; Corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; Voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. Dimensões do produtos: Altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	05
2	CASA DE BONECAS - Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	15
3	CENTRÍFUGA DE FRUTAS - Volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • Tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • Filtro em aço inox. • Lâminas e peneira em aço inox. • Copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • Trava de segurança. • Com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • Base firme com pés antidesslizantes (ventosa). • Motor com potência mínima de 700W. • Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V ou bivolt. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	01
4	ESCORREGADOR GRANDE - Selo do INMETRO • Peças multicoloridas • Não tóxico • Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer	25



	à inclinação estabelecida em norma vigente. • Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • Corrimão incorporado à própria escada. • Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. Dimensões mínimas: Largura: 42cm; • Altura mínima: 1,5m; • Comprimento: 3m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	
5	ESPRESSO COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS - Espressor automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • Gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • Copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • Copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. • Jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • Base antiderrapante. • Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. • Cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	01
6	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO - • Fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 76,9cm X 59,7cm X 85,8cm. Possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.	03
7	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES - Capacidade mínima do forno: 50 litros. CARACTERÍSTICAS DO FOGÃO. • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 95x60,5x50cm. Possui mesa in, puxador de alumínio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.	05
8	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L - Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros. • Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato • Temperatura no mínimo, entre 0°C a -18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões: 1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática.	05
9	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS - Refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático	06



	natural. Temperatura de operação: entre +1 °C e +7°. Gabinete com quatro portas. Conta com 4 prateleiras aramadas reguláveis, com estrutura monobloco. Acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. Possui pés niveladores ajustáveis. Refrigeração em ar forçado com serpentina aletada. Controlador de temperaturas eletrônico digital, com indicador de temperatura de degelo automático natural. Dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura: 2030mm. Tensão: 127 ou 220.	
10	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMÁTICA, 10KG - Com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56Px48,3Lx97A; Tensão: 110v. Com garantia de 12 meses ou superior.	20
11	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO - Troca de refil. Tensão: 110V. Dimensões: 38x32x46cm. Filtro ecológico. Refrigeração por compressor. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	15

5.0 LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1 O Levantamento de mercado, consiste na análise das alternativas possíveis, e na justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

5.2 Após a verificação dos requisitos da contratação (apresentados no item anterior), a Secretaria de Educação de Itarana realizou o levantamento de mercado e identificou características:

I – O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;

II – Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

III – Existe a possibilidade de alguns dos bens demandados serem supridos por meio de doação, contudo esta Secretaria Municipal de Educação não dispõe de conhecimento sobre instituições doadoras e desconhece regulamento Institucional que aborde esta temática;

IV - Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada, cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido;

V - Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

VI - A aquisição dos materiais, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.

VII - Verifica-se a ampla disponibilidade de Empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

Solução 1: Aquisição por Pregão Eletrônico

Utilização do pregão eletrônico como modalidade de licitação para aquisição dos materiais permanentes, permitindo ampla concorrência e melhores preços.



Prós:

Maior competitividade e transparência no processo licitatório.
Possibilidade de participação de fornecedores de outras regiões.

Contras:

Necessidade de especificações técnicas detalhadas para evitar aquisições inadequadas.
Exige infraestrutura tecnológica e equipe capacitada para operar o sistema.

Solução 2: Chamamento Público para Credenciamento de Fornecedores

Realização de chamamento público para credenciamento de fornecedores de materiais permanentes, permitindo a escolha conforme a necessidade específica.

Prós:

Processo transparente e competitivo.
Flexibilidade na escolha de fornecedores conforme demanda.

Contras:

Exige rigoroso controle de qualidade dos produtos entregues.
Necessidade de gestão contínua dos credenciamentos e contratos.

Solução 3: Consórcio Intermunicipal para Aquisição Conjunta

Municípios vizinhos realizam a aquisição conjunta de materiais permanentes, otimizando custos e padronizando os itens utilizados nas unidades educacionais.

Prós:

Economia de escala com preços mais vantajosos.
Padronização dos materiais nas unidades educacionais da região.

Contras:

Necessidade de alinhamento e planejamento conjunto entre os municípios.
Complexidade na gestão logística e de contratos intermunicipais

Neste panorama, e tendo em vista o objetivo de aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Secretaria Municipal de Educação, a contratação direta com fornecedores, mediante um processo licitatório conduzido de forma transparente e competitiva, conforme ditado pela Lei 14.133/21, parece ser a abordagem que melhor atende às necessidades da contratação, pois permite um maior controle sobre as especificações técnicas dos produtos e assegura a conformidade com os padrões de qualidade e desempenho exigidos para o setor de saúde.

6. ESTIMATIVA DO VALOR.

6.1 Essa estimativa de preços preliminar visa à análise de sua viabilidade. A pesquisa de preços mercadológica será realizada pelo Setor de Compras, com vistas ao ajuste do preço,



que serão disponibilizados para efeito de classificação e contratação.

6.2 Na escolha da modalidade licitatória levou-se em conta o intuito de identificar as soluções existentes no mercado nacional que atendam aos requisitos estabelecidos para tanto, aspectos relativos a economicidade, eficácia, eficiência, padronização, sustentabilidade e qualidade.



Secretaria Municipal de Educação

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MEDIDA	QUANTIDADE E ESTIMADA	Preço 1 (R\$)	Preço 2 (R\$)	Preço 3 (R\$)	MÉDIA DOS PREÇOS	VALOR ESTIMADO TOTAL
01	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS - Equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do INMETRO, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; Possui pés fixos; Corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; Voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. Dimensões do produtos: Altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	UN	05	2.654,44	2.949,90	2.389,00	2.664,45	13.322,25
02	CASA DE BONECAS – Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m;	UN	15	8.999,00	8.139,60	7.909,20	8.349,27	125.239,05



Secretaria Municipal de Educação

	Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.							
03	CENTRÍFUGA DE FRUTAS - Volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • Tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • Filtro em aço inox. • Lâminas e peneira em aço inox. • Copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • Trava de segurança. • Com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • Base firme com pés antideslizantes (ventosa). • Motor com potência mínima de 700W. • Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V ou bivolt. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UN	01	899,99	799,99	906,94	868,97	868,97
04	ESCORREGADOR GRANDE - Selo do INMETRO • Peças multicoloridas • Não tóxico • Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. • Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • Corrimão	UN	25	1.299,00	1.299,00	1.679,00	1.425,67	35.641,75



Secretaria Municipal de Educação

	incorporado à própria escada. • Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. Dimensões mínimas: Largura: 42cm; • Altura mínima: 1,5m; • Comprimento: 3m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.							
05	ESPRESSADOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS - Espressador automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • Gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • Copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • Copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. • Juego de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • Base antiderrapante. • Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. • Cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UN	01	139,65	163,10	169,00	157,25	157,25
06	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO - • Fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • Com um	UN	03	1.210,12	1.059,00	1.289,90	1.186,34	3.559,02



Secretaria Municipal de Educação

	forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 76,9cm X 59,7cm X 85,8cm. Possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.							
07	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES - Capacidade mínima do forno: 50 litros. CARACTERÍSTICAS DO FOGÃO. • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 95x60,5x50cm. Possui mesa in, puxador de alumínio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.	UN	05	712,90	853,50	799,00	788,47	3.942,35
08	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L - Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros. • Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato • Temperatura no mínimo, entre 0°C a - 18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões:	UN	05	3.889,90	4.559,99	4.234,56	4.228,15	21.140,75



Secretaria Municipal de Educação

	1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática.							
09	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS - Refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. Temperatura de operação: entre +1 °C e +7°. Gabinete com quatro portas. Conta com 4 prateleiras aramadas reguláveis, com estrutura monobloco. Acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. Possui pés niveladores ajustáveis. Refrigeração em ar forçado com serpentina aletada. Controlador de temperaturas eletrônico digital, com indicador de temperatura de degelo automático natural. Dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura:2030mm. Tensão: 127 ou 220.	UN	06	7.496,99	7.877,61	7.899,00	7.757,87	46.547,22
10	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG - Com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56Px48,3Lx97A; Tensão:110v. Com garantia de 12 meses ou superior.	UN	20	549,90	499,00	547,90	532,27	10.645,40
11	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO - Troca de refil. Tensão: 110V. Dimensões: 38x32x46cm. Filtro ecológico. Refrigeração por compressor. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação	UN	15	669,99	819,40	729,00	739,46	11.091,90



Secretaria Municipal de Educação

	da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.							
--	--	--	--	--	--	--	--	--



6.2. Deste modo, como tendo como parâmetro as pesquisas de preços realizadas, tem-se que o valor médio estimado, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de **R\$ 272.155,91 (duzentos e setenta e dois mil e cento e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos)**.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

7.1 A aquisição de materiais permanentes justifica-se na razão de ser o acervo básico para funcionamento da escola, para que o processo educacional ocorra sem empecilhos, a aquisição tem como intento solucionar os problemas relacionados às condições físicas do ambiente escolar de modo a possibilitar melhor condição laboral para os servidores e melhores condições de ensino aos alunos. O fornecimento de material permanente escolar tem como objetivo garantir meios para que a unidade alcance resultados satisfatórios nas metas de aprendizagem.

7.2 A solução proposta para suprir a necessidade das unidades escolares é a aquisição de material permanente devendo os produtos estarem em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e de outras normas regulamentadoras de segurança e regramentos aplicáveis a estes objetos.

7.3 Baseado no histórico de contratações desta unidade gestora, **o Pregão eletrônico, é a modalidade recomendada** para futura e eventual contratação de empresas na aquisição dos materiais permanentes, no **Sistema de Registro de Preços**. Devendo ser considerada a solução indicada, pois adequa-se à realidade da Secretaria Municipal de Educação e suas unidades educacionais.

7.4 De acordo com a estimativa preliminar de preços opina-se pela modalidade **Pregão eletrônico como solução para contratação**, deve-se levar em conta que a unidade gestora da Secretaria Municipal de Educação é a Prefeitura Municipal de Itarana, cabendo a ela a administração dos recursos orçamentários e a gestão das aquisições.

7.5 Os bens a serem adquiridos se enquadram como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, consoante Lei nº 14.133/21.

7.6 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo.

7.7 O início da vigência contratual será contado do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES - <https://ioes.dio.es.gov.br/dom>, encerrando-se em 12 (doze) meses.

7.8 Foi realizada pesquisa/levantamento de mercado **conforme anexo I**, com consulta de preço em sites que comercializam estes produtos, retirando deles uma estimativa média de preço unitário, do qual somando-se resultou um valor total de **R\$ 272.155,91 (duzentos e setenta e dois mil e cento e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos)**.

8. PARCELAMENTO DO OBJETO.

8.1 Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

8.2 Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

8.3 O parcelamento da solução refere-se à licitação realizada por item, sempre que o objeto for divisível, não haja prejuízo da solução, permita ampla participação de licitantes.



Neste contexto, entende-se que a presente aquisição deverá ser organizada por itens individuais de modo que seja ampliado a fase de disputa entre os licitantes.

8.4 O critério de julgamento para a contratação será o de **"MENOR PREÇO POR ITEM"**.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS.

9.1 A aquisição do objeto tem como principais objetivos: economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, de forma a atender à necessidade da contratação; - Dispor de materiais que possuam custo benefício otimizado; - Garantir níveis satisfatórios de qualidade de forma a suprir as necessidades.

9.2 Com a presente aquisição pretendemos garantir que o corpo docente das unidades escolares possua todas ferramentas e condições adequadas para os que os professores possam promover o processo educacional de maneira adequada visto que é essencial cada escola possuir um completo acervo de trabalho que possibilite os profissionais atuarem de forma satisfatória. Um bom acervo de trabalho permite conduzir os alunos ao nível máximo de aprendizagem, meta tão desejada pelo corpo educacional do nosso município.

9.3 O investimento na aquisição de ferramentas de trabalho, seja ele material permanente, material de consumo, material pedagógico, material didático, etc. Faz parte do conjunto de ações adotadas pela Secretaria Municipal de Educação para aumento dos índices educacionais. É através do resultado alcançado no aumento dos indicadores de aprendizagem que o Município recebe repasses e recursos do governo para que possamos continuar promovendo melhorias nas metas de aprendizagem.

10. PROVIDENCIAS A SEREM ADOTADAS.

10.1 A futura contratação não resultará em nenhum empecilho, estando em acordo com as leis vigentes para o fim permitido uma vez que se trata de objeto que visa modernizar e equipar as escolas, além de compreender uma necessidade antiga requerida constantemente pela comunidade sendo possível atende-la nesta gestão.

10.2 A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução na entrega do objeto conforme especificações de prazo, quantidade e local de entrega constante no edital.

10.3 O objeto em questão trata-se de material permanente.

10.4 Quanto ao ambiente físico da unidade escolar não há nenhuma necessidade de adaptação direta neste para adequá-lo aos produtos adquiridos.

10.5 Previsão em lei orçamentária: Certifique-se de que os recursos necessários para a contratação estejam previstos no orçamento anual aprovado.

10.6 Plano Plurianual e LDO: Verifique se o objeto está alinhado com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

10.7 Treinamento e/ou orientação dos servidores envolvidos no planejamento, contratação e fiscalização, assegurando que conheçam as exigências da Lei 14.133/2021.

10.8 Documentação da exclusividade e outras: Caso o objeto seja fornecido exclusivamente por um único ente ou consórcio, apresente declaração formal que comprove a exclusividade.

10.9 Elaboração de minuta do edital: Preparação do documento que regulamentará a licitação, contendo as regras, critérios de participação e julgamento, além das condições para a contratação, conforme a Lei 14.133/2021.



10.10 Realização de certificação de disponibilidade orçamentária: Verificação de que há recursos financeiros previstos e suficientes para suportar a despesa decorrente da contratação.

10.11 Designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso): Nomeação oficial dos responsáveis pela condução do processo licitatório, garantindo a competência e a formalidade exigidas pela legislação.

10.12 Elaboração de minuta do contrato: Desenvolvimento do instrumento contratual, com detalhamento das obrigações das partes, prazos, valores, penalidades e demais cláusulas essenciais.

10.13 Encaminhamento do processo para análise jurídica: Submissão dos documentos ao setor jurídico para verificar a conformidade com a legislação e prevenir eventuais riscos ou inconsistências.

10.14 Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados: Avaliação do parecer jurídico emitido e realização das correções ou adequações necessárias, formalizadas em Nota Técnica para o registro no processo.

10.15 Publicação e divulgação do edital e anexos: Disponibilização oficial do edital e de seus anexos nos canais competentes, garantindo publicidade, ampla concorrência e transparência no processo.

10.16 Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável: Fornecimento de respostas fundamentadas às dúvidas ou questionamentos apresentados pelos interessados, promovendo a regularidade e o equilíbrio do certame.

10.17 Realização do certame, com suas respectivas etapas: Condução do processo licitatório, desde a abertura das propostas até a adjudicação e homologação, em conformidade com os procedimentos definidos no edital.

10.18 Realização de empenho: Emissão do empenho, que é o ato administrativo que reserva recursos orçamentários para garantir o pagamento da despesa contratada.

10.19 Assinatura e publicação da ARP e/ou contrato: Formalização do compromisso entre as partes, com a assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços (quando aplicável), seguida de sua publicação para fins de transparência e validade.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES.

11.1 Não se aplica ao objeto a ser adquirido.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

12.1 Os principais impactos ambientais dos equipamentos a serem adquiridos estão associados ao descarte após o fim de sua vida útil, pois são mais materiais que viram sucata, tendo a possibilidade de reciclagem. É necessário que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental **minimizando o desperdício**, tanto nas etapas da produção quanto na comercialização.

12.2 Os materiais que compõem as embalagens do produto, as aparas, partes, pedaços inutilizados, sobejos, fragmentos quaisquer serão posteriormente descartados pela Contratante, em linha com toda a legislação ambiental e sempre levando em consideração o descarte sustentável que visam a reciclagem, e dentro do possível, o reaproveitamento dos materiais.

13. MAPA DE RISCO.

13.1 Assim como toda contratação, vislumbram-se alguns riscos em curso da pretensa



contratação. Não se incluem, neste mapa de riscos, aqueles voltados à gestão do contrato e execução dos serviços, mas apenas os que tangiam ao processo que permeia até a formalização da contratação.

13.2 FASE DE ANÁLISE:

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

Risco 01 - Não haver disponibilidade orçamentária	
Probabilidade:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Impacto:	(x) Baixa () Média () Alta () Não se aplica
Dano	
Não havendo disponibilidade orçamentária, poderá ser feita a revisão orçamentária ou a suplementação orçamentária para os recursos.	
Ação Preventiva	Responsável
Verificar a existência de dotação orçamentária capaz de suportar a despesa proposta.	Ordenador de Despesas
Ação de Contingência	Responsável
Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual, juntamente com revisão da necessidade imediata do item demandado.	Ordenador de Despesas

Risco 02 - Atraso na conclusão da licitação	
Probabilidade:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica
Impacto:	() Baixa () Média (x) Alta () Não se aplica
Dano	
O não atendimento à demanda no prazo necessário pode ocasionar a não realização do serviço ou um procedimento indenizatório, ou seja, busca receber uma compensação financeira por danos sofridos.	
Ação Preventiva	Responsável
Rever todas as cláusulas dos Instrumentos a fim de reduzir a possibilidade de eventuais impugnações e demais instrumentos que possam até causar a paralisação do procedimento licitatório.	Demandante, Diretoria Jurídica e Agente Contratação/Pregoeiro
Ação de Contingência	Responsável
Supressão de itens que porventura possam impactar na morosidade e continuidade do certame.	Demandante, Diretoria Jurídica e Agente Contratação/Pregoeiro

Risco 03 - Dificuldade na formação do preço de referência para a contratação	
Probabilidade:	() Baixa () Média () Alta (x) Não se aplica
Impacto:	() Baixa () Média () Alta (x) Não se aplica
Dano	



Atraso na licitação e não atendimento à demanda no prazo necessário, podendo ocasionar a morosidade na realização do procedimento licitatório.	
Ação Preventiva	Responsável
Utilização de todos os parâmetros definidos nas legislações correlatas a matéria.	Área técnica responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica.
Ação de Contingência	Responsável
Comunicação à Diretoria Jurídica da quanto a eventual entrave enfrentado, a fim de verificar possíveis inconsistências no Edital e seus Anexos e verificação de estratégias paralelas a fim de possibilitar a conclusão de tal fase.	Área técnica responsável pela elaboração da pesquisa mercadológica, Demandante, Diretoria Jurídica e Agente Contratação/Pregoeiro

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO.

14.1 Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de fornecimento do objeto, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

14.2 Pois, por se tratar de um objeto considerado comum, a disputa poderá gerar economia significativa na aquisição.

15. DA ELABORAÇÃO.

15.1 Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

I - Elaboração de especificação: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255

II - Elaboração de quantitativo: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255

III - Elaboração de estudo técnico preliminar: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255

IV - Aprovação da especificação, do quantitativo e do estudo técnico preliminar: Aline Chiabai Costa Franco – Portaria Nº 005/2025.

Assinado por Cristiani Januth Perin 199.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
14/07/2025 13:57:33

CRISTIANI JANUTH PERIN

Auxiliar Administrativo

Matrícula n.º 007255

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO 088.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
14/07/2025 14:22:42

ALINE CHIABAI COSTA FRANCO

Secretária Municipal de Educação

Portaria n.º 005/2025.



TERMO DE INDICAÇÃO/ DESIGNAÇÃO DE GESTOR E DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

Processo nº	Termo SEMED nº 000055/ 2025
Órgão de origem: Secretaria Municipal de Educação	

1. Normas de Referências:

- ✓ Art. 7º, §3º do art. 8º e Art. 117, todos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- ✓ Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93;
- ✓ Lei Federal nº 13.019/2014;
- ✓ Arts. 6º, 9º, 18 e 19 do Decreto Municipal nº 2011/2024;
- ✓ Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

2. Indicação e designações:

2.1 Gestor do Contrato: Aline Chiabai Costa Franco,

2.2 Fiscal (**administrativo**) do Contrato titular: Cristiani Januth Perin, matrícula nº 007755, Auxiliar Administrativo, lotado Secretaria Municipal de Educação,

2.3 Fiscal (**administrativo**) do Contrato substituto: Roberta Müller Ferreira, matrícula nº 003366, Agente Administrativo, lotado Secretaria Municipal de Educação.

3. **Objeto da fiscalização:** A execução da Aquisição de mobiliário escolar – material permanente (dados como desertos) para atender as Unidades Educacionais.

4. Das responsabilidades/encargos:

- Ao Gestor do contrato cabe a observância das normas de referência, especialmente das responsabilidades definidas no art. 6º do CAPÍTULO V da instrução normativa SCL nº 006/2015, sem prejuízo da observância de outros atos normativos pertinentes.
- Aos Fiscais ora designados ficam garantidas, pela Administração, as condições para o desempenho dos encargos de acompanhamento e fiscalização da execução do contrato sob sua responsabilidade e emissão dos respectivos relatórios, com a devida observância das normas de referência, em





especial das responsabilidades definidas no art. 5º do CAPÍTULO V da instrução normativa SCL 006/2015, sem prejuízo da observância de outros atos normativos pertinentes.

Nos casos de atraso, de desligamento e de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou dos fiscais do contrato e dos respectivos substitutos, até que seja providenciada a designação, as atribuições de gestor ou de fiscal caberão ao responsável pela designação, ressalvada previsão em contrário em norma interna do órgão ou da entidade.

Itarana/ES, Segunda-feira, 14 de Julho de 2025

ALINE CHIABAI COSTA FRANCO
Secretária Municipal de Educação

Cientes:

Assinado por Cristiani Januth Perin 199.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 14:02:47

Fiscal (**administrativo**) do Contrato titular

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO 088.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 14:19:41

Fiscal (**administrativo**) do Contrato substituto

Assinado por ROBERTA MÜLLER FERREIRA 153.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 14:22:57





TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DO OBJETO

1.1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de material permanente, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

1.1.2 Ressalta-se que os itens solicitados constam na lista de material permanente do processo anterior, o qual foi finalizado com **itens desertos**, ou seja, sem propostas válidas por parte dos fornecedores participantes, dessa forma, a nova tentativa de aquisição busca dar continuidade ao planejamento da Secretaria de Educação para equipar adequadamente as unidades escolares, respeitando os critérios de padronização e durabilidade exigidos para bens permanentes.

1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. Especificações técnicas e quantidades do objeto a ser contratado, estão descritas no pedido de compras, o qual será disponibilizado como anexo do Edital e Contrato.

1.2.2 Em caso de divergência existente entre as especificações que compõem o objeto descrito no Compras.gov (Catser) e as especificações constantes deste instrumento convocatório, prevalecerão as especificações constante no instrumento convocatório, o qual compilará as informações elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação (pedido de compras).

1.3 – NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme artigo 35 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

1.4 – PRAZO DE VIGÊNCIA





1.4.1. O prazo de vigência da contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), encerrando-se em **31 de dezembro de 2025**.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar para a fundamentação do que se trata a necessidade do referido processo licitatório, constatou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda é a formalização de contrato, tendo em vista que há quantitativo certo para fornecimento.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 2011/2024 e demais disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.4. A aquisição dos itens (material permanente), é necessário visando a utilização de recursos específicos da educação com prazo para execução financeira finalizando em 31 de julho de 2025.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Visando suprir a necessidade da Secretaria de Educação, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar, onde foram levantadas pesquisas de mercado e opções de contratação.

3.2. O objeto a ser adquirido possui padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

3.3. Por haver quantitativo certo para fornecimento, opta-se pela celebração de contrato.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa estará encarregada de cumprir todas as especificações deste Termo de Referência, tanto legais, quanto contratuais, para plena execução do objeto contratado.

4.2. SUSTENTABILIDADE:





4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em consonância com o arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 c/c os arts. 60 a 62 do Decreto Municipal nº 2011/2024, especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

4.2.2. Sempre que possível e aplicável, observar e respeitar:

- a) Os requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que versem acerca das licitações sustentáveis e que versam sobre o destino e tratamento de resíduos sólidos;
- c) A Lei nº 6.938, de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e respectivos regulamentos;
- d) A Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- e) As Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.2.3 Preferenciar produtos e materiais:

- a) Que projetem uma maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- b) Que se utilizem de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- c) Que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável;
- d) Que substituam, sempre que possível e sem dar causa a outros danos, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- e) Que sejam acondicionados para entrega em embalagens adequadas, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;





4.3. DAS OBRIGAÇÕES

4.3.1. DA CONTRATADA:

- a) Assumir a responsabilidade pela execução do objeto de acordo com o previsto nas especificações solicitadas na proposta;
- b) Apresentar os documentos de cobrança inclusive nota(s) fiscal(is) com a descrição completa do objeto;
- c) Correrão por conta da compromissária todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes a aquisição, respondendo pelos mesmos nos termos da Lei 14.133/2021;
- d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, dentro do prazo máximo estabelecido, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- e) Serão recusados os objetos licitados que não atenderem as especificações constantes na proposta e/ou que não esteja adequado para o uso. A empresa compromissária ficará obrigada a trocar, imediatamente, o material que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para o Município de Itarana/ES;
- f) Os objetos deverão ser entregues embalados e/ou lacrados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, do descarregamento no local da entrega, e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante;
- g) Comunicar ao Município de Itarana, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, ao Município de Itarana ou a terceiros;
- i) Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município de Itarana ou a terceiros;
- j) Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as





obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei de Licitações nº 14.133/2021;

k) Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste instrumento, de tudo dando ciência ao Município de Itarana, respondendo integralmente pela sua omissão.

4.3.2. DA CONTRATANTE:

a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução do Contrato;

b) Consultar o compromissário antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento (AF) quanto à disponibilidade do fornecimento;

c) Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta o Contrato;

d) Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta da empresa Compromissária em relação ao Contrato, sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

4.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

4.4.1 Fica permitida a participação de consórcios no presente certame, conforme disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA / CATÁLOGO:

4.5.1. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

4.5.2. **CATÁLOGO DO PRODUTO:** Poderá ser solicitado catálogo do produto, manuais técnicos, prospectos, folders, e folhetos, de forma a auxiliar na análise precisa e detalhada das especificações técnicas dos objetos, para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência.

4.5.2.1. Os documentos técnicos, acima relacionados, deverão ser emitidos em nome dos fabricantes dos produtos.





4.6. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. DO TRATAMENTO FAVORECIDO MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS

4.8.1. Após a estimativa de preços, na elaboração da minuta de edital, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 2013/2024, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME, EPP e empresas equiparadas.

4.8.1.1. Para item(ns) divisível(is), com valor(es) superior(es) ao estipulado no artigo 6º do Decreto Municipal nº 2013/2024, deverá ser aplicado o sistema de cotas, constante no artigo 9º do referido decreto, no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DA ENTREGA

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues de maneira única conforme, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da solicitação formal da Administração, mediante Autorização de Fornecimento, emitida pela unidade competente responsável pela requisição.

5.1.2. A empresa contratada deverá garantir que o cumprimento rigoroso do prazo estipulado para a entrega dos produtos seja cumprido integralmente, evitando quaisquer prejuízos à continuidade dos serviços públicos prestados pelo Município. A pontualidade na entrega é essencial para assegurar a adequada execução dos serviços e operações.

5.1.3. A Autorização de Fornecimento será formalizada através de documento oficial emitido pela Secretaria responsável, que deverá especificar as quantidades e os tipos de produtos a serem entregues, bem como o endereço de destino e o prazo estabelecido para





a entrega dos itens, conforme detalhamento no item específico a ser mencionado.

5.1.4. O prazo de entrega, de até 10 (dez) dias úteis, será contado a partir da data de emissão da Autorização de Fornecimento, sendo que a contagem do prazo considera a data de entrada dos produtos no local de destino indicado pela Administração Municipal. A entrega será validada a partir da chegada dos produtos no endereço estipulado.

5.1.4.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, confirmar por escrito, no prazo máximo de 24 horas após a emissão da Autorização de Fornecimento, o recebimento do pedido e reafirmar o compromisso com o prazo de entrega. Caso haja qualquer alteração na previsão de entrega, a contratada deverá informar formalmente à Administração com, no mínimo, 48 horas de antecedência, justificando as razões do atraso ou impossibilidade de entrega, que deverá ser analisado e aprovado pela Administração.

5.1.6. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, localizado na Rua Valentin de Martin, nº 409, Centro, Itarana/ES, CEP: 29620-000, durante o horário das 07h00 às 10h30 e das 13h00 às 15h30. O horário e local de entrega são imperativos e devem ser rigorosamente observados.

5.1.7. Cada produto entregue deverá estar acompanhado de uma nota fiscal contendo todas as informações necessárias para assegurar a conformidade dos itens com as especificações contratuais, incluindo:

- a) A marca do material;
- b) A especificação detalhada do material;
- c) A data de entrega, com a assinatura do representante legal e o carimbo CNPJ da empresa contratada.

5.1.8. Caso a contratada identifique que não será possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, deverá notificar formalmente a Secretaria com antecedência mínima de 48 horas, apresentando as justificativas detalhadas para o atraso. A alteração do prazo de entrega somente poderá ocorrer com a autorização expressa da Administração Municipal, que analisará a justificativa apresentada.

5.1.9. A entrega dos produtos deverá ser realizada no endereço indicado na Autorização de Fornecimento, dentro do horário comercial especificado no item 5.1.6, ou conforme o disposto no contrato ou edital. Qualquer alteração no horário ou local de entrega deverá ser previamente acordada entre a contratada e a Administração Municipal.





5.2. CONFORMIDADE DOS PRODUTOS

5.2.1. Os produtos fornecidos deverão estar em total conformidade com as especificações técnicas previstas no edital e na Autorização de Fornecimento, que contemplam detalhes como marca, tipo, dimensões e outras características dos itens.

5.2.1.1. A contratada deverá assegurar que os produtos atendem aos requisitos de fabricação necessários para garantir a conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos, assim como a durabilidade esperada. Atentar-se à data de fabricação dos produtos, a fim de evitar o fornecimento de itens fora das condições exigidas.

5.2.2. Serão aceitos exclusivamente produtos novos, fabricados com materiais de alta qualidade, conforme descrito no edital. Não serão admitidos produtos reformados, reciclados, remanufaturados ou qualquer outro que tenha sido alterado de sua condição original para reutilização. Este requisito visa garantir que os produtos fornecidos atendam aos elevados padrões de qualidade e durabilidade necessários para o bom desempenho das atividades.

5.3. NÃO CONFORMIDADE E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

5.3.1. Caso a entrega não esteja em conformidade com as especificações acordadas (por exemplo, em caso de danos, defeitos ou não conformidade com os requisitos técnicos), a Administração notificará a contratada, que deverá realizar a substituição dos produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a comunicação, sem que isso gere custos adicionais para a Administração.

5.3.2. A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes da retirada e substituição dos produtos que não estiverem em conformidade. Isso inclui os custos de transporte dos itens e quaisquer outros custos envolvidos no processo de substituição. O transporte de devolução dos produtos rejeitados será realizado por conta da contratada, sem gerar ônus para a Administração Municipal.

5.3.3. A substituição dos produtos deverá ser realizada no mesmo local e dentro do mesmo prazo de entrega estabelecido inicialmente, e os novos produtos entregues serão novamente analisados pela equipe técnica da Administração. Caso os produtos entregues não atendam às exigências do contrato, a Administração poderá considerar o fornecimento





insatisfatório, aplicando penalidades conforme as cláusulas contratuais.

5.4. RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DOS PRODUTOS

5.4.1. O material entregue será aceito provisoriamente pela Administração Municipal, permitindo que seja realizada uma avaliação preliminar de sua conformidade com as especificações contratuais.

5.4.1.1. A aceitação provisória não implica na aceitação definitiva, mas sim no início do processo de verificação, que será finalizado após a análise detalhada do material. Caso sejam identificadas não conformidades ou defeitos durante essa verificação, o material será sujeito à correção ou substituição pela contratada.

5.4.2. Após a verificação das especificações, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade dos produtos entregues, e considerando a análise positiva do setor competente ou fiscal, proceder-se-á à aceitação definitiva dos materiais, o que formaliza a conclusão da entrega e o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada. A partir desse momento, será possível realizar o pagamento ou outras obrigações estabelecidas no contrato.

5.5. PRAZOS E PENALIDADES

5.5.1. Caso a entrega não ocorra dentro do prazo acordado, conforme estipulado no item 5.1, ou caso os produtos não atendam aos requisitos estabelecidos, a contratada será considerada inadimplente, podendo a Administração Municipal aplicar as penalidades previstas no contrato, que incluem multas, rescisão contratual ou a convocação de licitantes remanescentes, conforme a ordem de classificação e mantendo as condições estabelecidas no contrato original.

5.6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.6.1. A garantia dos produtos, será de acordo com a indicação no próprio item/fabricante.

5.6.2. Caso seja verificado que os materiais estão em má condição, com defeitos ou fora das especificações descritas, a Administração deverá adotar as medidas legais cabíveis para a correção por parte da contratada e, em caso de persistência dos problemas, adotar





as medidas legais cabíveis quanto às penalidades descritas no Edital e seus anexos.

5.6.3. O aceite/aprovação dos serviços pelo órgão não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

5.6.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos materiais/equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de confirmação do recebimento pela empresa da solicitação da troca;

5.6.5. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.7. COMUNICAÇÃO FORMAL

5.7.1. Toda comunicação entre as partes deverá ser formalizada por escrito, e será considerada válida se enviada para os endereços eletrônicos ou físicos fornecidos no contrato. A Administração poderá notificar o fornecedor sobre qualquer descumprimento das cláusulas contratuais, e o fornecedor deverá tomar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

5.8. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

5.8.1. Para garantir a perfeita execução deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas, no Edital de Licitação e seus anexos e dentro das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicado(s) pela(s) Unidade(s) Requisitante(s), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput; Decreto Municipal nº 2011/2024, em especial os artigos 223 a 225).

6.6. Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram a Secretária Municipal de Educação, ALINE CHIABAI COSTA FRANCO, Portaria n.º 005/2021 e a servidora ROBERTA MÜLLER FERREIRA, Agente Administrativo, Matrícula: 003366.

6.7. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.7.1. Para garantir o adequado acompanhamento e fiscalização das atividades, a designação dos fiscais administrativos e técnicos responsáveis por cada área de atuação, foi formalmente elaborado e encontra-se anexado a este documento o **Termo de Indicação/Designação de Gestor e Fiscal de Contrato**. O referido termo define as responsabilidades e atribuições de cada fiscal designado, visando assegurar o cumprimento das diretrizes e obrigações estabelecidas.

6.8. o Gestor do contrato será a Secretária Municipal de Educação, que terá a incumbência de supervisionar sua execução, assegurar o cumprimento das cláusulas estabelecidas e garantir que todas as obrigações sejam atendidas até sua vigência final.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após fornecimento do objeto mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser entregue à Secretaria de Educação, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes





documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado do ateste definitivo da execução dos serviços e da apresentação do documento fiscal correspondente.

7.1.2. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.2. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

7.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

7.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.5. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

7.6. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito, preferencialmente, por Ordem Bancária.

7.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;





7.8. É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1. O Pregão Eletrônico caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 6, inciso XLI, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

8.2. O Município de Itarana poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.3.1. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se a empresa provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO





8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.





8.4.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste termo de referência;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício credencia ou concorre;
 - f.1) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto deste termo de referência, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - f.2) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de





2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

8.4.1.3.1. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133 de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

8.4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1.4.1. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência:

I - O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos itens contratados; e

II - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.4.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES / DECLARAÇÕES

8.4.1.5.1. Declaração subscrita ou em campo próprio disponibilizado em plataforma eletrônica para marcação, conforme instrumento convocatório, atestando que:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;





- a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- f) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- g) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

8.4.1.6. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.4.1.6.1. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

8.4.1.6.2. Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).





8.4.1.6.3. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8.4.1.7. CONDIÇÕES E COMPROVAÇÕES CONSÓRCIOS, PREVISTAS NO ART. 15 DA LEI Nº 14.133/2021.

8.4.1.7.1. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

8.4.1.7.2. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

8.4.1.7.3. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.4.1.7.4. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

- a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
- b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
- c) Discriminar a empresa líder;
- d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na





de execução do contrato;

f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

8.4.1.7.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

8.4.1.7.6. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.4.1.7.7. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

8.4.1.7.8. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

8.4.1.7.9. No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

8.4.1.7.10. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

9 - ESTIMATIVA(S) DO VALOR(ES)

9.1. O Setor de Compras realizará pesquisa de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2024 e Decreto Municipal nº 2011/2024, levando em conta as informações contidas nesse Termo de Referência e o valor máximo aceitável para o futura contratação e será disponibilizado no anexo do edital.

9.2. Elaborado o mapa comparativo de preços pelo Setor de Compras, se o valor encontrado for bem superior ao estimado no Estudo Técnico Preliminar, para fins de reserva orçamentária, o processo deverá ser retornado para a área técnica demandante do objeto para a devida análise crítica do resultado do preço estimado encontrado, diferente do mapa comparativo de preços, este deverá ser reparado conforme a sua análise crítica. (Artigo 48 do Decreto Municipal nº 2011/2024).

9.3. Após o recebimento e julgamento das cotações, o Setor de Compras, procederá com o cadastro da despesa no controle de compras diretas remetendo, após, o processo à





SEMAF para informar sobre a existência ou não de dotação orçamentária e correspondente saldo orçamentário.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte 1543: VAAR (Valor Aluno Ano Resultado)

Fichas : 348 – Ensino Fundamental e 389 – Educação Infantil

Fonte 1550 : Salário Educação

Fichas: 331 – Secretaria ; 348 – Ensino Fundamental e 389 – Educação Infantil

Fonte 170600002: TERMO DE COMPROMISSO - EMENDA PARLAMENTAR - FNDE

Fichas : 348 – Ensino Fundamental e 395 – Primeira Infância

Fonte 15990002: PROETI (Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais do Ensino Fundamental em Tempo Integral) – EMEIEF Baixo Sossego

Ficha : 348 – Ensino Fundamental

Fonte 257500000001 : TERMO DE COMPROMISSO PAR N°202300014 Aquisição Mobiliário e Equipamentos Escolares

Ficha : 370 – Educação Infantil

11 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o instrumento equivalente ao contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.





11.3. O aceite e assinatura do instrumento de contrato pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e em seus anexos.

11.4. ASSINATURA DIGITAL: O Contrato será assinada por meio de assinatura digital, devidamente assinada por Certificação Digital, emitida por uma **Autoridade Certificadora (AC)** e devidamente habilitada pela **ICP-Brasil**.

11.4.1. O Contrato assinado por meio eletrônico deverá ser encaminhada para o seguinte endereço de e-mail: **contratos@itarana.es.gov.br**, no prazo indicado no item 11.1. deste instrumento.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.5.1. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do Art. 90 da Lei Federal 14133/2021.

12 - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

12.1. **Proteção de dados, coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a emendar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.2. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

12.3. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e





18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

- a) Notificar imediatamente a CONTRATANTE;
- b) Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;
- c) Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

12.4. **Necessidade.** As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

12.5. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.6. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.7. **Proteção de dados e incidentes de segurança.** Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.8. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.9. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.10. **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da





CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.11. **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

12.12. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.13. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.14. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.15. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

12.16. **Eliminação.** Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

13 - DAS SANÇÕES

13.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total da presente aquisição está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de





2021.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:





- 1.1.** 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
- 1.2.** 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- 1.3.** 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;
- 1.4.** Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.
- 2.** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.
- 3.** Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea “c” do subitem 13.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.
- 4.** Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.
- 5.** Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.
- 6.** Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.
- 7.** Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;





- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 13.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).





13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

13.10. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

13.11. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.12. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 13.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

13.13. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.14. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):





- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

13.18. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.20. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

13.21. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.





13.22. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

14 - DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

- I - Elaboração de especificação: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255
- II - Elaboração de quantitativo: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255
- III - Elaboração de estudo técnico preliminar: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255
- IV - Aprovação da especificação, do quantitativo e do estudo técnico preliminar: Aline Chiabai Costa Franco – Portaria N° 005/2025.

Assinado por Cristiani Januth Perin 199.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 07:49:13

CRISTIANI JANUTH PERIN

Auxiliar Administrativo

Matrícula n.º 007255

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO
088.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 07:50:42

ALINE CHIABAI COSTA FRANCO

Secretária Municipal de Educação

Portaria n.º 005/2025.



Web browser tabs: Prefeitura Municipal, (B3) Webmail, GMP - Protocolo, BEBEDOURO INDUSTRIAL, Bebedouro Industrial, Bebedouro Purificado, Bebedouro Purificado.

URL: leroymerlin.com.br/bebedouro-purificador-industrial-blue-coluna-3-torneiras-natural-e-gelada-100l-pic100l220vn-3t-inox-220v_1572334733?region=outros&srsltid=AtnB0orUw1p8Q-o...

Header: LEROY MERLIN, O que você procura na Leroy Merlin?, Program de Fidelidade.

Product: Bebedouro Purificador Industrial Blue Coluna 3 Torneiras Natural E Gelada 100l Pic100l220vn-3t Inox 220v.

Price: R\$ 2.654,44 /cada. OFERTA -10% R\$ 2.389,00 /cada à vista no pix.

Formas de pagamento: Cadastre-se ou faça o login e participe do Programa de Fidelidade para acumular pontos e ganhar cashback!

Buttons: Comprar e receber, Ou, Saiba como posso ajudar?

Web browser tabs: Prefeitura Municipal, (B3) Webmail, GMP - Protocolo, BEBEDOURO INDUSTRIAL, Bebedouro Industrial, Bebedouro Purificado, Bebedouro Purificado.

URL: eletrono.com.br/blue-bebedouros/bebedouro-purificador-de-agua-industrial-refrigerado-100-litros-blue-bebedouros-filtro/parceiro=1221&variant_id=425&srsltid=AtnB0opP...oAtcR...

Header: ELETRONOV, O que deseja procurar?, Minha Conta, Minha Cesta.

Categories: CATEGORIAS, MARCA BLUE, BEBEDOUROS VARIADOS, BEBEDOUROS INDUSTRIAIS, PURIFICADORES, FILTROS, REFS E PEÇAS.

Product: Bebedouro Industrial 100 Litros Blue Bebedouros.

Price: R\$ 2.949,90. 20% OFF.

Details: MARCA BLUE BEBEDOUROS, MODELO: PIC100L/3, REF: PIC100L, GARANTIA: 1 ANO APÓS O RECEBIMENTO DO PRODUTO, ITENS INCLUIDOS: MANUAL DE INSTALAÇÃO, FILTRO EXTERNO DE 1/2 POLLEGADA, KIT COMPLETO PARA INSTALAÇÃO COM ENGATE FLEXÍVEL, JOELHO, NIPEL, VEDA ROSCA.

Buttons: Comprar e receber, Ou, Saiba como posso ajudar?

Web browser tabs: Prefeitura Municipal, (B3) Webmail, GMP - Protocolo, BEBEDOURO INDUSTRIAL, Bebedouro Industrial, Bebedouro Purificado, Bebedouro Purificado.

URL: amazon.com.br/Bebedouro-Purificador-Industrial-Blue-PIC100L127VN-3T/dp/B0FCNV7L26?source=ps-sl-shoppingads-lpcontext&ref_=pfslpssc=1&amid=A3LGV25X75WN63

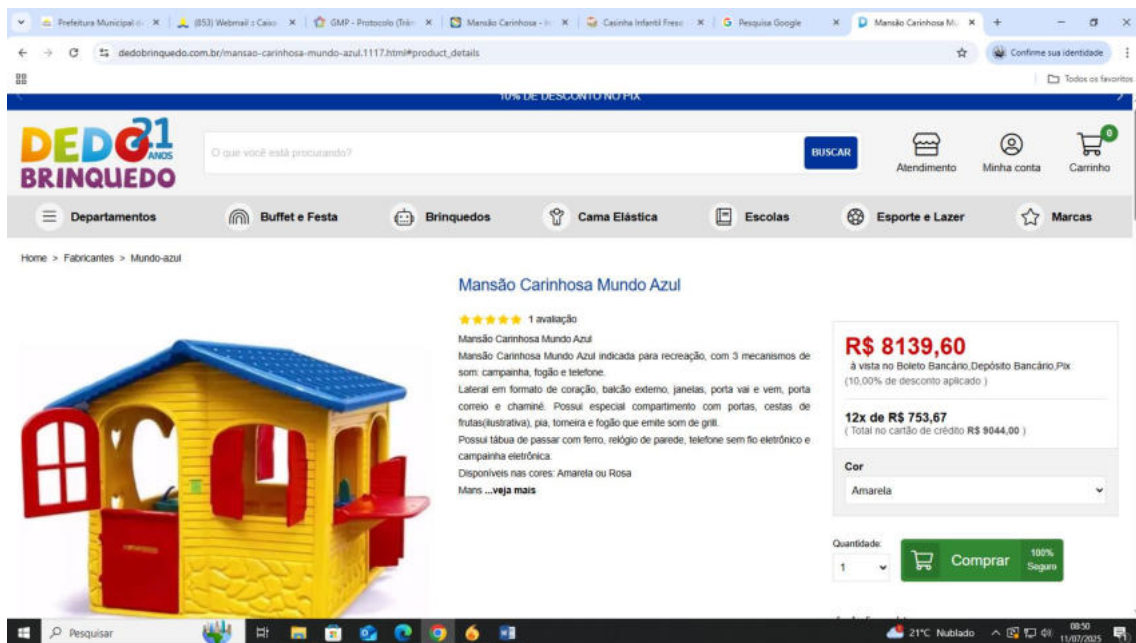
Header: amazon.com.br, A entrega será feita em Santa Maria... 29645000, Pesquisar Amazon.com.br, Ofertas antecipadas do Prime Day.

Product: Bebedouro Purificador Industrial Blue Coluna 3 Torneiras Natural e Gelada 100L Inox PIC100L127VN-3T 127V.

Price: R\$ 2.389,00. Ou em até 10x de R\$ 251,51/mês.

Details: Marca: Blue eletro, Cor: Inox, Marca: Blue eletro, Dimensões do produto: 60P x 79L x 121A centímetros, Fonte de alimentação: Energia elétrica, Fabricante: Blue Eletro Refrigerados.

Buttons: Adicionar ao carrinho, Comprar agora.



amazon.com.br

Centrifuga de Alimentos Juicer 800w Nutribullet - Eficiência de Duas Velocidades e Praticidade 127v (110, Volts)

4,4 ★★★★★ 7 avaliações de clientes

Tamanho: 127v

127v 1 opção de R\$ 899,99

220v R\$ 809,99

Marca: NutriBullet

Características especiais: Eficiência de Duas Velocidades, Praticidade

Material: Plástico

Adequação do controle por rádio: Batidas, Sumos

Fonte de energia: Energia elétrica

Adicionar à Lista

nutribullet

Extratores e Liquidificadores

Processador de alimentos

Air Fryer

Portáteis

Centrifuga

Mixer

Kits

Acessórios

COMPRAR AGORA

NUTRIBULLET / EXTRATORES DE NUTRIENTES / JUICER

Nutribullet Juicer 800w

Centrifuga De Alimentos

escolha a voltagem

127v 220v

De: R\$ 1.299,99

Por: R\$ 799,99 à vista no boleto ou Pix

5x de R\$ 159,99 sem juros | 10x de R\$ 89,99

Consulte opções de parcelamento aqui

1 + - COMPRAR

Calcular o Frete

magalu

Buscar no Magalu

Tem no magalu

Ofertas do dia

Celulares

Eletrodomésticos

TV e Vídeo

Informática

Móveis

Saldão

Centrifuga de Alimentos NutriBullet Juicer 800W Extrator de Sucos Potente - Nutribullet brasil

Código HTS74K895C | Ver descrição completa | Nutribullet brasil

★★★★★ Avaliar produto

Voltagem: 110V

110V 220V

Vendido por Nutribullet

Entregue por Magalu

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. Saiba mais

R\$ 934,99 em 12x de R\$ 77,92 sem juros

ou R\$ 906,94 no Pix

(3% de desconto no pix)

Cartão de crédito

sem juros

R\$ 934,99

12x de R\$ 77,92

COMPRAR AGORA

ADICIONAR À SACOLA

produtos.mercadolivre.com.br/MLB-3798061030-escorregador-3-metros-brinquedos-para-playground-parquinho..._JM?mtt_tool=18956390&utm_source=google_shopping&utm_medium=...

mercado livre Buscar produtos, marcas e muito mais... **mel+** a partir de R\$ 8,90 COM CASHBACK e descontos exclusivos

Você também pode estar interessado: brinquedos playground - parquinho infantil - playground para creche - brinquedos de parquinho

Mais opções que podem te interessar

- Esorregador 2 Metros - Brinquedos Para Playground... R\$ 1.099 em 14x R\$ 78,50 sem juros
- Esorregador Super Tobogã Ondas Bei Cor Azul R\$ 985,96 em 14x R\$ 70,42 sem juros Frete grátis
- Balanco 2 Lugares - Brinquedos Para Playground Parquinho R\$ 999 em 14x R\$ 71,36 sem juros

Brinquedos e Hobbies > Ar Livre e Playground > Brinquedos para Playground > Playgrounds Infantis > Esorregador

Novo | +5 vendidos

Esorregador 3 Metros - Brinquedos Para Playground Parquinho

4.8 ★★★★★ (5)

R\$ 1.299

em 14x R\$ 92,79 sem juros com seu cartão de crédito Mercado Pago

Ver os meios de pagamento

Entrega a combinar com o vendedor

ironthings.com.br/MLB-3377399055-esorregador-grande-3-metros-infantil-playground-de-ferro..._JM?variation=179023939955&storeId=Afm8CoopNMMTA-qhvOed3Rv996mleThWmDCm...

IronThings Buscar produtos, marcas e ofertas...

Brinquedos para Playground Casa, Móveis e Decoração Mais

Brinquedos e Hobbies > Ar Livre e Playground > Brinquedos para Playground > Esorregadores

Novo

Esorregador Grande 3 Metros Infantil - Playground De Ferro

R\$ 1.299

em 12x R\$ 108,25 sem juros

Ver os meios de pagamento

Entrega a combinar com a loja São Paulo, São Paulo

Ver formas de entrega

Base Para Fixação: Parafusar no piso

☐ Chumbar no solo ☒ Parafusar no piso

Cor: Colorido

Quantidade: 1 unidade (+50 disponi...

pulebrink.com.br/esorregador-3m-de-ferro/?sku=3067802.234665.0&storeId=Afm8CoopYbzWgY46CHAZlDzsdVqumP5slN4x47f-44CDAGhQHWJAfbRoE

Pule Brink brinquedos e playgrounds

Olá Visitante! Entre e Cadastre

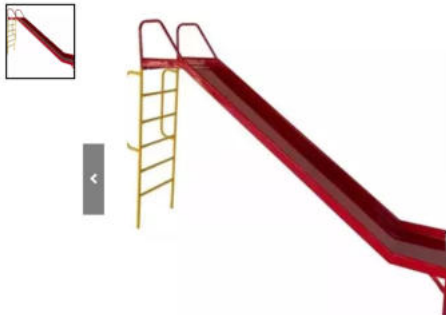
Buscar

WhatsApp SAC (31) 98475-8496

WhatsApp COMPRAS R\$0,00

OFERTA ESPECIAL BRINQUEDOS CAMA ELÁSTICA EDUCATIVO ESCORREGADOR KIT LANÇAMENTOS PISCINA DE BOLINHAS PLAYGROUND

Página inicial > ESCORREGADOR > Esorregador 3m de Ferro



Esorregador 3m de Ferro

Cod: 1204

R\$1.679,00

10x de R\$167,90 sem juros

R\$1.511,10 com PIX (-10%)

Disponível em 10 dias úteis

1

Calcular frete e prazo

Digite seu CEP

Cartão de Crédito via PagSeguro

amazon.com.br

Extrator de Sucos Turbo Premium, Mondial, Preto/Inox, 250W, Bivolt - E-10

Visite a loja MONDIAL

4.7 ★★★★★ 13.392 avaliações de clientes

14 mais vendidos em Espremedores Elétricos de Frutas Cítricas

Mais de 2 mil compras no mês passado

Oferta Prime Day

-17% R\$ 139,65

De: R\$ 169,90

Preço exclusivo Prime

Em até 4x R\$ 34,92 sem juros Ver parcelas disponíveis

Pagamentos e Segurança

Envio pela Amazon

Política de devolução

Outros preços estão disponíveis em [mais opções de compra](#), com ofertas que podem não ser elegíveis para o Amazon Prime.

Cor: Preto

Preço da oferta

R\$ 139,65

Esta oferta é exclusiva para membros do Amazon Prime.

Assine Amazon Prime

Cancele a qualquer momento

Já é membro? Faça login

Enviado por: Amazon.com.br

Vendido por: Amazon.com.br

Devolução: Elegível para Devoluções

Reembolso em até ...

Pagamento: Transação segura

Ver mais

Preço sem oferta

R\$ 169,90

Entrega GRÁTIS: quarta-feira, 23 de julho

Enviado por: Amazon.com.br

magalu

magalu > Eletroportáteis > Espremedor de Frutas > Espremedor de Frutas Mondial Turbo Premium E-10 Elétrico Inox 250W Capacidade 1L

Espremedor de Frutas Mondial Turbo Premium E-10 Elétrico Inox 250W Capacidade 1L

Código 021903800 | Ver descrição completa | Mondial

Full

★★★★★ 4.7 (2302) Avaliar produto

Cor: Preto e Inox

Selecionar Voltagem

Bivolt

Vendido e entregue por **magalu**

R\$ 269,90

R\$ 169,90 em 4x de R\$ 42,48 sem juros

ou R\$ 163,10 no Pix (4% de desconto no pix)

Cartão de crédito

sem juros

R\$ 169,90

4x R\$ 42,48

extra.com.br

extra.com.br > Eletroportáteis > Espremedores de Frutas

Extrator de Frutas Mondial Turbo Premium E-10 250W Bivolt - Preto

(Cód. Item 410915) Outros produtos [Mondial](#)

Vendido e entregue por **Extra**

★★★★★ 4.5 1128 avaliações 3 perguntas

R\$ 189,90 **Baixou 11%**

R\$ 169,00

ou em até 3x de R\$ 56,33 sem juros

Ver mais opções de pagamento

Comprar

Retira Rápido

Calcule o frete e prazo de entrega

Consultar

Mais opções de compra deste produto

Vendido e entregue por **eFácil**

R\$ 189,90

amazon.com.br

Atualizar CEP

Buscar produtos, marcas e muito mais...

Ofertas antecipadas do Prime Day

Cozinha Mais Vendidos Ofertas Eletroportáteis Utensílios Panelas Louças e Talheres Café, Chá e Espresso Tudo em Casa

Indústria e Comércio > Gastronomia e Indústria Alimentícia > Eletrodomésticos e Equipamentos > Equipamento de Cozinha > Fogões Comerciais

Fogão Waves 6 Bocas - Branco

Marca: Itaitia 4,5 ★★★★★ 161 avaliações de clientes

R\$ 1.210,12

Em até 10x R\$ 121,03 sem juros Ver parcelas disponíveis

Pagamentos e Segurança Política de devolução

cor: Branco

R\$1.210,12 R\$1.185,70

Material: Aço inoxidável
Tipo de acabamento: Escovado
Marca: Itaitia
Fator de forma: Independente

R\$ 1.210,12

Entrega R\$ 157,29 - 24 - 29 de julho. Ver detalhes

Entregando em Santa Maria De H... 29645000. Atualizar local

Estimativa de envio de 2 a 3 dias

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Enviado por: OUTLET DAS FABRICAS

Vendido por: OUTLET DAS FABRICAS

Devolução: Eligível para Devolução ou Reembolso em até 30 dias

Pagamento: Transação segura

mercado livre

Buscar produtos, marcas e muito mais...

COM CASHBACK

Você também pode estar interessado: fogão electrolux - fogão 5 bocas atlas - fogão 5 bocas - fogão consul - fogão 6 bocas - fogão a gas

Mais opções que podem te interessar

Fogão De Piso Itaitia Star Ng 5 Bocas A Gas Branco Tipo De...
R\$ 986,00 14% OFF
em 12x R\$ 82,24 sem juros
Frete grátis

Fogão 6 Bocas Branco Itaitia Out Waves Acendimento...
R\$ 1.690
em 12x R\$ 140,83 sem juros
Frete grátis

Fogão 5 Bocas Branco Com Mesa Inox Atlas Atenas
R\$ 1.249
em 12x R\$ 104,08 sem juros
Frete grátis

Eletrodomésticos > Fornos e Fogões > Fogões > Fogão

Novo | +5mil vendidos

Mais vendido 2º em Fogões Itaitia

Fogão Itaitia Waves 6Q com Porta com Visor Branco

4,6 ★★★★★ (2259)

R\$ 1.059 23% OFF
em 12x R\$ 102,42
Ver os meios de pagamento

Frete grátis acima de R\$ 10

Chegará grátis quinta-feira

Mais formas de entrega

Retire grátis entre quarta-feira e quinta-feira em uma agência Mercado Livre

Ver no mapa

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (+10 disponív...

casasbahia.com.br

OFERTAS QUE ACABAM

De R\$ 159,99 por R\$ 7,90 em parcelas de R\$ 7,90 sem juros

Quê você tá procurando?

Informar seu CEP

Acesse sua conta

Departamentos: Telefonia Eletrodomésticos Tvs e Vídeo Móveis Eletroportáteis Informática

Camê Digital Cartão Casas Bahia Serviços Banci

casasbahia.com.br > Eletrodomésticos > Fogões > Fogão Piso 6 Bocas

Fogão 6 Bocas Itaitia Waves com Acendimento Automático Branco - Bivolt

(Cód Item 1560834624) Outros produtos: [Itaitia](#)

Vendido e entregue por [Outlet das Fabricas](#)

★★★★★ Sem avaliações Sem perguntas

Voltagem: Bivolt

Bivolt

R\$ 1.289,90

ou em até 10x de R\$ 128,99 sem juros

Ver mais opções de pagamento

Carnê Digital

Parcela em até 24x

Use agora

amazon.com.br

Entrega será feita em Santa Maria... 29645000

Atualizar CEP

Entredomésticos

Pesquisar Amazon.com.br

Olá, faça seu login Contas e Listas

Devolução e Pedidos

Carrinho

Todos

Venda na Amazon

Mais Vendidos

Ofertas do Dia

Prime

Livros

Novidades na Amazon

Música

Games

Eletrônicos

Computadores

Casa

Ofertas antecipadas do Prime Day

Cozinha

Mais Vendidos

Ofertas

Eletrônicos

Utilitários

Panelas

Louças e Talheres

Café, Chá e Espresso

Tudo em Casa

Lava-Louças Electrolux 14 Serviços Preta Experience com Função Higienizar... R\$4.199,00

Indústria e Comércio

Gastronomia e Indústria Alimentícia

Eletrrodomésticos e Equipamentos

Equipamento de Cozinha

Fogões Comerciais

Fogão 4 Bocas Branco com Mesa Inox Atlas Agile Up Bivolt

Visite a loja ATLAS ELETRODOMÉSTICOS

4,8

9 avaliações de clientes

-12% R\$712,90

De: R\$812,90

Em até 10x R\$ 71,29 sem juros Ver parcelas disponíveis

Tipos de pagamento

Política de devolução

Tipo de gaveta: Assadeira

Material: Vidro, Plástico, Aço esmaltado, Aço inoxidável

Tipo de acabamento: Inox

Marca: ATLAS ELETRODOMÉSTICOS

Nome do produto: Anilha Glass

R\$712,90

Entrega R\$ 213,41: 31 de julho - 7 de agosto. Ver detalhes

Entregando em Santa Maria De Ju... 29645000. Atualizar local

Em estoque

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Envio por FIO Comex

Vendido por FIO Comex

Devolução: Elegível para Devolução ou Reembolso em até 30 dias

magalu

Informe seu CEP

Buscar no Magalu

Tem no magalu

Ofertas do dia

Celulares

Eletrrodomésticos

TV e Vídeo

Informática

Móveis

Soldo

Eletrrodomésticos

Fogão

4 Bocas

Fogão 4 Bocas Atlas Agile Up Glass com Mesa Inox e Acendimento Automático Branco Bivolt

Código: hf1jzb66b | Ver descrição completa 1 Atlas

★★★★★ 4,8 (145) Avaliar produto

Cor: BRANCO

Selecionar Voltagem

BIVOLT

Vendido por FIO Comex

Entregue por magalu

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. Saiba mais

R\$ 1.114,88

R\$ 879,90 em 7x de R\$ 125,70 sem juros

ou R\$ 853,50 no Pix (3% de desconto no pix)

Cartão de crédito sem juros

R\$ 879,90

7x R\$ 125,70

gazin.com.br

Olá! Sou o Téo da Gazin, seja bem-vindo!

Contatos

Meus pedidos

Pague sua parcela da loja

Informe seu CEP

O que você procura?

Olá! Entre ou cadastre-se

Todas categorias

Outlet

Celulares

Eletrrodomésticos

TV's

Ar e Ventilação

Eletrônicos

Móveis

Informática

Colchões

Esporte e Lazer

Utilidades

Fogões

Fogão de Piso

Fogão Atlas Agile Up 4 Bocas Automático Mesa de Inox Forno 50L - Branco - Bivolt

Cód. 10176-1441781.4

★★★★★ (Sem avaliações)

Mais informações

Cor: Branco

Vendido por Gazin

Entregue por Gazin Paraíba

R\$ 1.165,56 -23%

R\$ 799,00 No Pix

R\$ 887,78 em até 12x sem juros

Mais formas de pagamento

Quantidade: 1

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Calcular frete e prazo

Atualizar localização

amazon.com.br

Frezeira Vertical 500L Porta Cega Dupla Ação Refrigeração R290 Ecológico, Controle Termostato 220V - BRASLAR

R\$ 3.889,90

Em até 10x R\$ 388,99 sem juros Ver parcelas disponíveis

Dimensões do produto: 70P x 71L x 205A centímetros

Marca: Genérico

Peso do produto: 86 Quilogramas

Tensão: 220 Volts

Fabricante: Braslar

Sobre este item

- FREEZER VERTICAL ISIS FV500B2PORTA SOLIDA 500L - BRANCO - 220V

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Entrega R\$ 282,71 - 25 - 31 de julho. [Ver detalhes](#)

Entregando em Santa Maria De Je... 29645000. Atualizar local

Em estoque

Adicionar plano de seguro ou garantia:

☐ Garantia Estendida contra falhas e defeitos de 12 meses, nov R\$ 161,60

magalu

Freezer Vertical 500L Porta Cega Dupla Ação Refrigeração R290 Ecológico, Controle Termostato 220V - BRASLAR

Código ga9ae22d14 | [Ver descrição completa](#) | BRASLAR

★★★★★ [Avaliar produto](#)

Vendido por **Tudo Tech**

Entregue por **magalu**

O Magalu garante a sua compra, do pedido à entrega. [Saiba mais](#)

R\$ 4.799,99 em 10x de R\$ 480,00 sem juros

ou **R\$ 4.559,99** no Pix

(5% de desconto no pix)

Cartão de crédito

R\$ 4.799,99

10x de R\$ 480,00

COMPRAR AGORA

ADICIONAR À SACOLA

CASASBAHIA

Freezer Vertical Dupla Ação Braslar 500 Litros Porta Cega Branco ISIS FV500B2 220v

(Cód. Item 1572357776) Outros produtos [Braslar](#)

Vendido e entregue por **VAREJÃO DAS MAQUINAS**

★★★★★ [Sem avaliações](#) [Sem perguntas](#)

Voltagem: 220V

220V

R\$ 4.812,00 em até 10x de R\$ 481,20 sem juros no cartão de crédito.

R\$ 4.234,56

no PIX com 12% de desconto

[Ver mais opções de pagamento](#)

Comprar

Carnê Digital

Parcela em até 24x

[Use agora](#)

ultrafeui.com.br/geladeira-refrigerador-comercial-inox-4-portas-gepar-grep-4p-gepar/p?sku=6362&gad_source=4&gad_campaignid=2184039565&gclid=GA555ADeyLnUj_DS5WLD...

ULTRAFEUI

Refrigeração Comercial

7% DE DESCONTO À VISTA Débito e Crédito

Equipamentos para Cozimento

Máquinas de Produção

Portáteis Industriais

Expositores de Alimentos

Pesagem e Medição

Equipamentos para Embalagens

Mobiliário Comercial

Por Segmento

Por Marca

HOME > REFRIGERAÇÃO COMERCIAL > GELADEIRA COMERCIAL

Geladeira/Refrigerador Comercial Inox 4 Portas Cegas 1044L
GREP-4P AI Gelopar
Código: 7899049404815 Marca: Gelopar

Voltagem
220V

PRONTA ENTREGA

R\$ 8.329,99
Ou até 10x de R\$ 507,51 c/ juros

Ver mais formas de pagamento

-10%+

R\$ 7.496,99 à vista no PIX
ECONOMIA DE R\$ 833,00

Pesquisar

25°C Nublado 14:05 11/07/2025

acimaq.com.br/geladeira-comercial-4-portas-grep-4p-inox-ar-forcado-220v-gepar/p?sku=14639&utm_term=&campaignid=22785180218&adgroupid=183929751324&ad=76322...

ACIMAQ
EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS

O que você está procurando?

Meus Pedidos

Nossas Lojas

Compre ou Solicite Orçamento

Entrar ou cadastrar-se

Categorias

Padaria

Confeitaria

Bar e Restaurante

Supermercado

Refrigeração

Móveis De Escritório

Pizzaria

Promoções

refrigeração > geladeira comercial > geladeira comercial 4 portas grep-4p inox ar forçado 220v - gelopar

Geladeira Comercial 4 Portas Grep-4p Inox Ar Forçado 220V - Gelopar
Código: 14639 Modelo: GREP-4P AI

Usar cupom: **SOBRAPRIMEIRA 10%** Compras acima de R\$ 1000

De: R\$ 10.663,67 **Salvou 18% OFF**
Por: **R\$ 8.752,90**

R\$ 7.877,61 à vista no PIX
Economia de R\$ 1.907,77 no PIX

R\$ 8.752,90 em 10x de R\$ 875,29 sem juros

Ver descrição completa

Ver mais formas de pagamento

Voltagem

Pesquisar

25°C Nublado 14:11 11/07/2025

dufrin.com.br/refrigerador-comercial-4-portas-gelopar-grep-4p-aco-inox-220v.html?gad_source=4&gad_campaignid=22323296793&gclid=GA555ADfUKvY3LAGt973a1YR2d-FJ0_mptg...

Dufrio

Buscar

Fale com nossas lojas

Dufrio Parceiros

Telefones: 0800 008 8500

Portal de boletins

Ativar Acessibilidade

Ar Condicionado

Eletrodomésticos

Refrigeração Comercial

Materiais de Instalação

Peças

Câmaras Frias

Energia Solar

Climatização

Lojas

Home / Comércio e Indústria / Equipamentos Industriais / Cozinha Industrial / Refrigerador Comercial 4 Portas Gelopar GREP-4P 1044 Litros Aço Inox - 220V

Refrigerador Comercial 4 Portas Gelopar GREP-4P 1044 Litros Aço Inox - 220V
SKU 100272210

Escolha uma voltagem: 220V

R\$ 8.752,90

R\$ 7.899,00 5% no PIX
ou R\$ 8.314,74 em 10x de R\$ 831,47 sem juros

Ver mais formas de pagamento

Comprar agora

Calcular frete

25°C Nublado 14:12 11/07/2025

amazon.com.br

Estrodomésticos

SUGGAR LAVADORA DE ROUPAS LAVAMAX ECO 10KG 110V BRANCA LE1021BR

Visite a loja Suggar

4,4 ★★★★★ 739 avaliações de clientes

Exclua da Amazon

Mais de 100 compras no mês passado

R\$549,90

Em até 10x R\$ 54,99 sem juros Ver parcelas disponíveis

110 Volts R\$549,90

220 Volts R\$499,00

Dimensões do produto 54P x 49,8L x 96,1A centímetros

R\$549,90

Entrega GRATIS: 25 - 31 de julho. Ver detalhes

Entregando em Santa Maria De Jé... 29645000. Atualizar local

Em estoque

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Enviado por Suggar Eletrodomésticos

Vendido por Suggar Eletrodomésticos

Devolução Elegível para Devolução ou Reembolso em até...

Pagamento Transação segura

Adicionar plano de seguro ou

Sipolatti

Do que você precisa hoje?

Smartphones TVs Camas Ar condicionado Notebook Geladeira Micro-ondas Guarda-roupas OFERTAS

HOME | ELETRODOMÉSTICOS | MÁQUINA DE LAVAR | TANQUINHO | TANQUINHO LAVAMAX ECO SUGGAR 10KG SEMIAUTOMÁTICA BRANCA

Tanquinho Lavamax Eco Suggar 10kg Semiautomática Branca

Cod:201468R Vendido por: Sipolatti

Selecione a voltagem

110 volts 220 volts

De R\$ 599,90

Por: R\$ 499,00 no pix

ou R\$ 499,00 em até

10x de R\$ 49,90 s/juros

Mais informações de pagamento

COMPRAR AGORA

Calcular prazo e valor do frete

Não sei meu CEP

CONTINUAR E FECHAR

mercadolivre.com.br

Buscar produtos, marcas e muito mais...

melii+ R\$8,90 COM CASHBACK

Categorias Ofertas Cupons Supermercado Moda Mercado Play Vender Contato

Olá, seja bem-vindo

Entre Compras

Você também pode estar interessado: tanquinho tanquinho suggar suggar maquina de lavar 10kg tanquinho 10 kg

Volta! Eletrodomésticos Lavadores Máquinas de Lavar Tanquinho Vender um igual Compartilhar

Confira mais produtos de marca Suggar

Novo +1000 vendidos

Mais vendido 2º em Máquinas de Lavar Suggar

Tanquinho Lavamax Eco Suggar 10kg Preto Suggar

4,7 ★★★★★ (162)

R\$ 547,90

em 12x R\$ 52,99

Ver os meios de pagamento

Cor: Preto

Voltagem: Escolha

110V

O que você precisa saber sobre este produto

Frete grátis acima de R\$ 10

Chegará grátis entre quarta-feira e quinta-feira

Mais formas de entrega

Retire grátis entre quarta-feira e sábado 19/jul em uma agência Mercado Livre

Ver no mapa

Estoque disponível

Quantidade: 1 unidade (+10 disponív...

Comprar agora

Adicionar ao carrinho

Loja oficial LOJAS UC

+10mil vendas

Devolução grátis. Você tem 30 dias a

amazon.com.br

PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO - COMPRESSOR BRANCO PA 355 LATINA, BRANCO - 110V

Marca: LATINA
4,2 ★★★★★
218 avaliações de clientes

R\$669,99

Entrega GRÁTIS: Quinta-feira, 24 de julho. Se pedir dentro de 9 hrs 54 mins

Em estoque

Quantidade: 1

Adicionar ao carrinho

Comprar agora

Envio por Amazon.com.br

Vendido por Amazon.com.br

Devolução Elegível para Devolução Rápida

Pagamento Transação segura

Compre este item como presente

Voltage: 110 Volts

110 Volts R\$669,99

220 Volts R\$749,00

Clique para ver a visualização completa

BWG

Purificador De Água Refrigerado Por Compressor Latina Pa355 Verdeverde voltage127v

Qtd: 3439

Marca: Latina

R\$ 737,46 via Pix

R\$ 923,16 R\$ 819,40

até 6x de R\$ 136,56 sem juros

Comprar

Comprar pelo WhatsApp

Parcelas

Envie-nos uma mensagem via chat

CASASBAHIA

Purificador de Água Refrigerado por Compressor Latina Pa355 Verde - 110V

Cód. Item 1571184106

Vendido e entregue por BWGSHOP

★★★★★ Sem avaliações Sem perguntas

Selecione: 110V

R\$ 810,00 em até 8x de R\$ 101,25 sem juros no cartão de crédito.

R\$ 729,00

no PIX com 10% de desconto

Ver mais opções de pagamento

Carnê Digital

Parcela em até 24x

Use agora



Prefeitura Municipal de Itarana



PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES

14/07/2025 10:39:44

Número/Ano	000152 / 2025 - 14/07/2025							
Secretaria	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
Local/Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO							
Requerente	ALINE CHIABAI COSTA FRANCO							
Período	à							
Processo	/							
Justificativa	Aquisição de material permanente dados como desertos para atender aos educandos das Unidades Educacionais.							

Item	Lote	Código	Especificação	Ficha-Fonte	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001		00043459	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUMNA 3 TORNEIRAS equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do inmetro, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; possui pés fixos; corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. dimensões do produtos: altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	00389-25750000000 1	UND	5,00		
00002		00044307	CASA DE BONECAS selo do inmetro. • peças multicoloridas. • não tóxico. • casinha multicolorida. deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. dimensões mínimas: • largura: 1,70m; • altura: 1,70m; • comprimento: 1,85m; garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	00389-25750000000 1	UND	15,00		
00003		00044309	CENTRÍFUGA DE FRUTAS volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • filtro em aço inox. • lâminas e peneira em aço inox. • copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • trava de segurança. • com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • base firme com pés antideslizantes (ventosa). • motor com potência mínima de 700w. • dimensionamento e robustez da fiação,	00389-25750000000 1	UND	1,00		



Prefeitura Municipal de Itarana



PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES

14/07/2025 10:39:44

Número/Ano	000152 / 2025 - 14/07/2025
Secretaria	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Local/Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Requerente	ALINE CHIABAI COSTA FRANCO
Período	à
Processo	/
Justificativa	Aquisição de material permanente dados como desertos para atender aos educandos das Unidades Educacionais.

00004	00044322	<p>plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • voltagem mínima: 110v ou bivolt. • cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo inmetro, com indicação da voltagem. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p> <p>ESCORREGADOR GRANDE selo do inmetro • peças multicoloridas • não tóxico • rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. • fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • corrimão incorporado à própria escada. • topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. dimensões mínimas: largura: 42cm; • altura mínima: 1,5m; • comprimento: 3m; garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.</p>	00389-25750000000 1	UND	25,00
00005	00044323	<p>ESPRESSO COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS espressor automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. • jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • base antiderrapante. • dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • voltagem mínima: 110v. • cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo inmetro, com indicação da voltagem. • cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.</p>	00389-25750000000 1	UND	1,00
00006	00044327	<p>FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO • fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • com um forno e</p>	00389-25750000000 1	UND	3,00



Prefeitura Municipal de Itarana



PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES

14/07/2025 10:39:44

Número/Ano	000152 / 2025 - 14/07/2025
Secretaria	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Local/Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Requerente	ALINE CHIABAI COSTA FRANCO
Período	à
Processo	/
Justificativa	Aquisição de material permanente dados como desertos para atender aos educandos das Unidades Educacionais.

torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). alimentado por glp (gás liquefeito de petróleo). com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". especificações: 76,9cm x 59,7cm x 85,8cm. possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.

FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES capacidade mínima do forno: 50 litros. características do fogão. • com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). alimentado por glp (gás liquefeito de petróleo). com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". especificações: 95x60,5x50cm. possui mesa in, puxador de alumio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.

FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros. • congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato • temperatura no mínimo, entre 0°C a -18°C -. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. freezer com pés reguláveis. tensão: 220v. dimensões: 1950x670x600mm. contém 3+base classe climática.

GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. temperatura de operação: entre +1 °c e +7°. gabinete com quatro portas. conta com 4 prateleiras aramadas reguláveis, com estrutura monobloco. acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. possui pés niveladores ajustáveis. refrigeração em ar forçado com serpentina aletada. controlador de temperaturas eletrônico digital, com

00007	00044328	00389-25750000000 1	UND	5,00
00008	00044329	00389-25750000000 1	UND	5,00
00009	00044333	00389-25750000000 1	UND	6,00



Prefeitura Municipal de Itarana



PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES

14/07/2025 10:39:44

Número/Ano	000152 / 2025 - 14/07/2025
Secretaria	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Local/Setor	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO
Requerente	ALINE CHIABAI COSTA FRANCO
Período	à
Processo	/
Justificativa	Aquisição de material permanente dados como desertos para atender aos educandos das Unidades Educacionais.

00010	00020551	indicador de temperatura de degelo automático natural. dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura:2030mm. tensão: 127 ou 220. LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56px48,3lx97a; tensão:110v. com garantia de 12 meses ou superior.	00389-25750000000 1	UND	20,00
00011	00044347	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO troca de refil. tensão: 110v. dimensões: 38x32x46cm. filtro ecológico. refrigeração por compressor. • cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo inmetro, com indicação da voltagem. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	00389-25750000000 1	UND	15,00

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO 088.***.***.***
MUNICIPIO DE ITARANA
14/07/2025 14:13:06

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br> Chave: 7fd8690c-3e86-4e4e-bd9e-75ec3edc0955
PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES Nº 000079/2025



ANÁLISE TÉCNICA

CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Pregão – Art. 28, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

DESPACHO

Nos termos do **§4º do artigo 4º da Portaria nº 1.493/2024**, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, deverão ser encaminhadas para análise e aprovação da Comissão de Planejamento das Contratações.

Vale ressaltar que, os documentos elaborados pela equipe técnica da demandante, trata-se de demanda específica de alta complexidade, cuja unidade demandante possui especialidade no objeto, o qual, assim, solicita por compra não compartilhada com demais órgãos.

Por se tratar de objeto específico para o órgão demandante, os quais documentos foram elaborados por sua equipe técnica, caberá a Comissão de Planejamento das Contratações, verificar nos autos do processo, o atendimento mínimo estabelecido para elaboração de documentos na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2011/2024, não entrando no mérito do estudo do objeto e viabilidade.

Ressalta-se, também que, os documentos elaborados pela equipe da demandante, já vem assinado e aprovado pela autoridade do órgão demandante, deverá passar pelo crivo jurídico e, por fim, a autorização de abertura de compra pela autorização máxima do Município de Itarana/ES.

Diante de todo exposto acima, passamos análise dos documentos constantes nos autos do processo:

- 1) Consta nos autos do Processo Documento de Formalização de Demanda, devidamente preenchido com os requisitos mínimos para contratação;



2) Quanto ao Estudo Técnico Preliminar, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	SIM	NÃO
DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, I, da Lei n. 14.133/2021	X	
ALINHAMENTO ENTRE COMPRA/CONTRATAÇÃO E PLANEJAMENTO Art. 18, § 1º, II, da Lei n. 14.133/2021	X	
DIRETRIZES DA CONTRATAÇÃO Art. 18, § 1º, III, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES Art. 18, § 1º, IV, da Lei n. 14.133/2021	X	
LEVANTAMENTO DE MERCADO Art. 18, § 1º, V, da Lei n. 14.133/2021	X	
ESTIMATIVA DO VALOR Art. 18, § 1º, VI, da Lei n. 14.133/2021	X	
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO Art. 18, § 1º, VII, da Lei n. 14.133/2021	X	
JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO Art. 18, § 1º, VIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
RESULTADOS PRETENDIDOS Art. 18, § 1º, IX, da Lei n. 14.133/2021	X	
PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS Art. 18, § 1º, X, da Lei n. 14.133/2021	X	
COMPRA/CONTRATAÇÃO CORRELATA E/OU INTERDEPENDENTE Art. 18, § 1º, XI, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS Art. 18, § 1º, XII, da Lei n. 14.133/2021	X	
POSICIONAMENTO CONCLUSIVO Art. 18, § 1º, XIII, da Lei n. 14.133/2021	X	
DO MAPA DE RISCO Art. 18, X da Lei n. 14.133/2021	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Sem necessidade de complemento.		



3) Quanto ao Termo de Referência, segue vistas aos requisitos mínimos para sua elaboração:

TERMO DE REFERÊNCIA	SIM	NÃO
Art. 6º, inciso XXIII, letra "a" da Lei n. 14.133/2021 Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "b" da Lei n. 14.133/2021 Fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "c" da Lei n. 14.133/2021 Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "d" da Lei n. 14.133/2021 Requisitos da contratação.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "e" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "f" da Lei n. 14.133/2021 Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "g" da Lei n. 14.133/2021 Critérios de medição e de pagamento.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "h" da Lei n. 14.133/2021 Forma e critérios de seleção do fornecedor.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "i" da Lei n. 14.133/2021 Estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.	X	
Art. 6º, inciso XXIII, letra "j" da Lei n. 14.133/2021 Adequação orçamentária.	X	
Art. 40, inciso V, § 1º, I da Lei n. 14.133/2021 Especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança.	X	



Art. 40, inciso V, § 1º, II da Lei n. 14.133/2021 Indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso.	X	
Art. 40, inciso V, § 1º, III da Lei n. 14.133/2021 Especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.	X	
OBSERVAÇÕES FINAIS CPC: Sem necessidade de complemento.		

À frente da análise de atendimento aos requisitos mínimos de preenchimento dos relatórios constantes nos autos do processo, a Comissão de Planejamento das Contratações, **por unanimidade**, conclui que, **Não Há Óbice** ao Prosseguimento da Demanda.

Dessa forma, encaminha-se o presente processo ao Setor de Compras para a realização de pesquisa de preços referente aos itens desertos do pregão de material permanente, com a finalidade de atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação (Semed).

Após, à senhora Secretária de Administração e Finanças, Roselene Monteiro Zanetti, a análise financeira e contábil do processo, com atenção especial para os seguintes pontos:

- Verificação de Contratação de Despesas de Mesma Natureza:** A Secretaria de Administração e Finanças (Semaf) deve realizar a análise da compatibilidade e conformidade das despesas com a natureza da aquisição, ou seja, verificar se o que está sendo contratado corresponde exatamente à necessidade identificada nas unidades escolares.
- Verificação dos Recursos Orçamentários Disponíveis:** É necessário revisar os saldos das dotações orçamentárias específicas alocadas para esta aquisição, para garantir que os recursos financeiros estão disponíveis para suportar os custos previstos e que não haverá sobrecarga no orçamento da Secretaria.



3. **Aportes e Tramitações Financeiras:** A análise deve incluir a verificação dos saldos disponíveis para aportes adicionais, caso necessário, bem como o acompanhamento das tramitações financeiras do processo, para garantir que todos os pagamentos e fluxos de recursos sejam realizados de maneira regular e dentro do cronograma estabelecido.

4. **Confirmação de Dotação Orçamentária e Procedimentos Sucessivos:** Confirmar a correta alocação de recursos na dotação orçamentária apropriada. Além disso, a Secretaria de Administração e Finanças deve garantir que todas as etapas seguintes do processo, incluindo o cumprimento de requisitos legais e a execução do contrato, sejam realizadas de forma adequada, respeitando todos os normativos fiscais e orçamentários.

Caso a análise seja bem-sucedida, com o acompanhamento detalhado e rigoroso da execução financeira, o processo poderá seguir para a elaboração da minuta do edital e seus anexos, garantindo que o pagamento ocorra de forma transparente, eficiente e em conformidade com as diretrizes legais e o planejamento orçamentário da Secretaria.

Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 09:45:11

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER 009.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 13:49:42

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.***.***.**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 08:14:37

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024



DE: SETOR DE COMPRAS
PARA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Prezada secretária de administração e finanças,
Trata-se do processo administrativo encaminhado a este setor de compras, de origem da Secretaria Municipal de Educação, cujo objeto é a de aquisição de material permanente, o qual foi finalizado em um processo anterior como **itens desertos**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Em atendimento ao Artigo 23 da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 este setor de compras realizou o levantamento de contratações de outros municípios e órgãos públicos com o auxílio da plataforma Vilhargas Sistemas, que disponibiliza uma solução para a elaboração e formação de cestas de preços. Os valores alcançados foram formados através de consultas CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS), PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, TCE MATO GROSSO, PAINEL DE PREÇOS, DOMINIO AMPLO (INTERNET), LICITANET, LICITAR DIGITAL, BLL E TRIBUNAL DE CONTAS DO PIAUÍ.

Cada órgão realiza a contratação de acordo com sua necessidade, sendo assim utilizamos contratações com as especificações que mais se aproximam do objeto que a secretaria pretende contratar, podendo apresentar pequenas variações;

Destaco, conforme indicado no item nº 08 – “8.1- O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

A média de preços alcançada através da plataforma Vilhargas Sistemas foi lançada em nome da Prefeitura Municipal de Itarana. Por meio dos valores coletados foram gerados os relatórios de preço médio da proposta de preços simples e valores médios para reserva orçamentária;

Encaminho a Vossa senhoria o processo contendo os documentos e relatórios citados acima para vosso conhecimento e análise.

Itarana, 16 de julho de 2025

Assinado por DAIYANY MENEGHEL MAURI
097.***-***-***
MUNICÍPIO DE ITARANA
16/07/2025 09:09:23

Daiyany Meneghel Mauri
Matricula 004014
Setor de compras



MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

ID	DATA	OBJETO	VALOR TOTAL
073897	16/07/2025	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (ITENS DESERTOS)	R\$ 280.217,95

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	DOMÍNIO AMPLO (INTERNET)	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	LICITAR DIGITAL	TCE MATO GROSSO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Anexo Lote Item 001 001	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do inmetro, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; possui pés fixos; corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de...	UND 5,00	2.765,00	////	3.110,00	////	////	////	2.636,00	2.920,50	////	////	2.857,88 14.289,40	8,42%
Anexo Lote Item 001 002	CASA DE BONECAS selo do inmetro. peças multicoloridas. não tóxico. casinha multicolorida. deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu...	UND 15,00	7.290,00	////	////	////	9.700,00	////	7.900,00	8.850,00	////	////	8.435,00 126.525,00	15,71%
Anexo Lote Item 001 003	CENTRÍFUGA DE FRUTAS volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. filtro em aço inox. lâminas e peneira em aço inox. copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. trava de segurança. com função pulsar...	UND 1,00	649,00	////	815,89	////	////	694,99	820,00	////	////	////	744,97 744,97	14,79%
Anexo Lote Item 001 004	ESCORREGADOR GRANDE selo do inmetro peças multicoloridas não tóxico rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. corrimão incorporado à própria escada. topo da escada...	UND 25,00	////	1.420,00	////	////	////	1.309,25	1.364,86	////	2.070,31	1.350,00	1.502,88 37.572,00	14,79%
Anexo Lote Item 001 005	ESPRESSO COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS espremedor automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. gabinete (corpo) fabricado em aço inox. copo superior, em aço inox ou...	UND 1,00	264,00	////	281,20	////	237,00	////	279,99	////	////	////	265,55 265,55	12,05%
Anexo Lote Item 001 006	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO fogão comercial central de seis queimadores (bocas). com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). alimentado por glp (gás liquefeito de petróleo). com queimadores dotados de dispositivo “supervisor de chama”. especificações:...	UND 3,00	1.285,00	////	1.260,03	1.207,20	////	////	1.479,99	////	////	////	1.308,06 3.924,18	8,35%



ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	DOMÍNIO AMPLO (INTERNET)	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	LICITAR DIGITAL	TCE MATO GROSSO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Anexo I Lote 001 Item 007	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES capacidade mínima do forno: 50 litros. características do fogão. com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). alimentado por glp (gás liquefeito de petróleo). com queimadores dotados de dispositivo “supervisor de chama”. especificações:...	UND 5,00	894,00	////	773,14	////	826,00	////	814,00	////	////	////	826,79 4.133,95	6,94%
Anexo I Lote 001 Item 008	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros, com sistema frost free (sem acúmulo de gelo) Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato Temperatura no mínimo, entre...	UND 5,00	////	////	////	////	4.500,00	////	4.295,00	4.450,00	////	////	4.415,00 22.075,00	2,79%
Anexo I Lote 001 Item 009	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. temperatura de operação: entre +1 °c e +7°. gabinete com quatro portas. conta com 4 prateleiras aramadas reguláveis, com estrutura monobloco. acabament...	UND 6,00	7.550,00	////	8.499,99	7.600,00	////	////	7.899,00	////	////	////	7.887,25 47.323,50	4,47%
Anexo I Lote 001 Item 010	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56px48,3lx97a; tensão:110v. com garantia de 12 meses ou superior.	UND 20,00	570,00	////	646,90	////	490,00	////	////	////	////	////	568,97 11.379,40	16,12%
Anexo I Lote 001 Item 011	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO troca de refil. tensão: 110v. dimensões: 38x32x46cm. filtro ecológico. refrigeração por compressor. cordão de alimentação (rabinho) certificado pelo inmetro, com indicação da voltagem. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND 15,00	800,00	////	798,00	////	799,00	////	799,00	////	////	////	799,00 11.985,00	0,13%



ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	DOMÍNIO AMPLO (INTERNET)	LICITANET	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	LICITAR DIGITAL	TCE MATO GROSSO	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Valor total do anexo após análise			201.113,00	35.500,00	100.200,82	49.221,60	194.152,00	33.426,24	256.265,46	169.602,50	51.757,75	33.750,00	R\$ 280.217,95	
Valor total geral do anexo			201.113,00	35.500,00	100.200,82	49.221,60	194.152,00	33.426,24	256.265,46	169.602,50	51.757,75	33.750,00		



RELATÓRIO UNIFICADO DAS PESQUISAS DE PREÇOS
As informações detalhadas de cada fonte podem ser verificadas através do QR Code

ID	DATA	OBJETO
073897	16/07/2025	AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO (ITENS DESERTOS)

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	MÉDIA ARITMÉTICA
Anexo I Lote 001 Item 001	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do inmetro, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; possui pés fixos; corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. dimensões do produtos: altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	UND 5,00	2.857,88 14.289,40
CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 2.765,00): Município de GUARINOS/GO - 01.494.178/0001-07 Nº -- - 3509 Data: 21/11/2024 Fornecedor: 28.897.703/0001-83 - SEIS LTDA UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 2.765,00 DESCRIÇÃO: BEBEDOURO DE ÁGUA INDUSTRIAL COLUNA 100 LITROS 3 TORNEIRAS + FILTRO			
DOMÍNIO AMPLIO (INTERNET) (R\$ 3.110,00): Loja: Mercado Livre Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 3.110,00 DESCRIÇÃO: Bebedouro Industrial De Coluna 100 Litros 3 Torneiras Knox Link: https://www.mercadolivre.com.br/bebedouro-industrial-de-coluna-100-litros-3-torneiras-knox/p/MLB28400752?pdp_filters=it%3AMLB3745174711&from=gshop&matt_tool=92309335&matt_word=&matt_source=bing&matt_campaign=MLB_ML_BING_AO_HOME%20%26%20INDUSTRY-ALL-ALL_X_PLA_ALLB_TXS_ALL&matt_campaign_id=382858298&matt_ad_group=HOME%20%26%20INDUSTRY&matt_match_type=e&matt_network=o&matt_device=c&matt_keyword=default&msclkid=8db192a209c7146c34a2fad44504bf4a&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=MLB_ML_BING_AO_HOME%20%26%20INDUSTRY-ALL-ALL_X_PLA_ALLB_TXS_ALL&utm_term=4581252654962818&utm_content=HOME%20%26%20INDUSTRY			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 2.636,00): MUNICIPIO DE SANTA RITA DE MINAS/MG Nº 000015 - 21 Data: 25/04/2025 Fornecedor: 34442747000111 - INFINITY OPÇÕES VAREJISTAS LTDA UN: UNIDADE QTDE: 10,00 VALOR: R\$ 2.636,00 DESCRIÇÃO: Bebedouro industrial coluna - Corpo em Inox; 100 litros; 3 torneiras agua gelada; bandeja coletora;			
LICITAR DIGITAL (R\$ 2.920,50): Prefeitura Municipal de Guaranésia/MG Nº 32/2024 - 60/2024 Data: 30/09/2024 Fornecedor: UN: UNIDADE QTDE: 2,00 VALOR: R\$ 2.920,50 DESCRIÇÃO: BEBEDOURO INDUSTRIAL DE COLUNA 100 LITROS: DE COLUNA EM POLIPROPILENO, CAPACIDADE DE 100 LITROS, COM 3 TORNEIRAS, TIPOS DE CARGA: REDE, INCLUI FILTRO E BANDEJA COLETORA, TEMPERATURA AGUA: FRIA.			

Anexo I Lote 001 Item 002	CASA DE BONECAS selo do inmetro. peças multicoloridas. não tóxico. casinha multicolorida. deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. dimensões mínimas: largura: 1,70m; altura: 1,70m; comprimento: 1,85m; garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND 15,00	8.435,00 126.525,00
CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 7.290,00): Município de SANTO ANTONIO DO GRAMA/MG - 18.836.973/0001-20 Nº 0000050652024/2024 - 65/2024 Data: 21/08/2024 Fornecedor: 34.075.109/0001-00 - Ml Do Brasil Empreendimentos Comerciais Ltda UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 7.290,00 DESCRIÇÃO: CASA DE BONECAS EM POLIETILENO			
PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (R\$ 9.700,00): Prefeitura Municipal de Chapadinha/MA Nº SRP 005/2025 - 0838/2025 Data: 11/03/2025 Fornecedor: UN: UN QTDE: 8,00 VALOR: R\$ 9.700,00 DESCRIÇÃO: CASINHA DE BONECA			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 7.900,00): CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA REGIAO CENTRAL DE MINAS GERAIS/MG Nº 0006 - 5 Data: 04/12/2024 Fornecedor: 46153320000182 - STAR PRODUTOS E COMERCIO LTDA UN: UNID. QTDE: 250,00 VALOR: R\$ 7.900,00 DESCRIÇÃO: Casinha de Boneca multicolorida deverá acompanhar, no mínimo, 5 (cinco) dos itens a seguir: janelas de correr,janela colonial, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, telefone, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Balcão externo na janela (apoio para os braços). O produto deverá ser fabricado em polietileno pelo processo de rotomoldagem, composto com aditivo antiestático e aditivo anti-UV que protejam contra raios solares. e desbotamento provocado pelo tempo (sol e/ou chuva), garantindo a cor e resistência do produto. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltemfacilmente, visando à segurança do usuário. Os materiais utilizados no processo de fabricação dos produtos deverão possibilitar a reciclagem após o término da vida útil. Dimensões: Largura: 1310 mm; Altura mínima: 1287 mm; Comprimento: 1610 mm; com variação de até 5%. Certificação ABNTNBR NM 300-1 e ABNT NBR NM 300-3. Apresentar Laudo Anti-UV da matéria prima de no mínimo 2000 horas, atendendo as exigências da ASTM G 154, Apresentar Laudo da matéria prima de Resistência a Condutividade Elétrica (antiestático), atendendo as exigências da ABNT NBR 14922:2013 e Apresentar Laudo da matéria prima de Resistividade Volumétrica e Superficial, para avaliar as características condutivas, antiestáticas e isolantes da matéria prima, atendendo as exigências da ASTM D 257-14.			
LICITAR DIGITAL (R\$ 8.850,00): PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÁ/SP Nº 1398/2024 - 2561/2024 Data: 02/12/2024 Fornecedor: UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 8.850,00 DESCRIÇÃO: 029.02.00443 - CASINHA DE BONECA - CONFECCIONADA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO E ATOXICO, COM ADITIVOS ANTI-UV E ANTIESTATICO, EM CORES DIVERSAS E PIGMENTACAO A QUENTE, O QUE ASSEGURA A QUALIDADE DA COLORACAO. CONTEM TELHADO DUAS AGUAS, TABUA DE PASSAR COM FERRO, BALCAO EXTERNO NA JANELA, PORTA VAI E VEM COM TELHADO PESTANA, PIA COM FOGAO E BALCAO DE COZINHA, JANELA DE CORRER, JANELA COLONIAL E SOLEIRA. APRESENTA PAREDES REFORCADAS PARA MAIOR ESTABILIDADE, COM TEXTURA QUE SIMULA UMA CONSTRUCAO REAL INTERNA E EXTERNAMENTE. DIMENSOES APROXIMADAS: 131CM (LARGURA) X 143CM (ALTURA) X 161CM (COMPRIMENTO).			

Anexo I Lote 001 Item 003	CENTRÍFUGA DE FRUTAS volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. filtro em aço inox. lâminas e peneira em aço inox. copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. trava de segurança. com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. base firme com pés antideslizantes (ventosa). motor com potência mínima de 700w. dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. voltagem mínima: 110v ou bivolt. cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo inmetro, com indicação da voltagem. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND 1,00	744,97 744,97
---------------------------------	---	-------------	------------------



ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	MÉDIA ARITMÉTICA
CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 649,00): Município de Boa Ventura de Sao Roque/PR - 01.612.906/0001-20 Nº 46 / 2024 Data: 16/10/2024 Fornecedor: 51.784.579/0001-61 - S C T MACKERT UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 649,00 DESCRIÇÃO: CENTRÍFUGA DE FRUTAS - CT- (PROINFÂNCIA)			
DOMÍNIO AMPLO (INTERNET) (R\$ 815,89): Loja: Magazine Luiza Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 815,89 DESCRIÇÃO: Centrífuga De Frutas Britânia 1000 800W 2 Velocidades + Pulsar Link: https://www.magazineluiza.com.br/centrifuga-de-frutas-britania-1000-800w-2-velocidades-pulsar/p/ghd7kde12a/ep/cent/?utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=bing_eco_per_ven_sho_all_sor_3p_all-products-std&partner_id=77025&utm_term=77025&msslkid=d2ba63a279241b4b594b0bd42cb0fcf5&gclid=d2ba63a279241b4b594b0bd42cb0fcf5&gclsrc=3p.ds			
BLL (R\$ 694,99): MUNICIPIO DE CASTRO ALVES/BA Nº 003/2024PE - 101/2024 Data: 03/12/2024 Fornecedor: SOLMEDI COMERCIO DE MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR UN: UNIDADE QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 694,99 DESCRIÇÃO: CENTRÍFUGA DE FRUTAS DE 800W			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 820,00): MUNICIPIO DE RIO NEGRINHO/SC Nº PCE 23 - 32 Data: 08/05/2025 Fornecedor: 47459386000168 - ANDRELIS DISTRIBUIDORA LTDA UN: UNIDADE (UN) QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 820,00 DESCRIÇÃO: CENTRÍFUGA DE FRUTAS - CT-NOVO (PROINFÂNCIA). CONFORME MANUAL DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS VOL.07 - FNDE.			

Anexo I Lote 001 Item 004	ESCORREGADOR GRANDE selo do inmetro peças multicoloridas não tóxico rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. corrimão incorporado à própria escada. topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. dimensões mínimas: largura: 42cm; altura mínima: 1,5m; comprimento: 3m; garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND 25,00	1.502,88 37.572,00
PAINEL DE PREÇOS (R\$ 1.420,00): PREFEITURA DE BELA VISTA DO PARAISO - PR/PR Nº 90065/2024 Data: 14/01/2025 Fornecedor: 18770897000106 - V A OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA UN: UNIDADE QTDE: 3,00 VALOR: R\$ 1.420,00 DESCRIÇÃO: (BR483240) BRINQUEDO EM GERAL, MATERIAL:POLIETILENO, TIPO:ESCORREGADOR, COR:MULTICOLOR, DIMENSÕES:2,05 X 0,59 X 1,30 M, COMPONENTES:ESCADA, RAMPA, BARRAS LATERAIS			
BLL (R\$ 1.309,25): MUNICIPIO DE IGUATEMI/MS Nº 034/2025 - 079/2025 Data: 30/05/2025 Fornecedor: M. G. B. COMERCIAL EIRELI UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 1.309,25 DESCRIÇÃO: ESCORREGADOR GRANDE - EG - NOVO (PROINFÂNCIA)			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 1.364,86): MUNICIPIO DE GRAVATAL/SC Nº PRI 29 - 63 Data: 03/06/2025 Fornecedor: 14733870000184 - VALE COMERCIO DE PRODUTOS PARA EDUCACAO LTDA UN: UNIDADE (UN) QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 1.364,86 DESCRIÇÃO: ESCORREGADOR GRANDE - CONFECCIONADO EM POLIETILENO ROTOMOLDADO COM ADITIVOS UV. COM RAMPA ONDULADA, BORDAS SALIENTES E ANATÔMICAS, ENCAIXE INFERIOR. ESCADA DE ACESSO COM TRÊS DEGRAUS ANTIDERRAPANTES E RESSALTOS LATERAIS (CORRIMÃO). COM BASE DE APOIO PARA MAIOR ESTABILIDADE E HASTE DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM POLIETILENO ROTOMOLDADO PARA PRENDER A RAMPA NA ESCADA PARA MAIOR SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA DO ESCORREGADOR. TODAS OS COMPONENTES COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS. MEDIDAS DO ESCORREGADOR MONTADO: COMPRIMENTO: 2,16M X LARGURA: 0,70M X ALTURA: 1,23M. COM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR 300-1/2011 ENBR 300-3/2011 COM A PORTARIA 369/07- CERTIFICADO PELO INMETRO			
TCE MATO GROSSO (R\$ 2.070,31): PM DE SANTA CARMEM/MT Nº 00000000004/2024 Data: 07/08/2024 Fornecedor: 08.374.053/0001-84 - PAULO ZIOBER - EQUIPAMENTOS METALURGICOS LTDA UN: UNIDADE QTDE: 12,00 VALOR: R\$ 2.070,31 DESCRIÇÃO: (00030615) ESCORREGADOR - AVULSO TEEN COM ESTRUTURA TUBULAR, DEGRAUS EM MADEIRA E PRANCHA EM PLASTICO ROTO-MOLDADO MEDINDO 2,70 X 0,40.			
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ (R\$ 1.350,00): P. M. DE MILTON BRANDAO/PI Nº 030/2023 - 184/2023 Data: 16/08/2024 Fornecedor: 23.511.454/0001-22 - J.R.D BRANDÃO UN: -- QTDE: 4,00 VALOR: R\$ 1.350,00 DESCRIÇÃO: ESCORREGADOR GRANDE: ALTURA: 1,5M; COMPRIMENTO: 3,00M; LARGURA: 42CM; ESCADA COM CINCO DEGRAUS; PRODUZIDO EM FERRO E PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO.			

Anexo I Lote 001 Item 005	ESPREMEDOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS espremedor automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. gabinete (corpo) fabricado em aço inox. copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. base antiderrapante. dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. voltagem mínima: 110v. cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo inmetro, com indicação da voltagem. cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND 1,00	265,55 265,55
CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 264,00): Município de RUBIATABA/GO - 02.382.836/0001-23 Nº -- - 4310 Data: 14/10/2024 Fornecedor: 50.752.343/0001-80 - V4 COMERCIO E SERVICOS LTDA UN: UN QTDE: 4,00 VALOR: R\$ 264,00 DESCRIÇÃO: ESPREMEDOR DE FRUTAS CÍTRICAS/LINHA COMERCIAL MODELO: FDE/FNDE - Capacidade e características gerais: Espremedor/extrator de frutas cítricas, industrial, fabricado em aço inox. Dimensões e tolerância Altura: 390mm, largura: 360mm, diâmetro: 205mm, tolerância: +/- 10%, produção média: 15 unid. minuto (aproximada) Características construtivas: gabinete, câmara de sucos e tampa fabricados em aço inox. Copo superior desmontável com bica 1 litro, no mínimo; copo e peneira em aço inox. Base antiderrapante. Jogo de carambola composto por: 1 Castanha pequena (para limão); 1 Castanha grande (para laranja). Motor: 1/4 HP (mais potente que os motores convencionais de 1/5 e 1/6 HP). Rotação: 1740 Rpm. Frequência: 50/60 Hz. Tensão: 127/220v (Bivolt). Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Matérias-primas, tratamentos e acabamentos...			
DOMÍNIO AMPLO (INTERNET) (R\$ 281,20): Loja: Mercado Livre Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 281,20 DESCRIÇÃO: Espremedor Extrator Sucos Laranja Frutas Mondial E-10 Bivolt Link: https://produto.mercadolivre.com.br/MLB-1938027936-espremedor-extrator-sucos-laranja-frutas-mondial-e-10-bivolt-_JM?matt_to_o=14213447&matt_word=&matt_source=bing&matt_campaign=MLB_ML_BING_AO_CE-ALL-ALL_X_PLA_ALLB_TXS_ALL&matt_campaign_id=382858295&matt_ad_group=CE&matt_m_atch_type=e&matt_network=o&matt_device=c&matt_keyword=default&msslkid=42f99db506971265f7e9f5c35c2a7daf&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=MLB_ML_BING_AO_CE-ALL-ALL_X_PLA_ALLB_TXS_ALL&utm_term=4581596253419774&utm_content=CE			
PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (R\$ 237,00): Prefeitura Municipal de Areado/MG Nº 32/2024 - 102 Data: 23/07/2024 Fornecedor: UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 237,00 DESCRIÇÃO: ESPREMEDOR DE FRUTAS CÍTRICAS - EP PROINFÂNCIA			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 279,99): MUNICIPIO DE MARILAC/MG Nº 0035 - 67 Data: 17/06/2025 Fornecedor: 25275318000106 - MÓVEIS E SERVIÇOS LTDA .ME UN: UNIDADE QTDE: 5,00 VALOR: R\$ 279,99 DESCRIÇÃO: Espremedor automático de frutas cítricas,comercial,com copo coletor de 1 litro com tampa,um coador/peneira e dois cones de extração(castanha/ carambola)em tamanhos diferentes, para laranja e limão.			

Anexo I Lote 001 Item 006	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO fogão comercial central de seis queimadores (bocas). com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). alimentado por glp (gás liquefeito de petróleo). com queimadores dotados de dispositivo “supervisor de chama”. especificações: 76,9cm x 59,7cm x 85,8cm. possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.	UND 3,00	1.308,06 3.924,18
---------------------------------	---	-------------	-----------------------------



Município de ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	MÉDIA ARITMÉTICA
CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 1.285,00): Município de LASSANCE/MG - 18.279.125/0001-68 Nº - 64/2024 Data: 13/08/2024 Fornecedor: 20.776.241/0001-34 UN: UNIDADE QTDE: 2,00 VALOR: R\$ 1.285,00 DESCRIÇÃO: FOGÃO 6 BOCAS COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO, FORNO AUTOLIMPANTE E GRADES INDIVIDUAL, BOTÕES REMOVÍVEIS, COR BRANCO.			
DOMÍNIO AMPLO (INTERNET) (R\$ 1.260,03): Loja: Magazine Luiza Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 1.260,03 DESCRIÇÃO: Fogão De Piso Waves 6 Bocas Com Acendimento Automático Itatiaia Link: https://validate.perfdrive.com/ca4df1c7abf7ea2cc50ab30bdf7ed2bb/?ssa=570e5157-5c1d-4084-b29e-0f153f8c52da&ssb=06131277852&ssc=https%3A%2F%2Fwww.magazineluiza.com.br%2Ffogao-de-piso-waves-6-bocas-com-acendimento-automatico-itatiaia%2Fp%2Fgkd46603j5%2Fed%2Ffg6b%2F%3Futm_source%3Dbing%26utm_medium%3Dcpc%26utm_campaign%3Dbing_eco_per_ven_sho_ele_sor_3p_ed-std%26partner_id%3D76174%26utm_term%3D76174%26msclkid%3D1e2a7ceb3b841fa5aa97149dba0cf7d7%26clid%3D1e2a7ceb3b841fa5aa97149dba0cf7d7%26gclid%3D3p.ds&ssi=a7bebe58-bi37-46a7-bfe8-5b7685e13019&ssk=support@shieldsquare.com&ssm=39787380430213036101911572541014&ssn=2f2f9070e858d9a9671866f4a57b7e1dccb700ef0aaa-3479-4914-ba6f96&sso=e2abee2f-b4284d0a57f5c6dec1f39ebf1973a95e238417581169ba8d&ssp=57646668631752525706175251281235103&ssq=1502852968746489644189687450815725746283&ssr=MtCylJizMy4xMl4xNdc=&sst=Mozilla/5.0%20(Windows%20NT%2010.0;%20Win64;%20x64)%20AppleWebKit/537.36%20(KHTML,%20like%20Gecko)%20Chrome/96.0.4664.110%20Safari/537.36%20Edg/96.0.1054.62&ssv=&ssw=&ssx=W10=			
LICITANET (R\$ 1.207,20): MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO/PB/PB Nº 51/2025 - 250328PE00051 Data: 02/04/2025 Fornecedor: AMENA CLIMATIZACAO LTDA - 46.368.367/0001-63 UN: UNID QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 1.207,20 DESCRIÇÃO: FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO: Fogão comercial central de seis queimadores com um forno, alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo) ou gás natural.			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 1.479,99): MUNICIPIO DE MERCES/MG Nº 0014 - 54 Data: 13/08/2024 Fornecedor: 34240500000112 - BRUNO DO CARMO FERREIRA UN: UN QTDE: 4,00 VALOR: R\$ 1.479,99 DESCRIÇÃO: FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO-FG2-NOVO (PROINFÂNCIA)			

Anexo I	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES capacidade mínima do forno: 50 litros. características do fogão. com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). alimentado por	UND	826,79
Lote 001	glp (gás liquefeito de petróleo). com queimadores dotados de dispositivo “supervisor de chama”.		
Item 007	especificações: 95x60,5x50cm. possui mesa in, puxador de alumio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades desltzantes e luz de lâmpada.	5,00	4.133,95
CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 894,00): Município de Boa Ventura de Sao Roque/PR - 01.612.906/0001-20 Nº 46 / 2024 Data: 16/10/2024 Fornecedor: 18.770.897/0001-06 - V.A. OTTONI EQUIPAMENTOS LTDA UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 894,00 DESCRIÇÃO: FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES - FG3- (PROINFÂNCIA)			
DOMÍNIO AMPLO (INTERNET) (R\$ 773,14): Loja: Mercado Livre Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 773,14 DESCRIÇÃO: Fogão Itatiaia Star New 4 Bocas Branco Bivolt 3700000357 Branco Link: https://www.mercadolivre.com.br/fogao-itatiaia-star-new-4-bocas-branco-bivolt3700000357/up/MLBU0709054536?pdp_filters=item_id:MLB5028125652			
PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (R\$ 826,00): Prefeitura Municipal de Brejinho/PE Nº 25/2024 - 51/2024 Data: 12/12/2024 Fornecedor: UN: UND QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 826,00 DESCRIÇÃO: FG3 - Fogão linha branca 4 queimadores Fogão de piso de quatro queimadores com um forno, alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo) ou gás natural			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 814,00): MUNICIPIO DE RODEIRO/MG Nº 0068 - 56 Data: 25/09/2024 Fornecedor: 43473645000154 - WNR SERVIÇOS E COMERCIAL LTDA UN: UNID. QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 814,00 DESCRIÇÃO: FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES- FG3-NOVO(PROINFÂNCIA) VOLUME DO FORNO: 62,3 LITROS CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA MESA/FORNO: A/B MESA - QUEIMADOR NORMAL (1,7 KW): 3 - QUEIMADOR FAMÍLIA (2 KW): 1 FORNO - QUEIMADOR DO FORNO 2,4. DIMENSÕES APROXIMADAS: 87X51X63CM (AXLXP) PESO APROXIMADO:28,4KG			

Anexo I	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros, com sistema frost free (sem acúmulo de gelo) Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com	UND	4.415,00
Lote 001	auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato Temperatura no mínimo,		
Item 008	entre 0°C a -18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões: 1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática.	5,00	22.075,00
PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (R\$ 4.500,00): Prefeitura Municipal de Juazeirinho/PB Nº 00034/2024 - 120 Data: 13/11/2024 Fornecedor: UN: UN QTDE: 6,00 VALOR: R\$ 4.500,00 DESCRIÇÃO: FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L			
PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 4.295,00): MUNICIPIO DE RODEIRO/MG Nº 0017 - 77 Data: 09/12/2024 Fornecedor: 43473645000154 - WNR SERVIÇOS E COMERCIAL LTDA UN: UNID. QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 4.295,00 DESCRIÇÃO: FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L-FZ- NOVO(PROINFÂNCIA)DESCRIÇÃO: FREEZER VERTICAL COMERCIAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 450 LITROS, COM SISTEMA FROSTFREE (DEGELO AUTOMÁTICO).TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: ENTRE 0 °C E +7°. LOCAL : DESPENSA. DIMENSÕES BÁSICAS E CAPACIDADE DIMENSÃO CONDICIONADA AO PROJETO DE ARQUITETURA, NO QUE DIZ RESPEITO AO ESPAÇO DISPONÍVEL PARA A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. LARGURA MÁXIMA: 750 MM; CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA: 450 LITROS.CARACTERÍSTICAS : CONGELADOR (FREEZER) VERTICAL EM AÇO INOX COM SISTEMA DE DEGELO “FROSTFREE” (QUE NÃO PRECISA DESCONGELAMENTO), COM UMA PORTA. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO PARA CONGELAMENTO DE ALIMENTOS, NO MÍNIMO, ENTRE -16°C E -24°C. GABINETE TIPO MONOBLOCO REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 MM). ISOLAMENTO DO GABINETE DE POLIURETANO INJETADO. PÉS FIXOS EM MATERIAL METÁLICO E MACIÇO COM REVESTIMENTO DE BORRACHA RESISTENTE. PORTAS REVESTIDAS INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 MM). ISOLAMENTO DA PORTA DE POLIURETANO INJETADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 45 MM E DENSIDADE MÍNIMA DE 36 KG/M3. VEDAÇÃO HERMÉTICA EM TODO O PERÍMETRO DAS PORTAS, CONSTITUÍDA DE GAXETA MAGNÉTICA SANFONADA. PUXADORES, TRINCOS E DOBRADIÇAS EM AÇO INOX. TRINCOS COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, OU SISTEMA DE IMÃ RESISTENTE AO PESO DA PORTA. BARREIRA TÉRMICA EM TODO O PERÍMETRO DOS BATENTES DAS PORTAS PARA EVITAR A CONDENSACÃO, CONSTITUÍDA DE RESISTÊNCIA ELÉTRICA DE BAIXA POTÊNCIA, INTERCAMBIÁVEL. SISTEMA DE CONTROLE DE TEMPERATURA POR MEIO DE TERMOSTATO REGULÁVEL, DOTADO DE TERMÔMETRO DIGITAL, COM POSICIONAMENTO FRONTAL DE FÁCIL ACESSO. 123 . SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM UNIDADE COMPRESSORA SELADA. COMPRESSOR HERMÉTICO DE, NO MÍNIMO, 1/3 HP, MONOFÁSICO 127 V OU 220 V (CONFORME TENSÃO LOCAL). TEMPORIZADOR PARA DEGELO, DOTADO DE COMPRESSOR HERMÉTICO MONOFÁSICO DE 127 V OU 220 V (CONFORME TENSÃO LOCAL), COM SISTEMA DE AR FORÇADO E DEGELO AUTOMÁTICO (SISTEMA"FROST- FREE"). OBS.: O COMPRESSOR DEVE SER INSTALADO NA PARTE			
LICITAR DIGITAL (R\$ 4.450,00): Prefeitura Municipal de Simonésia/MG Nº 014/2025 - 023/2025 Data: 11/03/2025 Fornecedor: UN: UND QTDE: 10,00 VALOR: R\$ 4.450,00 DESCRIÇÃO: FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L FREEZER VERTICAL COMERCIAL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 450 LITROS, COM SISTEMA FROSTFREE (DEGELO AUTOMÁTICO). TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: ENTRE 0 °C. DIMENSÃO CONDICIONADA AO PROJETO DE ARQUITETURA, NO QUE DIZ RESPEITO AO ESPAÇO DISPONÍVEL PARA A INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO. - LARGURA MÁXIMA: 750 MM; - CAPACIDADE TOTAL MÍNIMA: 450 LITROS. - CONGELADOR (FREEZER) VERTICAL EM AÇO INOX COM SISTEMA DE DEGELO “FROSTFREE” (QUE NÃO PRECISA DESCONGELAMENTO), COM UMA PORTA. - TEMPERATURA DE OPERAÇÃO PARA CONGELAMENTO DE ALIMENTOS, NO MÍNIMO, ENTRE -16°C E -24°C. - GABINETE TIPO MONOBLOCO REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 MM). - ISOLAMENTO DO GABINETE DE POLIURETANO INJETADO. - PÉS FIXOS EM MATERIAL METÁLICO E MACIÇO COM REVESTIMENTO DE BORRACHA RESISTENTE. - PORTAS REVESTIDAS INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 MM). - ISOLAMENTO DA PORTA DE POLIURETANO INJETADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 45 MM E DENSIDADE MÍNIMA DE 36 KG/M3. - VEDAÇÃO HERMÉTICA EM TODO O PERÍMETRO DAS PORTAS, CONSTITUÍDA DE GAXETA MAGNÉTICA SANFONADA. PUXADORES, TRINCOS E DOBRADIÇAS EM AÇO INOX. TRINCOS COM TRAVAMENTO AUTOMÁTICO, OU SISTEMA DE IMÃ RESISTENTE AO PESO DA PORTA. - BARREIRA TÉRMICA EM TODO O PERÍMETRO DOS BATENTES DAS PORTAS PARA EVITAR A CONDENSACÃO, CONSTITUÍDA DE RESISTÊNCIA ELÉTRICA DE BAIXA POTÊNCIA, INTERCAMBIÁVEL. - SISTEMA DE CONTROLE DE TEMPERATURA POR MEIO DE TERMOSTATO REGULÁVEL, DOTADO DE TERMÔMETRO DIGITAL, COM POSICIONAMENTO FRONTAL DE FÁCIL ACESSO. - SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO COM UNIDADE COMPRESSORA SELADA. COMPRESSOR HERMÉTICO DE, NO MÍNIMO, 1/3 HP, MONOFÁSICO 127 V OU 220 V (CONFORME TENSÃO LOCAL). - TEMPORIZADOR PARA DEGELO, DOTADO DE COMPRESSOR HERMÉTICO MONOFÁSICO DE 127 V OU 220 V (CONFORME TENSÃO LOCAL), COM SISTEMA DE AR FORÇADO E DEGELO AUTOMÁT (SISTEMA“FROST-FREE”). OBS.: O COMPRESSOR DEVE SER INSTALADO NA PARTE SUPERIOR DO EQUIPAMENTO. - GÁS REFRIGERANTE R600A, R134A OU R290. - QUATRO PRATELEIRAS REMOVÍV			



Município de ITARANA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ITEM		PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	MÉDIA ARITMÉTICA
Anexo I Lote 001 Item 009	<p>GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. temperatura de operação: entre +1 °c e +7°. gabinete com quatro portas. conta com 4 prateleiras amadas reguláveis, com estrutura monobloco.</p> <p>acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. possui pés niveladores ajustáveis.</p> <p>refrigeração em ar forçado com serpentina alelada. controlador de temperaturas eletrônico digital, com indicador de temperatura de degelo automático natural. dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura:2030mm. tensão: 127 ou 220.</p>		UND 6,00	7.887,25 47.323,50
<p>CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 7.550,00): Município de GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA/RO - 63.761.944/0001-00 Nº 0014 - 103 Data: 18/07/2024 Fornecedor: 41.947.390/0001-99 - CLEIDE BEATRIZ TORIS EIRELI UN: UND QTDE: 10,00 VALOR: R\$ 7.550,00 DESCRIÇÃO: GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS. REFRIGERADOR INDUSTRIAL DE 4 PORTAS E CAPACIDADE MÍNIMA DE 1000 LITROS, COM SISTEMA FROST-FREE (DEGEO AUTOMÁTICO). TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: ENTRE 0 °C E + 7. GABINETE COM QUATRO PORTAS, REFRIGERADOR VERTICAL EM AÇO INOX COM SISTEMA FROSTFREE (DEGEO AUTOMÁTICO, QUE NÃO PRECISA DE DESCONGELAMENTO), GABINETE TIPO MONOBLOCO REVESTIDO INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79mm). ISOLAMENTO DO GABINETE DE POLIURETANO INJETADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 55 MM DE DENSIDADE MÍNIMA DE 36 KG/M3. PÉS FIXOS EM MATERIAL METÁLICO E MACIO COM REVESTIMENTO DE BORRACHA RESISTENTE. PORTAS REVESTIDAS INTERNA E EXTERNAMENTE EM AÇO INOX, EM CHAPA 22 (0,79 mm) BATENTE DAS PORTAS COM MEDIDAS 55CM DE LARGURA, 65CM DE ALTURA, COM TOLERÂNCIA +/- 5%. ISOLAMENTO DA PORTA DE POLIURETADO INJETADO, COM ESPESSURA MÍNIMA DE 45MM, E DENSIDADE MÍNIMA DE 36 KG/M3. VEDAÇÃO HERMÉTICA EM TODO O PERÍMETRO DAS PORTAS, CONSTITUÍDA DE GAXETA MAGNÉTICA SANFONADA. PUXADORES, TRINCOS E DOBRADIÇAS EM Aço</p> <p>DOMÍNIO AMPLO (INTERNET) (R\$ 8.499,99): Loja: Magazine Luiza Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 8.499,99 DESCRIÇÃO: Refrigerador Comercial Para Restaurante 4 Portas Inox Gelopar 220V Link: https://validate.perfdrive.com/ca4df1c7abf7ea2cc50ab30bfdded2bb/?ssa=f9908f34-676d-4e0b-a5cf-3f6b7455fad c&ssb=246492f78838&ssc=https%3A%2F%2Fwww.magazine.luiza.com.br%2Frefrigerador-comercial-para-restaurante-4-portas-inox-gelopar-220v%2Fp%2Fdgdgdcfa%2Fpi%2DFgeri%2F3futn_source%3Dbing%26utm_medium%3Dpcp%26utm_campaign%3Dbing_eco_per_ven_sho_all_sor_3p_all-products-std%26partner_id%3D77025%26utm_term%3D77025%26msclkid%3D12f1983c1f43178f9fe7f04a813f7866%26gcd%3D12f1983c1f43178f9fe7f04a813f7866%26gcslsrc%3D3p.ds&ssi=baSebb4e-bi37-4add-bc37-77c797287fc&s&k=support@shieldsquare.com&ssm=547425257900184911039411267010188ssn=22bc64cbcd7ed9b2902050834b3a73ed68b8686506166-15d9-4f1d-bf7f5f8so=ecylj7d ec-e-cfb309bd2f6cbce2f64cbece2cde839929ddb3dbf35578ssp=800003709611752643627175260104127956&ssq=76658660428685895688404286462224253849479&sr=MTCyJlZ mY4xMi4XNDc=&sst=Mozilla/5.0%20(Windows%20NT%2010.0;%20Win64;%20x64)%20AppleWebKit/537.36%20(KHTML,%20like%20Gecko)%20Chrome/96.0.4664.110%20Safari/537.36%20Edg/96.0.1054.62&ssv=&ssw=&ssx=W10=</p> <p>LICITANTE (R\$ 7.600,00): MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE/MG/MG Nº 33/2024 - 59 Data: 11/11/2024 Fornecedor: COMERCIAL BRAGA E SILVA LTDA - 53.627.731/0001-28 UN: Un QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 7.600,00 DESCRIÇÃO: Geladeira Vertical Industrial 4 portas (RF1). Descrição Refrigerador industrial vertical de 4 portas, capacidade útil mínima de 1000 litros, monofásico 110 V ou 220 V (conforme tensão local), compressor de 1/2 hp, sistema de transmissão térmica conve</p> <p>PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 7.899,00): MUNICIPIO DE MERCES/MG Nº 0022 - 68 Data: 30/10/2024 Fornecedor: 29843035000174 - SENTINELA DO VALE COMERCIAL LTDA UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 7.899,00 DESCRIÇÃO: GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS 1000L-RF1-NOVO (PROINFÂNCIA)</p>				

Anexo I	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG com programação pra várias funções de lavagem;		UND	568,97
Lote 001	corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56px48,3lx97a; tensão:110v. com garantia			
Item 010	de 12 meses ou superior.		20,00	11.379,40

CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 570,00): Município de FORTUNA DE MINAS/MG - 18.116.145/0001-80 Nº 72/2024 - 27/2024 Data: 09/10/2024
Fornecedor: 14.780.286/0001-80 - SANTAFE DISTRIBUIDORA LTDA UN: UNIDADE QTDE: 3,00 VALOR: R\$ 570,00 DESCRIÇÃO: LAVADORA DEROUPAS TIPO TANQUINHO SEMIAUTOMÁTICA, CAPACIDADE 10KG, NÍVEIS DE ÁGUA: MÍNIMO 01, PROGRAMA DE LAVAGEM: MÍNIMO 03, ENTRADA DE ÁGUA MANUAL, SAÍDA DE ÁGUA MANUAL, ENXAGUE MANUAL, DISPENSER PARA SABÃO, FUNÇÃO MOLHO, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO COM TIMER, ELIMINA FIAPOS, COR BRANCO, GARANTIA DE NO MINIMO 12 MESES , 127V

DOMÍNIO AMPLIO (INTERNET) (R\$ 646,90): Loja: Magazine Luiza Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 646,90 DESCRIÇÃO: Lavadora Semiautomática 10kg Tanquinho Ecomax - Branco - Colormaq Link:

Anexo	I	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO troca de refil. tensão: 110v. dimensões: 38x32x46cm. filtro ecológico.	UND	799,00
Lote	001	refrigeração por compressor. cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo inmetro, com indicação da		
Item	011	voltagem. garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	15,00	11.985,00

CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ÓRGÃOS) (R\$ 800,00): *Município de Catanduvas/PR - 76.208.842/0001-03 Nº 285/2024 - 105/2024 Data: 12/11/2024*
Fornecedor: 74.085.358/0001-09 - NELSON BAVARESCO E BAVARESCO LTDA UN: UN QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 800,00 **DESCRIÇÃO:** Purificador de água, gelada, fria e natural, com compressor na cor prata. Frequência de 60HZ. Medida Marca: ELECTROLUX

DOMÍNIO AMPLO (INTERNET) (R\$ 798,00): *Loja: Mercado Livre Acesso em: 15/07/2025 VALOR: R\$ 798,00 DESCRIÇÃO: Purificador De Água Ibbf Fr600 Speciale Prata Cor Prateado Link: https://www.mercadolivre.com.br/purificador-de-agua-ibbl-fr600-speciale-prata-cor-prateado/p?MLB22371824?pdp_filters=item_id%3AMLB5395072316&from=gshops&mtt_tool=92309335&mtt_word=&mtt_source=bing&mtt_campaign=MLB_ML_BING_AO_HOME%20%26%20INDUSTRY-ALL-ALL_X_PLA_ALLB_TXS_ALL&mtt_campaign_id=382858298&mtt_ad_group=HOME%20%26%20INDUSTRY&mtt_match_type=&mtt_network=&mtt_device=c&mtt_keyword=default&msclkid=59812f60d53a1d44ea55471676c75562&utm_source=bing&utm_medium=cpc&utm_campaign=MLB_ML_BING_AO_HOME%20%26%20INDUSTRY-ALL-ALL_X_PLA_ALLB_TXS_ALL&utm_term=458125264962818&utm_content=HOME%20%26%20INDUSTRY*

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS (R\$ 799,00): *Prefeitura Municipal de Gurupi/TO Nº ° PE/2024.022-GPI-SECAD/2024 - 2024008284 Data: 30/07/2024 Fornecedor: UN: UN QTDE: 15,00 VALOR: R\$ 799,00 DESCRIÇÃO: PURIFICADOR DE ÁGUA BRANCO COM PAINEL TOUCH BIVOLT - PRODUTO:*

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (R\$ 799,00): *MUNICIPIO DE BUENO BRANDAO/MG Nº 0028 - 66 Data: 28/04/2025 Fornecedor: 26404731031237 - ELETROZEMA S/A UN: UNIDADE QTDE: 1,00 VALOR: R\$ 799,00 DESCRIÇÃO: PURIFICADOR AGUA REFRIGERADO.*





Prefeitura Municipal de Itarana
Governo do Estado do Espírito Santo



PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000044/2025 - 15/07/2025 - Processo Nº 003266/2025

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00009		00020551	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMÁTICA, 10KG Com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56Px48,3Lx97A; Tensão:110v. Com garantia de 12 meses ou superior.	UND	20,00	568,97	11.379,40
00001		00043459	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS Equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do INMETRO, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; Possui pés fixos; Corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; Voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. Dimensões do produtos: Altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	UND	5,00	2.857,88	14.289,40
00002		00044307	CASA DE BONECAS Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND	15,00	8.435,00	126.525,00
00003		00044309	CENTRÍFUGA DE FRUTAS Volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • Tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • Filtro em aço inox. • Lâminas e peneira em aço inox. • Copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • Trava de segurança. • Com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • Base firme com pés antidesslizantes (ventosa). • Motor com potência mínima de 700W. • Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V ou bivolt. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND	1,00	744,97	744,97
00004		00044322	ESCORREGADOR GRANDE Selo do INMETRO • Peças multicoloridas • Não tóxico • Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. • Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • Corrimão incorporado à própria escada. • Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. Dimensões mínimas: Largura: 42cm; • Altura mínima: 1,5m; • Comprimento: 3m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND	25,00	1.502,88	37.572,00
00005		00044323	ESPRESSADOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS Espressador automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • Gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • Copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • Copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. • Jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • Base antiderrapante. • Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de	UND	1,00	265,55	265,55



Prefeitura Municipal de Itarana
Governo do Estado do Espírito Santo



PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000044/2025 - 15/07/2025 - Processo Nº 003266/2025

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
			operação. • Voltagem mínima: 110V. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. • Cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.				
00006		00044327	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO • Fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 76,9cm X 59,7cm X 85,8cm. Possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.	UND	3,00	1.308,06	3.924,18
00007		00044328	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES Capacidade mínima do forno: 50 litros. CARACTERÍSTICAS DO FOGÃO. • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 95x60,5x50cm. Possui mesa in, puxador de alumínio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.	UND	5,00	826,79	4.133,95
00011		00044329	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros, com sistema frost free (sem acúmulo de gelo) • Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato • Temperatura no mínimo, entre 0°C a -18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões: 1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática	UND	5,00	4.415,00	22.075,00
00008		00044333	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS Refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. Temperatura de operação: entre +1 °C e +7°. Gabinete com quatro portas. Conta com 4 prateleiras amovíveis reguláveis, com estrutura monobloco. Acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. Possui pés niveladores ajustáveis. Refrigeração em ar forçado com serpentina aletada. Controlador de temperaturas eletrônico digital, com indicador de temperatura de degelo automático natural. Dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura:2030mm. Tensão: 127 ou 220.	UND	6,00	7.887,25	47.323,50
00010		00044347	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO Troca de refil. Tensão: 110V. Dimensões: 38x32x46cm. Filtro ecológico. Refrigeração por compressor. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND	15,00	799,00	11.985,00

Itens 11

Total da Itens 11

Sub Total: 280.217,95
Valor Total: 280.217,95

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:9a557266-1650-4563-8208-64ae6e3780af>
Documentos Nº 014884/2025



Prefeitura Municipal de Itarana
Governo do Estado do Espírito Santo



VALORES MÉDIOS PARA A RESERVA ORÇAMENTÁRIA

Origem	Pesquisa de Preços Nº 000044/2025	Processo	003266/2025
Objeto	Aquisição de material permanente dados como desertos para atender aos educandos das Unidades Educacionais.		
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Ficha	Dotação	Valor Total	
00389-25750000 0001	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1236500073.026.44905200000.257500000001)	280.217,95	
		280.217,95	
Total Geral		280.217,95	

ITARANA, 16 de julho de 2025

Assinado por DAIYANY MENEGHEL
MAURI 097.*** ***_**
MUNICIPIO DE ITARANA
16/07/2025 09:16:19

Setor de Compras

Autorização da Despesa



DESPACHO

AO SETOR DE CONTABILIDADE

REFERÊNCIA: Processo nº 003266/2025.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Educação.

ASSUNTO: Aquisição de mobiliário escolar - Material permanente dado como deserto.

Processo Administrativo Nº 003266/2025, autuado em Segunda-feira, 14 de Julho de 2025, Interessado Secretaria Municipal de Educação - SEMED, referente solicitação de AQUISIÇÃO DE MÓBILIÁRIO ESCOLAR - MATERIAL PERMANENTE DADO COMO DESERTO,

Diante do despacho do setor de compras, encaminho o presente processo ao setor de contabilidade para verificar a compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e Lei Orçamentária Anual (LOA), assim como, informar dotação orçamentária; e confirmar se a ficha e a fonte indicadas no Termo de Referência, página nº 46, estão corretas;

Após, retornar à Comissão de Planejamento de Contratações - CPC para elaboração da Minuta do Edital, e Contrato;

Na sequência, à PGM para análise dos Atos do processo, da minuta do edital e contrato e emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a abertura do procedimento licitatório.

Atenciosamente,

Itarana/ES, 18 de julho de 2025

Assinado por ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
674.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
18/07/2025 14:24:01

ROSELENE MONTEIRO ZANETTI
Secretária Municipal de Administração e Finanças
Portaria nº 003/2025





Ao: Secretaria Municipal de Educação

Remetente: Setor de Contabilidade

DESPACHO:

Considerando que no ECM 05 TERMO DE REFÊNCIA N°000221/25, pagina 27-51 da folha 20 foi informado uma adequação orçamentária para ser usado nesse pedido de compras.

Fonte 1543: VAAR (Valor Aluno Ano Resultado) Fichas : 348 – Ensino Fundamental e 389 – Educação Infantil

Fonte 1550 : Salário Educação Fichas: 331 – Secretaria ; 348 – Ensino Fundamental e 389 – Educação Infantil

Fonte 170600002: TERMO DE COMPROMISSO - EMENDA PARLAMENTAR - FNDE Fichas : 348 – Ensino Fundamental e 395 – Primeira Infância

Fonte 15990002: PROETI (Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais do Ensino Fundamental em Tempo Integral) – EMEIEF Baixo Sossego Ficha : 348 – Ensino Fundamental

Fonte 257500000001 : TERMO DE COMPROMISSO PAR N°202300014 Aquisição Mobiliário e Equipamentos Escolares Ficha : 370 – Educação Infantil.

Segue o processo para devida correção, onde a contabilidade entrou em contato verbal com o sistema de compra, onde o setor informou que as fichas devem seguir informada nos item.

Após indicadas as fichas e fontes nos item retornar o processo para o setor de compras para gera novo relatório.

Em seguida para o setor de contabilidade para dar sequência no tramite do processo.

Assinado por LILIANE.SARMENTO 104.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
22/07/2025 10:06:06
Liliane Sarmento

Matrícula n°006930/2025





CNPJ: 27.104.363/0001-23

DESPACHO

Ao: Setor de compras

Considerando erro identificado na ficha e fonte dos itens constantes no Pedido de Compra deste processo, informo que os dados corretos constam abaixo, conforme verificação realizada:

Itens com correções de ficha e fonte e quantidades:

BEBEDOURO INDUSTRIAL (43459)

00348 -1550000000000 UNI 3

00389 -1550000000000 UNI 2

CASA DE BONECAS (44307)

00389 - 1550000000000 UNI 8

00348 -1550000000000 UNI 6

00389 - 2575000000001 UNI 1

CENTRÍFUGA DE FRUTAS (44309)

00389 - 2575000000001 UNI 1

ESCORREGADOR GRANDE (44322)

00389 - 1550000000000 UNI 10

00348 - 1550000000000 UNI 14

00389 - 2575000000001 UNI 1

ESPREMEDOR COMERCIAL DE FRUTAS (44323)





CNPJ: 27.104.363/0001-23

00389 - 257500000001 UNI 1

FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES (44327)

00395 - 170600000002 UNI 2

00389 - 257500000001 UNI 1

FOGÃO LINHA BRANCA 04 QUEIMADORES (44328)

00389 - 154300000000 UNI 1

00348 - 155000000000 UNI 3

00389 - 257500000001 UNI 1

FREEZER VERTICAL COMERCIAL (44329)

00389 - 154300000000 UNI 1

00348 - 155000000000 UNI 3

00389 - 257500000001 UNI 1

GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL (44333)

00395 - 170600000002 UNI 2

00348 - 155000000000 UNI 3

00389 - 257500000001 UNI 1

LAVADORA DE ROUPA TANQUINHO (20551)

00348 - 155000000000 UNI 10

00389 - 155000000000 UNI 10

PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO (44347)

00348 - 155000000000 UNI 8

00389 - 257500000001 UNI 6 00331 - 155000000000 UNI 1





CNPJ: 27.104.363/0001-23

Autorizamos o Setor de Compras a realizar a reorganização das quantidades dos itens por ficha e fonte visto que anteriormente foram informados incorretamente.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO

088.***.***_**

MUNICÍPIO DE ITARANA

23/07/2025 09:01:10

ALINE CHIABAI COSTA FRANCO

Secretária Municipal de Educação

Portaria nº005/2025





DE: SETOR DE COMPRAS
PARA: SETOR DE CONTABILIDADE

Prezadas,

Conforme solicitado pela Secretaria municipal de educação, informo que foi realizada a divisão dos itens junto ao sistema de compras, conforme solicitação para alteração de ficha e fonte.

Encaminho processo contendo o novo relatório atualizado de valores médios para reserva orçamentária anexado aos autos;

Itarana, 23 de julho de 2025

Assinado por DAIYANY MENEGHEL MAURI
097.***.***_**
MUNICÍPIO DE ITARANA
23/07/2025 10:00:35

Daiyany Meneghel Mauri
Matricula 004014
Setor de compras





Prefeitura Municipal de Itarana
Governo do Estado do Espírito Santo



VALORES MÉDIOS PARA A RESERVA ORÇAMENTÁRIA

<i>Origem</i>	Pesquisa de Preços Nº 000044/2025	<i>Processo</i>	003266/2025
<i>Objeto</i>	Aquisição de material permanente dados como desertos para atender aos educandos das Unidades Educacionais.		

<i>Órgão</i>	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
<i>Ficha</i>	<i>Dotação</i>	<i>Valor Total</i>
00331-15500000 0000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1212200072.006.44905200000.155000000000)	799,00
00348-15500000 0000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1236100073.025.44905200000.155000000000)	131.692,78
00389-15500000 0000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1236500073.026.44905200000.155000000000)	93.914,26
00395-17060000 0002	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1236500073.042.44905200000.1706000000002 - 3110)	18.390,62
00389-15430000 0000	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1236500073.026.44905200000.1543000000000 - 1070)	5.241,79
00389-25750000 0001	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (090001.1236500073.026.44905200000.2575000000001)	30.179,50
		280.217,95
Total Geral		280.217,95

ITARANA, 23 de julho de 2025

Assinado por DAIYANY MENEGHEL MAURI
097.***-**-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
23/07/2025 10:02:29
Setor de Compras

Autorização da Despesa





Ao: Comissão de Planejamento de Contratações - CPC

Remetente: Setor de Contabilidade

DESPACHO:

Informo que a ficha está de acordo com a despesa requerida e que a fonte de recursos está contemplada no orçamento 2025, de acordo com o ppa e as diretrizes orçamentárias, conforme dotação orçamentária em anexo.

Após, retornar à Comissão de Planejamento de Contratações - CPC para elaboração da Minuta do Edital, e Contrato;

Na sequência, à PGM para análise dos Atos do processo, da minuta do edital e contrato e emissão do parecer jurídico;

Por fim, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para ciência do parecer jurídico, e com base no mesmo, decidir sobre a abertura do procedimento licitatório.

Atenciosamente,

Assinado por LILIANE.SARMENTO 104.***.***.**
MUNICÍPIO DE ITARANA
24/07/2025 08:40:55

Liliane Sarmento

Matrícula nº006930/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025



Emissão: 24/07/2025 08:33:23

DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO										
001 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO										
090001.1212200072.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA										
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000331	550000000000	284.085,00		284.085,00					284.085,00
Total do Projeto/Atividade :			284.085,00		284.085,00					284.085,00
Total da Unidade Orçamentária:			284.085,00		284.085,00					284.085,00
Total do Órgão:			284.085,00		284.085,00					284.085,00
Total do Geral:			284.085,00		284.085,00					284.085,00

Assinado por FRANCIANE DE
MARTIN ROSSONI 005.***.***.***
MUNICIPIO DE ITARANA
24/07/2025 15:33:03

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025

Emissão: 24/07/2025 08:34:35



DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO										
001 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO										
090001.1236100073.025 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL										
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000348	550000000000	131.700,00		131.700,00					131.700,00
Total do Projeto/Atividade :			131.700,00		131.700,00					131.700,00
Total da Unidade Orçamentária:			131.700,00		131.700,00					131.700,00
Total do Órgão:			131.700,00		131.700,00					131.700,00
Total do Geral:			131.700,00		131.700,00					131.700,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025



Emissão: 24/07/2025 08:35:41

DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO										
001 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO										
090001.1236500073.026 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL										
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000389	550000000000	93.915,00		93.915,00					93.915,00
Total do Projeto/Atividade :			93.915,00		93.915,00					93.915,00
Total da Unidade Orçamentária:			93.915,00		93.915,00					93.915,00
Total do Órgão:			93.915,00		93.915,00					93.915,00
Total do Geral:			93.915,00		93.915,00					93.915,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025



Emissão: 24/07/2025 08:37:26

DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO										
001 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO										
090001.1236500073.042 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA										
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000395	706000000002	18.390,62		18.390,62					18.390,62
Total do Projeto/Atividade :			18.390,62		18.390,62					18.390,62
Total da Unidade Orçamentária:			18.390,62		18.390,62					18.390,62
Total do Órgão:			18.390,62		18.390,62					18.390,62
Total do Geral:			18.390,62		18.390,62					18.390,62

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA
ESPIRITO SANTO
27.104.363/0001-23
SALDO DAS DOTAÇÕES
EXERCÍCIO DE 2025

Emissão: 24/07/2025 08:38:52



DESCRIÇÃO	Ficha	Fonte de Recurso	Autorizada	Empenhado	Saldo a Empenhar	Reservado a Empenhar	Valor Bloqueado	Aut. Empenho em Aberto	RH Folha	Saldo Real
			Atualizada							
090 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO										
001 - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO										
090001.1236500073.026 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL										
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000389	575000000001	30.179,50		30.179,50					30.179,50
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000389	543000000000	5.242,00		5.242,00					5.242,00
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	0000389	550000000000	93.915,00		93.915,00					93.915,00
Total do Projeto/Atividade :			129.336,50		129.336,50					129.336,50
Total da Unidade Orçamentária:			129.336,50		129.336,50					129.336,50
Total do Órgão:			129.336,50		129.336,50					129.336,50
Total do Geral:			129.336,50		129.336,50					129.336,50

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--



CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES

Assunto: Pregão – Art. 28, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

DESPACHO

Inicialmente é imprescindível verificar a regularidade do processo administrativo em conformidade com a legislação pertinente. Deve-se observar se foram analisados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Em suma, ao analisar a minuta do edital, é imperativo assegurar que todas as cláusulas obrigatórias estipuladas pela legislação aplicável, bem como as disposições do termo de referência, estejam devidamente contempladas, garantindo assim a validade e eficácia do instrumento contratual.

Encaminha-se o presente processo à Procuradoria Municipal para análise e emissão de parecer prévio acerca da minuta do edital e seus anexos. Após manifestação jurídica, o processo será submetido à autoridade máxima do órgão para deliberação e autorização quanto à abertura do procedimento licitatório, conforme a legislação vigente.





Atenciosamente,

Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
25/07/2025 13:31:19

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER
009.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
25/07/2025 13:30:46

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
25/07/2025 10:57:44

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024





MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

PREÂMBULO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

Processo nº 003266/2025 de 14 de julho de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Educação - Semed

ID CiudadES Contratação nº 2024.036E__00001.____.

O **MUNICÍPIO DE ITARANA**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.104.363/0001-23, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, o qual será conduzido através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº. 1.508/2024, publicada em 15/05/2024 - DOM/ES.

INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia __/__/2024

LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h30min do dia __/__/2024

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09h00min do dia __/__/2024

Local: Plataforma Portal de Compras Públicas

Link: www.portaldecompraspublicas.com.br

Modo de Disputa: Aberto e Fechado

Lance: Por Menor preço por Lote.

Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



I – OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o fornecimento de material permanente, cuja aquisição anterior foi encerrada com itens desertos, ou seja, sem propostas válidas por parte dos fornecedores participantes. Assim, esta nova tentativa de aquisição visa dar continuidade ao planejamento da Secretaria de Educação, a fim de atender aos educandos das Unidades Educacionais, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.2. As regras referentes às partes contratantes, bem como às condições de execução, obrigações, penalidades e demais disposições aplicáveis estão estabelecidas na minuta do Contrato Administrativo, constante do Anexo II deste edital.

II – DO CREDENCIAMENTO PRÉVIO

2.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

2.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Itarana responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.4. O credenciamento junto ao **Portal de Compras Públicas** implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

2.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso (Portal de Compras Públicas).

2.6. O Pregão será conduzido pelo Município de Itarana/ES, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.



2.7. Caberá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

2.8. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através dos seguintes meios:

2.8.1. CENTRAL DE ATENDIMENTO:

Capitais, Regiões Metropolitanas e WhatsApp: 3003-5455

Região Sul: (48) 3771-4672 | (51) 3103-9615

Outras Regiões: 0800 730 5455

2.8.2. E-MAIL: forneecedor@portaldecompraspublicas.com.br

2.9. Site Portal de Compras Públicas para cadastro:

a) <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

b) <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/adesao/forneecedor>.

III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Para fins de participação e disputa, deverá ser observada e atendida as seguintes prerrogativas:

3.1.1. Para o item 02 será ampla Participação de pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam as atividades condizentes com o objeto desta licitação.

3.1.2. Para o item 03 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparada, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.1.3. Para os demais itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparada, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.1.4. Para o(s) lote(s) ampla participação, supracitados no item 3.1.1, logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, nos termos do **§ 2º** do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.1.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a



responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.1.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.1.7. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.2. Não poderão disputar esta licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.7. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser



observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.10. que estejam cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município de Itarana/ES;

3.2.11. que estejam cumprindo sanção na forma de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública que trata o artigo 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3. O impedimento de que trata o item 3.2.11 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O disposto nos itens 3.2.2 e 3.2.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.8. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.9. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.



3.10. As diligências promovidas pelo Agente da Contratação/Pregoeiro poderão envolver a solicitação de outros documentos e informações para a tomada de decisão.

3.11. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

3.12. Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão efetuados pelo Agente da Contratação/Pregoeiro aos licitantes por meio do campo de mensagens da Plataforma Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

3.12.1 - Incumbe aos licitantes acompanharem as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsáveis pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

IV - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.3.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



4.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.3.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.7.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.7.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.8. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.8.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e



4.8.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.9. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.8 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

V - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

5.1.1. O licitante deverá cadastrar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Descrição do objeto ofertado;
- b) Preço unitário e total de cada **item/lote**, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais;
- c) No campo "**MARCA**", deverá indicar a Marca\Fabricante do produto oferecido, sob pena de desclassificação o não preenchimento da Marca\Fabricante. Se a marca identificar a empresa, colocar "**MARCA PRÓPRIA**";

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional



5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos futuros contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.4.1. - Durante a sessão pública de disputa de preços (lances), o Pregoeiro poderá, a seu critério - quando da existência de mais de um lote - adotar a disputa de lotes simultâneos na sala de disputa (multilotes/multisalas), quando poderão ser realizados, numa única sessão de disputa, vários lotes de forma simultânea **até o limite de 20 (vinte) lotes.**

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do item.**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1,00 (um real)**.**

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme o critério de julgamento adotado neste edital.

6.10.1. A etapa inicial de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos;

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 15 (quinze) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;

6.10.3. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;

6.10.4. Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições de que trata o subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;

6.10.5. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 6.10.3 e 6.10.4, o sistema ordenará os lances em ordem de vantajosidade;

6.10.6. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 6.10.3 e 6.10.4, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 6.10.5;

6.10.7. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Agente da Contratação/Pregoeiro poderá,



auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 6.10.6.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente da Contratação/Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no chat da Plataforma Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele



intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.*



6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat ou por e-mail pelo licitante, antes de findo o prazo estipulado no chat e/ou do prazo de início de seguimento das demais fases da sessão.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.22. Da cota principal e cota reservada

6.22.1. A Cota distribuída, conforme artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações:

a) "Cota Principal" - Lote/itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de "Microempreendedor Individual - MEI", ou "Microempresa - ME" ou "Empresa de Pequeno Porte - EPP" e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.

b) "Cota Reservada" - Lote/itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do respectivo objeto, estão abertos para a participação exclusiva de "Microempreendedor Individual - MEI", ou "Microempresa - ME" ou "Empresa de Pequeno Porte - EPP", sem prejuízo de sua participação nos lotes/itens da cota principal, e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto licitado, conforme determina o artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.22.2. Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/06, e posteriores alterações, fica reservada uma cota do item 02, ou seja, **o item 03**, assegurando a contratação de microempresas, Microempreendedor Individual e empresas de pequeno porte, por força do art. 18-E da mesma lei complementar.



6.22.3. Se não houver competidor enquadrado como microempresas, ou Microempreendedor Individual, ou empresas de pequeno capaz de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório relativamente aos itens/lotos a ela, reservados, a licitação, no que se refere ao item 03, depois de esgotadas as possibilidades levadas em consideração as prerrogativas das referidas empresas, bem como a ordem de classificação, o objeto poderá ser adjudicado ao vencedor da cota Principal.

6.22.4. Na hipótese de uma Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP ou Microempreendedor Individual ou equiparada, sagrar-se vencedora da Cota Principal e da Cota Reservada, será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o mesmo fornecedor pratique preços distintos para o mesmo objeto.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII - DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.2.11 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedora - **SICAF**;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))



7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Fundamentação nosso decreto 2011, artigo 46 - II - preços inexequíveis, aqueles que sejam inferiores a 50% (cinquenta por cento) da média dos demais preços.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

VIII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. O Agente da Contratação/Pregoeiro, conforme prazo do item 6.20 deste edital, convocará o vencedor do certame e fixará prazo para enviar, pelo sistema, a PROPOSTA ATUALIZADA, em conformidade com o último lance ofertado ou valor negociado.

8.1.1. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo da proposta atualizada na plataforma Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), será admitido o envio para o e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com;

8.1.2. No caso de envio por e-mail, será considerada a data e hora de efetivo recebimento na caixa postal da equipe de pregão.

8.1.3. A prorrogação do prazo poderá ocorrer por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Agente da Contratação/Pregoeiro, bem como de ofício quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos;

8.2. A Proposta Atualizada deverá ser entregue no sistema, sendo necessário o upload de seu arquivo e/ou nos termos do item 8.1.1, juntamente com a documentação complementar, quando exigida no edital, em moeda corrente do País, nas condições e especificações estabelecidas neste edital, seus anexos e sistema provedor.

8.2.1. Deverá constar na Proposta Atualizada:

a) Indicação dos valores unitários dos itens e totais por lote, no modelo apresentado em campo próprio do sistema provedor;

b) Prazo de Validade da Proposta: não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 (sessenta) dias;

c) No campo "**MARCA**", deverá indicar a Marca\Fabricante do produto oferecido.

Se a marca for única (empresa), colocar "**MARCA PRÓPRIA**".

d) Na presente licitação não é exigida apresentação de Garantia Contratual (Art. 96, §1º da Lei 14.133/2021).



8.2.2. O valor deverá ser apresentado em moeda nacional utilizando-se 02 (duas) casas decimais para o valor unitário, desprezando-se as demais, incluindo todos os impostos, seguros, transportes, embalagens, contribuições sociais, bem como quaisquer outros custos relacionados com a entrega do produto, com base nas especificações do objeto.

8.3. Deverão ser cotados todos os itens constantes do respectivo lote, em suas quantidades totais.

8.4. A proposta deverá conter oferta firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.5. Não serão adjudicadas as propostas de preços com valores superiores ao estimado para CADA ITEM.

8.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto ser entregue ao Órgão sem ônus adicionais.

8.7. O Agente da Contratação/Pregoeiro examinará a proposta melhor classificada quanto a compatibilidade do(s) preço(s) ofertado(s) em relação ao(s) preço(s) estimado(s) na pesquisa de mercado, podendo solicitar manifestação do setor demandante acerca de sua compatibilidade técnica com as especificações contidas no Termo de Referência.

8.8. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá solicitar parecer técnico de servidores da Administração Pública Municipal de Itarana/ES para orientar sua decisão.

8.9. Não será admitida proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os praticados no mercado, exceto quando se referirem a recursos materiais ou técnicos do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.10. Quando necessário, o Agente da Contratação/Pregoeiro poderá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade da sua proposta, por meio de documentos.

8.11. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.

8.12. Em caráter de diligência, os arquivos remetidos poderão ser solicitados a qualquer momento em original ou por cópia autenticada. Para tanto, os documentos deverão ser



encaminhados ao Setor de Licitação, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sito à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, no prazo estabelecido pelo Agente da Contratação/Pregoeiro.

8.13. Será desclassificado o licitante que abandonar o certame deixando de enviar a documentação acima indicada, o que pode ensejar a instrução de processo para aplicação de sanções previstas neste edital.

IX - DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. As declarações do sistema estão referenciadas no **item 4.3 deste edital**.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, estão previstos **no Termo de Referência, anexo I deste edital**.

9.2.1. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema do **Portal de Compras Públicas**, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

9.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.4.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.4.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

9.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação,



até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.2.1.

9.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior

9.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida nos seguintes termos:

9.10.1. O licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;

9.10.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

9.10.3. O prazo acima poderá, a critério da Administração, ser prorrogado por igual período;

9.10.4. A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado ao Município de Itarana convocar os licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

9.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.13. Quando por impossibilidade de carregamento do arquivo de documentos de habilitação na Plataforma do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), será admitido o envio para o e-mail **licitacao@itarana.es.gov.br**, com cópia para **cplitarana@gmail.com**.

X - DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. O Agente da Contratação/Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.1.1. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

10.2. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo a ser estabelecido, após solicitação do Agente da Contratação/Pregoeiro no sistema eletrônico.

10.2.1. O prazo estabelecido no subitem 10.2 poderá ser prorrogado pelo Agente da Contratação/Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente da Contratação/Pregoeiro.

XI - DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.



- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Plataforma Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

XII - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 - Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 - não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 - recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 - deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 - apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



12.1.3 - não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 - fraudar a licitação

12.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.1.9 - praticar os atos previstos no inciso V do artigo 251 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

12.2 - Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.3 - O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.3.1 - multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante (inciso V do artigo 251 do Decreto Municipal nº 2011/2024);

12.3.2 - impedimento de licitar e contratar; e

12.3.3 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

12.6 - As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Referência - ANEXO 1.



XIII - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com.

a) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;

b) Procuração (quando for o caso);

c) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico **<https://www.itarana.es.gov.br/licitacao>**, bem como na Plataforma Portal de Compras Públicas (**www.portaldecompraspublicas.com.br**) e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Setor de Licitação, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, sito à Rua Elias Estevão Colnago, nº. 65, Centro, Itarana/ES, CEP: 29.620-000, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h às 11h e das 13h às 16h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

14.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta; e

14.11.4. ANEXO IV - Preço Máximo Aceitável.

14.12 – O Estudo Técnico Preliminar, está disponível para leitura e download, através de Drive Virtual, através do seguinte endereço:

Agente contratação / Pregoeiro deverá indicar o link

Itarana (ES), _____ de _____ de 2025.



TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - DO OBJETO

1.1.1. Constitui objeto deste Termo de Referência a aquisição de material permanente, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

1.1.2 Ressalta-se que os itens solicitados constam na lista de material permanente do processo anterior, o qual foi finalizado com **itens desertos**, ou seja, sem propostas válidas por parte dos fornecedores participantes, dessa forma, a nova tentativa de aquisição busca dar continuidade ao planejamento da Secretaria de Educação para equipar adequadamente as unidades escolares, respeitando os critérios de padronização e durabilidade exigidos para bens permanentes.

1.2 - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1.2.1. Especificações técnicas e quantidades do objeto a ser contratado, estão descritas no pedido de compras, o qual será disponibilizado como anexo do Edital e Contrato.

1.2.2 Em caso de divergência existente entre as especificações que compõem o objeto descrito no Compras.gov (Catser) e as especificações constantes deste instrumento convocatório, prevalecerão as especificações constante no instrumento convocatório, o qual compilará as informações elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação (pedido de compras).

1.3 – NATUREZA DO OBJETO

1.3.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de consumo de luxo, conforme artigo 35 do Decreto Municipal nº 2011/2024.

1.4 – PRAZO DE VIGÊNCIA





1.4.1. O prazo de vigência da contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), encerrando-se em **31 de dezembro de 2025**.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar para a fundamentação do que se trata a necessidade do referido processo licitatório, constatou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda é a formalização de contrato, tendo em vista que há quantitativo certo para fornecimento.

2.2. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 2011/2024 e demais disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.4. A aquisição dos itens (material permanente), é necessário visando a utilização de recursos específicos da educação com prazo para execução financeira finalizando em 31 de julho de 2025.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Visando suprir a necessidade da Secretaria de Educação, foi elaborado o Estudo Técnico Preliminar, onde foram levantadas pesquisas de mercado e opções de contratação.

3.2. O objeto a ser adquirido possui padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico.

3.3. Por haver quantitativo certo para fornecimento, opta-se pela celebração de contrato.

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa estará encarregada de cumprir todas as especificações deste Termo de Referência, tanto legais, quanto contratuais, para plena execução do objeto contratado.

4.2. SUSTENTABILIDADE:





4.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em consonância com o arts. 5º e 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 c/c os arts. 60 a 62 do Decreto Municipal nº 2011/2024, especialmente o uso racional dos recursos naturais disponíveis e a redução de desperdícios.

4.2.2. Sempre que possível e aplicável, observar e respeitar:

- a) Os requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- b) As resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que versem acerca das licitações sustentáveis e que versam sobre o destino e tratamento de resíduos sólidos;
- c) A Lei nº 6.938, de 1981, que trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e respectivos regulamentos;
- d) A Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- e) As Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4.2.3 Preferenciar produtos e materiais:

- a) Que projetem uma maior vida útil e menor custo de manutenção do bem;
- b) Que se utilizem de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- c) Que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável;
- d) Que substituam, sempre que possível e sem dar causa a outros danos, as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- e) Que sejam acondicionados para entrega em embalagens adequadas, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;





4.3. DAS OBRIGAÇÕES

4.3.1. DA CONTRATADA:

- a) Assumir a responsabilidade pela execução do objeto de acordo com o previsto nas especificações solicitadas na proposta;
- b) Apresentar os documentos de cobrança inclusive nota(s) fiscal(is) com a descrição completa do objeto;
- c) Correrão por conta da compromissária todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes a aquisição, respondendo pelos mesmos nos termos da Lei 14.133/2021;
- d) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, dentro do prazo máximo estabelecido, após o recebimento da Autorização de Fornecimento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- e) Serão recusados os objetos licitados que não atenderem as especificações constantes na proposta e/ou que não esteja adequado para o uso. A empresa compromissária ficará obrigada a trocar, imediatamente, o material que vier a ser recusado, sem nenhum custo adicional para o Município de Itarana/ES;
- f) Os objetos deverão ser entregues embalados e/ou lacrados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte, do descarregamento no local da entrega, e deverá observar o empilhamento máximo indicado nas caixas pela fabricante;
- g) Comunicar ao Município de Itarana, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- h) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos materiais ou pessoais causados por seus empregados ou prepostos, ao Município de Itarana ou a terceiros;
- i) Responsabilizar-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Município de Itarana ou a terceiros;
- j) Manter, durante toda a execução deste instrumento, em compatibilidade com as





obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei de Licitações nº 14.133/2021;

k) Registrar as ocorrências havidas durante a execução deste instrumento, de tudo dando ciência ao Município de Itarana, respondendo integralmente pela sua omissão.

4.3.2. DA CONTRATANTE:

a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários à execução do Contrato;

b) Consultar o compromissário antes da emissão do respectivo Empenho e Autorização de Fornecimento (AF) quanto à disponibilidade do fornecimento;

c) Proceder à abertura de processo com vistas à aplicação de penalidades quando a infração for relativa a descumprimento que afeta o Contrato;

d) Instruir e se manifestar nos processos de penalidade, quando solicitado pelo órgão competente quanto à conduta da empresa Compromissária em relação ao Contrato, sugerindo ainda a penalidade a ser aplicada após análise.

4.4. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO:

4.4.1 Fica permitida a participação de consórcios no presente certame, conforme disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, desde que atendam aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

4.5. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA / CATÁLOGO:

4.5.1. Não há necessidade de análise de amostra para a referida contratação.

4.5.2. **CATÁLOGO DO PRODUTO:** Poderá ser solicitado catálogo do produto, manuais técnicos, prospectos, folders, e folhetos, de forma a auxiliar na análise precisa e detalhada das especificações técnicas dos objetos, para avaliação da conformidade do produto com o termo de referência.

4.5.2.1. Os documentos técnicos, acima relacionados, deverão ser emitidos em nome dos fabricantes dos produtos.





4.6. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

4.7. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

4.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. DO TRATAMENTO FAVORECIDO MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS

4.8.1. Após a estimativa de preços, na elaboração da minuta de edital, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 2013/2024, que dispõe sobre o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME, EPP e empresas equiparadas.

4.8.1.1. Para item(ns) divisível(is), com valor(es) superior(es) ao estipulado no artigo 6º do Decreto Municipal nº 2013/2024, deverá ser aplicado o sistema de cotas, constante no artigo 9º do referido decreto, no percentual de até 25% (vinte e cinco) por cento.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CONDIÇÕES DA ENTREGA

5.1.1. Os produtos deverão ser entregues de maneira única conforme, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados a partir da solicitação formal da Administração, mediante Autorização de Fornecimento, emitida pela unidade competente responsável pela requisição.

5.1.2. A empresa contratada deverá garantir que o cumprimento rigoroso do prazo estipulado para a entrega dos produtos seja cumprido integralmente, evitando quaisquer prejuízos à continuidade dos serviços públicos prestados pelo Município. A pontualidade na entrega é essencial para assegurar a adequada execução dos serviços e operações.

5.1.3. A Autorização de Fornecimento será formalizada através de documento oficial emitido pela Secretaria responsável, que deverá especificar as quantidades e os tipos de produtos a serem entregues, bem como o endereço de destino e o prazo estabelecido para





a entrega dos itens, conforme detalhamento no item específico a ser mencionado.

5.1.4. O prazo de entrega, de até 10 (dez) dias úteis, será contado a partir da data de emissão da Autorização de Fornecimento, sendo que a contagem do prazo considera a data de entrada dos produtos no local de destino indicado pela Administração Municipal. A entrega será validada a partir da chegada dos produtos no endereço estipulado.

5.1.4.1. A empresa contratada deverá, obrigatoriamente, confirmar por escrito, no prazo máximo de 24 horas após a emissão da Autorização de Fornecimento, o recebimento do pedido e reafirmar o compromisso com o prazo de entrega. Caso haja qualquer alteração na previsão de entrega, a contratada deverá informar formalmente à Administração com, no mínimo, 48 horas de antecedência, justificando as razões do atraso ou impossibilidade de entrega, que deverá ser analisado e aprovado pela Administração.

5.1.6. Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itarana/ES, localizado na Rua Valentin de Martin, nº 409, Centro, Itarana/ES, CEP: 29620-000, durante o horário das 07h00 às 10h30 e das 13h00 às 15h30. O horário e local de entrega são imperativos e devem ser rigorosamente observados.

5.1.7. Cada produto entregue deverá estar acompanhado de uma nota fiscal contendo todas as informações necessárias para assegurar a conformidade dos itens com as especificações contratuais, incluindo:

- a) A marca do material;
- b) A especificação detalhada do material;
- c) A data de entrega, com a assinatura do representante legal e o carimbo CNPJ da empresa contratada.

5.1.8. Caso a contratada identifique que não será possível cumprir o prazo de entrega estabelecido, deverá notificar formalmente a Secretaria com antecedência mínima de 48 horas, apresentando as justificativas detalhadas para o atraso. A alteração do prazo de entrega somente poderá ocorrer com a autorização expressa da Administração Municipal, que analisará a justificativa apresentada.

5.1.9. A entrega dos produtos deverá ser realizada no endereço indicado na Autorização de Fornecimento, dentro do horário comercial especificado no item 5.1.6, ou conforme o disposto no contrato ou edital. Qualquer alteração no horário ou local de entrega deverá ser previamente acordada entre a contratada e a Administração Municipal.





5.2. CONFORMIDADE DOS PRODUTOS

5.2.1. Os produtos fornecidos deverão estar em total conformidade com as especificações técnicas previstas no edital e na Autorização de Fornecimento, que contemplam detalhes como marca, tipo, dimensões e outras características dos itens.

5.2.1.1. A contratada deverá assegurar que os produtos atendem aos requisitos de fabricação necessários para garantir a conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos, assim como a durabilidade esperada. Atentar-se à data de fabricação dos produtos, a fim de evitar o fornecimento de itens fora das condições exigidas.

5.2.2. Serão aceitos exclusivamente produtos novos, fabricados com materiais de alta qualidade, conforme descrito no edital. Não serão admitidos produtos reformados, reciclados, remanufaturados ou qualquer outro que tenha sido alterado de sua condição original para reutilização. Este requisito visa garantir que os produtos fornecidos atendam aos elevados padrões de qualidade e durabilidade necessários para o bom desempenho das atividades.

5.3. NÃO CONFORMIDADE E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

5.3.1. Caso a entrega não esteja em conformidade com as especificações acordadas (por exemplo, em caso de danos, defeitos ou não conformidade com os requisitos técnicos), a Administração notificará a contratada, que deverá realizar a substituição dos produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a comunicação, sem que isso gere custos adicionais para a Administração.

5.3.2. A contratada será responsável por todas as despesas decorrentes da retirada e substituição dos produtos que não estiverem em conformidade. Isso inclui os custos de transporte dos itens e quaisquer outros custos envolvidos no processo de substituição. O transporte de devolução dos produtos rejeitados será realizado por conta da contratada, sem gerar ônus para a Administração Municipal.

5.3.3. A substituição dos produtos deverá ser realizada no mesmo local e dentro do mesmo prazo de entrega estabelecido inicialmente, e os novos produtos entregues serão novamente analisados pela equipe técnica da Administração. Caso os produtos entregues não atendam às exigências do contrato, a Administração poderá considerar o fornecimento





insatisfatório, aplicando penalidades conforme as cláusulas contratuais.

5.4. RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA DOS PRODUTOS

5.4.1. O material entregue será aceito provisoriamente pela Administração Municipal, permitindo que seja realizada uma avaliação preliminar de sua conformidade com as especificações contratuais.

5.4.1.1. A aceitação provisória não implica na aceitação definitiva, mas sim no início do processo de verificação, que será finalizado após a análise detalhada do material. Caso sejam identificadas não conformidades ou defeitos durante essa verificação, o material será sujeito à correção ou substituição pela contratada.

5.4.2. Após a verificação das especificações, tanto em termos de qualidade quanto de quantidade dos produtos entregues, e considerando a análise positiva do setor competente ou fiscal, proceder-se-á à aceitação definitiva dos materiais, o que formaliza a conclusão da entrega e o cumprimento das obrigações contratuais pela contratada. A partir desse momento, será possível realizar o pagamento ou outras obrigações estabelecidas no contrato.

5.5. PRAZOS E PENALIDADES

5.5.1. Caso a entrega não ocorra dentro do prazo acordado, conforme estipulado no item 5.1, ou caso os produtos não atendam aos requisitos estabelecidos, a contratada será considerada inadimplente, podendo a Administração Municipal aplicar as penalidades previstas no contrato, que incluem multas, rescisão contratual ou a convocação de licitantes remanescentes, conforme a ordem de classificação e mantendo as condições estabelecidas no contrato original.

5.6. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

5.6.1. A garantia dos produtos, será de acordo com a indicação no próprio item/fabricante.

5.6.2. Caso seja verificado que os materiais estão em má condição, com defeitos ou fora das especificações descritas, a Administração deverá adotar as medidas legais cabíveis para a correção por parte da contratada e, em caso de persistência dos problemas, adotar





as medidas legais cabíveis quanto às penalidades descritas no Edital e seus anexos.

5.6.3. O aceite/aprovação dos serviços pelo órgão não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente.

5.6.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos materiais/equipamentos que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de confirmação do recebimento pela empresa da solicitação da troca;

5.6.5. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

5.7. COMUNICAÇÃO FORMAL

5.7.1. Toda comunicação entre as partes deverá ser formalizada por escrito, e será considerada válida se enviada para os endereços eletrônicos ou físicos fornecidos no contrato. A Administração poderá notificar o fornecedor sobre qualquer descumprimento das cláusulas contratuais, e o fornecedor deverá tomar as providências necessárias dentro do prazo estabelecido, que não poderá ultrapassar 5 (cinco) dias úteis após a notificação.

5.8. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

5.8.1. Para garantir a perfeita execução deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. As condições contratuais deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas previstas, no Edital de Licitação e seus anexos e dentro das normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





6.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) indicado(s) pela(s) Unidade(s) Requisitante(s), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput; Decreto Municipal nº 2011/2024, em especial os artigos 223 a 225).

6.6. Os responsáveis por impulsionar o processo de contratação foram a Secretária Municipal de Educação, ALINE CHIABAI COSTA FRANCO, Portaria n.º 005/2021 e a servidora ROBERTA MÜLLER FERREIRA, Agente Administrativo, Matrícula: 003366.

6.7. Para a fiscalização teremos a figura do Fiscal Administrativo, cujas atribuições estão descritas na Instrução Normativa SCL nº 06/2015.

6.7.1. Para garantir o adequado acompanhamento e fiscalização das atividades, a designação dos fiscais administrativos e técnicos responsáveis por cada área de atuação, foi formalmente elaborado e encontra-se anexado a este documento o **Termo de Indicação/Designação de Gestor e Fiscal de Contrato**. O referido termo define as responsabilidades e atribuições de cada fiscal designado, visando assegurar o cumprimento das diretrizes e obrigações estabelecidas.

6.8. o Gestor do contrato será a Secretária Municipal de Educação, que terá a incumbência de supervisionar sua execução, assegurar o cumprimento das cláusulas estabelecidas e garantir que todas as obrigações sejam atendidas até sua vigência final.

7 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após fornecimento do objeto mediante a emissão da nota fiscal que deverá ser entregue à Secretaria de Educação, juntamente com os documentos de regularidades fiscais e tributárias exigidas no procedimento de contratação. Estes





documentos depois de conferidos e revisados, serão encaminhados para pagamento;

7.1.1. A CONTRATANTE realizará o pagamento no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contado do ateste definitivo da execução dos serviços e da apresentação do documento fiscal correspondente.

7.1.2. Após o prazo acima referenciado, será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF * \frac{0,33}{100} * ND$$

100

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira;

VF = Valor da Nota Fiscal;

ND = Número de dias em atraso.

7.2. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido;

7.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais;

7.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado ao Município de Itarana/ES, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

7.5. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as mesmas condições relativas à proposta de preço e a habilitação;

7.6. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito, preferencialmente, por Ordem Bancária.

7.7. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato;





7.8. É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste contrato.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.1.1. O Pregão Eletrônico caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art. 6, inciso XLI, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

8.2. O Município de Itarana poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

8.3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

8.3.1. Encerrada a etapa de negociação, será verificado se a empresa provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO





8.4.1. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

8.4.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- d) Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- f) Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.





8.4.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.4.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do prestador, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste termo de referência;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do prestador, relativa à atividade em cujo exercício credencia ou concorre;
 - f.1) Caso o prestador seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto deste termo de referência, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
 - f.2) O prestador enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de





2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

8.4.1.3.1. Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei n.º 14.133 de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

8.4.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.4.1.4.1. Para fins de qualificação técnica, deverá ser apresentado no mínimo, 1 (um) atestado de capacidade técnica comprovando que o licitante executou contratação compatível com as características indicadas no Termo de Referência:

I - O(s) atestado(s) deve(m) ser emitido(s), preferencialmente, em papel timbrado da empresa, órgão ou entidade da Administração Pública, assinado por seu representante, com descrição dos itens contratados; e

II - Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.4.1.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES / DECLARAÇÕES

8.4.1.5.1. Declaração subscrita ou em campo próprio disponibilizado em plataforma eletrônica para marcação, conforme instrumento convocatório, atestando que:

- a) Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;





- a.1) Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
- a.2) Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
- b) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- c) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- d) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- e) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;
- f) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- g) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- h) Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991

8.4.1.6. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.4.1.6.1. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá apresentar a CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL, seguindo a previsão da Instrução Normativa DREI nº 10/2013 ou norma que venha a substituí-la.

8.4.1.6.2. Caso o licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>).





8.4.1.6.3. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8.4.1.7. CONDIÇÕES E COMPROVAÇÕES CONSÓRCIOS, PREVISTAS NO ART. 15 DA LEI Nº 14.133/2021.

8.4.1.7.1. Não poderá participar do consórcio pessoa física ou jurídica que tenha sido indicada, nesta mesma licitação, como subcontratada de outra licitante, quando assim for permitido.

8.4.1.7.2. A empresa integrante de consórcio não poderá participar isoladamente ou em mais de um consórcio, na mesma licitação. Também estará impedida empresa ou firma na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de empresa consorciada.

8.4.1.7.3. No caso da participação de consórcios, serão exigidas as comprovações de Habilitação de CADA UMA DAS EMPRESAS participantes do consórcio, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

8.4.1.7.4. As Pessoas Jurídicas que participarem em consórcio deverão apresentar, além dos documentos exigidos neste Edital, o TERMO DE COMPROMISSO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, que deverá atender aos seguintes critérios, sob pena de desclassificação:

- a) A designação do consórcio, a indicação da participação nesta licitação e execução do contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido;
- b) A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado;
- c) Discriminar a empresa líder;
- d) O prazo de duração de consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação;
- e) Detalhar a participação, as obrigações e a responsabilidade solidária de cada consorciado pelos atos praticados por qualquer deles tanto na fase de licitação quanto na





de execução do contrato;

f) Declarar que o consórcio não se constitui, nem se constituirá, em pessoa jurídica distinta da de seus membros, nem terá denominação própria ou diferente de seus consorciados.

8.4.1.7.5. A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao consórcio, assim como por representar o consórcio junto ao órgão licitante.

8.4.1.7.6. Os integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

8.4.1.7.7. Não será permitida a modificação da composição do consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação, a autorização expressa do órgão licitante.

8.4.1.7.8. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do Termo de Compromisso de Constituição do Consórcio.

8.4.1.7.9. No caso de consórcio, para atendimento ao EFD-REINF, da Receita Federal, para fins de recebimento junto ao Órgão, o Contrato deverá ser formalizado em nome do consórcio e o pagamento será realizado em conta bancária em nome do Consórcio.

8.4.1.7.10. No consórcio entre empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

9 - ESTIMATIVA(S) DO VALOR(ES)

9.1. O Setor de Compras realizará pesquisa de preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2024 e Decreto Municipal nº 2011/2024, levando em conta as informações contidas nesse Termo de Referência e o valor máximo aceitável para o futura contratação e será disponibilizado no anexo do edital.

9.2. Elaborado o mapa comparativo de preços pelo Setor de Compras, se o valor encontrado for bem superior ao estimado no Estudo Técnico Preliminar, para fins de reserva orçamentária, o processo deverá ser retornado para a área técnica demandante do objeto para a devida análise crítica do resultado do preço estimado encontrado, diferente do mapa comparativo de preços, este deverá ser reparado conforme a sua análise crítica. (Artigo 48 do Decreto Municipal nº 2011/2024).

9.3. Após o recebimento e julgamento das cotações, o Setor de Compras, procederá com o cadastro da despesa no controle de compras diretas remetendo, após, o processo à





SEMAF para informar sobre a existência ou não de dotação orçamentária e correspondente saldo orçamentário.

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte 1543: VAAR (Valor Aluno Ano Resultado)

Fichas : 348 – Ensino Fundamental e 389 – Educação Infantil

Fonte 1550 : Salário Educação

Fichas: 331 – Secretaria ; 348 – Ensino Fundamental e 389 – Educação Infantil

Fonte 170600002: TERMO DE COMPROMISSO - EMENDA PARLAMENTAR - FNDE

Fichas : 348 – Ensino Fundamental e 395 – Primeira Infância

Fonte 15990002: PROETI (Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais do Ensino Fundamental em Tempo Integral) – EMEIEF Baixo Sossego

Ficha : 348 – Ensino Fundamental

Fonte 257500000001 : TERMO DE COMPROMISSO PAR N°202300014 Aquisição Mobiliário e Equipamentos Escolares

Ficha : 370 – Educação Infantil

11 – FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Homologado o resultado da licitação, o adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis** contados a partir da data de sua convocação, para aceitar e assinar o instrumento equivalente ao contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.





11.3. O aceite e assinatura do instrumento de contrato pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Instrumento Convocatório, no Termo de Referência e em seus anexos.

11.4. ASSINATURA DIGITAL: O Contrato será assinada por meio de assinatura digital, devidamente assinada por Certificação Digital, emitida por uma **Autoridade Certificadora (AC)** e devidamente habilitada pela **ICP-Brasil**.

11.4.1. O Contrato assinado por meio eletrônico deverá ser encaminhada para o seguinte endereço de e-mail: **contratos@itarana.es.gov.br**, no prazo indicado no item 11.1. deste instrumento.

11.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.5.1. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do Art. 90 da Lei Federal 14133/2021.

12 - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

12.1. **Proteção de dados, coleta e tratamento.** Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, as partes comprometem-se a emendar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"), no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.2. Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a CONTRATADA deverá observar, ao longo de toda a vigência do Contrato, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

12.3. Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e





18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a CONTRATADA deverá:

- a) Notificar imediatamente a CONTRATANTE;
- b) Auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;
- c) Eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular.

12.4. **Necessidade.** As partes armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

12.5. As partes devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

12.6. A CONTRATADA deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações da CONTRATANTE previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

12.7. **Proteção de dados e incidentes de segurança.** Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

12.8. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONTRATANTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

12.9. As partes deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

12.10. **Transferência internacional.** É vedada a transferência de dados pessoais pela CONTRATADA para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da





CONTRATANTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à CONTRATADA a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

12.11. **Responsabilidade.** A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018, no Decreto Municipal nº 1.892, de 05 de junho de 2023 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONTRATANTE em seu acompanhamento.

12.12. Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável perante a CONTRATANTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

12.13. A CONTRATADA deve colocar à disposição da CONTRATANTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nestas cláusulas, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

12.14. A CONTRATADA deve auxiliar a CONTRATANTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Contrato.

12.15. Se a CONTRATANTE constatar que dados pessoais foram utilizados pela CONTRATADA para fins ilegais, ilícitos, contrários à moralidade ou mesmo para fins diversos daqueles necessários ao cumprimento deste Contrato, a CONTRATADA será notificada para promover a cessação imediata desse uso, sem prejuízo da rescisão do Contrato e de sua responsabilização pela integralidade dos danos causados.

12.16. **Eliminação.** Extinto o Contrato, independentemente do motivo, a CONTRATADA deverá em, até 10 (dez) dias úteis, contados da data de seu encerramento, devolver todos os dados pessoais a CONTRATANTE ou eliminá-los, inclusive eventuais cópias, certificando a CONTRATANTE, por escrito, do cumprimento desta obrigação.

13 - DAS SANÇÕES

13.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total da presente aquisição está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de





2021.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;
- b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:





1.1. 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2. 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3. 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4. Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 13.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea “c” do subitem 13.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 13.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 13.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 13.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.

7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;





- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
- n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
- o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 13.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).





13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

13.10. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

13.11. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

13.12. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea “a” do subitem 13.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

13.13. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.14. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.15. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):





- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.17. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

13.18. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.19. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.20. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

13.21. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.





13.22. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

14 - DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Nos termos do Anexo VI da Instrução Normativa TCEES 68/2020, detalhamos informativo dos atos de responsabilidades pela elaboração deste instrumento, como segue:

- I - Elaboração de especificação: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255
- II - Elaboração de quantitativo: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255
- III - Elaboração de estudo técnico preliminar: Cristiani Januth Perin – Matrícula: 007255
- IV - Aprovação da especificação, do quantitativo e do estudo técnico preliminar: Aline Chiabai Costa Franco – Portaria N° 005/2025.

Assinado por Cristiani Januth Perin 199.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 07:49:13

CRISTIANI JANUTH PERIN

Auxiliar Administrativo

Matrícula n.º 007255

Assinado por ALINE CHIABAI COSTA FRANCO
088.***.***-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
15/07/2025 07:50:42

ALINE CHIABAI COSTA FRANCO

Secretária Municipal de Educação

Portaria n.º 005/2025.





ANEXO II – MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº _____/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2025

Processo nº 003266/2025 de 14 de julho de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Educação - Semed

ID CiudadES Contratação nº 2024.036E0500001.____.

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, Itarana/ES, CEP 29.620-000, inscrito no CNPJ sob o nº 27.104.363/0001-23, neste ato representado por seu Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor **Vander Patrício**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, estabelecida na _____, neste ato representada por _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato conforme Processo e Pregão supra referidos, tudo de acordo com às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o fornecimento de material permanente, cuja aquisição anterior foi encerrada com itens desertos, ou seja, sem propostas válidas por parte dos fornecedores participantes. Assim, esta nova tentativa de aquisição visa dar continuidade ao planejamento da Secretaria de Educação, a fim de atender aos educandos das Unidades Educacionais, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.2. Os elementos característicos do objeto, tais como: Item, descrição da especificação, unidade de medida, quantidade, valor unitário e valor total, bem como códigos e referências do produto/serviço (quando houver), estão descritas no anexo II deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

2.1 - O presente contrato subordina-se às legislações supracitadas, bem como a todos os atos constantes do processo administrativo nº 03266/2025, e passam a fazer parte integrante deste contrato como se transcrito estivesse para todos os fins de direito, independentemente de transcrição, vinculando a esta contratação:



- 2.1.1. O Termo de Referência;
- 2.1.2. O Edital da Licitação;
- 2.1.3. A Proposta do contratado;
- 2.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 - O valor global do presente contrato é estimado em R\$ _____
(_____), de acordo com a proposta vencedora, ora Contratada.

3.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1 - O prazo de vigência da contratação dar-se-á a partir do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), encerrando-se em 31 de dezembro de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

(art. 92, IV, VII e XVIII)

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

7.1. - O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 15 de julho de 2025, Pesquisa de Preços nº 044/2025, peça a folha nº 81 - 83 dos autos do processo mencionado no preâmbulo



deste Contrato.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, de acordo com a variação do IPCA-e, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

8.3. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;

8.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

8.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. - As obrigações do CONTRATANTE encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 - As obrigações da CONTRATADA constam no Termo de Referência anexo I a este Contrato, bem como as determinadas na legislação, entretanto, ressalta-se que:

10.1.1. Constitui obrigação da CONTRATADA, manter, durante a execução contratual, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.2. Constitui ainda, obrigação da CONTRATADA cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz em consonância com o art. 92, XVII da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

11.1. As Partes obrigam-se a realizar o tratamento de dados pessoais em obediências as disposições legais vigentes, nos moldes da Lei 13.709/2018 (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torna-las identificáveis;



11.2. O Consentimento para o tratamento de dados pessoais, citado nesta Cláusula, se dará por meio da assinatura deste Contrato;

11.3. O tratamento de dados pessoais se dará, exclusivamente, para os fins necessários ao cumprimento do objeto deste Contrato sem a possibilidade de tratamento futuro incompatível com a finalidade;

11.4. O usuário autoriza expressamente que suas informações e dados pessoais sejam compartilhados pelo CONTRATANTE com Autoridades públicas, administrativas e judiciais, que, no exercício de sua competência, exijam informações, mesmo que não haja ordem ou citação executiva ou judicial para esse efeito, para os seguintes fins:

11.4.1. Colaborar na investigação e denunciar fraudes, pirataria, violação de direitos de propriedade intelectual ou qualquer outro ato ilícito, bem como qualquer atividade ou circunstância que possa gerar responsabilidade legal para os Correios e/ou aos seus usuários;

11.4.2. Resguardar um interesse público, a aplicação ou administração da justiça, o reconhecimento, exercício ou defesa de um direito em um processo judicial ou administrativo e/ou a resolução de disputas; e

11.4.3. Cumprir com qualquer lei, regulamento ou disposição legal aplicável, ou algum mandato de autoridade competente devidamente fundamentado e motivado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. As falhas de execução, a inexecução parcial ou total da presente aquisição está sujeita às sanções administrativas estabelecidas nos arts. 155 a 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

b) der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse



coletivo;

- c) der causa à inexecução total do instrumento de contratação;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do instrumento de contratação;
- f) praticar ato fraudulento na execução do instrumento de contratação;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Instrumento de contratação, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Instrumento de contratação, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);

d) Multa:

1. Moratória por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo:

1.1 - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

1.2 - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.3- 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

1.4 - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas,



avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 13.2, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

3. Compensatória, para a inexecução total do instrumento de contratação prevista na alínea "c" do subitem 13.2, de 30% (trinta por cento) do valor do Instrumento de contratação.

4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 13.2, a multa será de 20% (vinte por cento) do valor do Instrumento de contratação.

5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 13.2, a multa será de 5 % (cinco por cento) do valor do Instrumento de contratação.

6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 13.2, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do Instrumento de contratação.

7. Compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato ou do valor estimado da contratação, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

- a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- c) deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- d) deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- e) não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- f) manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;
- g) utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- h) tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- i) deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- j) deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- k) deixar de repor funcionários faltosos;
- l) deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;



m) deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

n) deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, vales refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

o) deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Instrumento de contratação não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.5. As sanções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do item 13.3 não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

13.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, assim como as seguintes regras:

13.9.1. Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

13.9.2. A notificação deverá ocorrer pessoalmente, eletronicamente, com confirmação de recebimento, ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



13.9.3. O prazo para apresentação de defesa prévia para a penalidade prevista na alínea "a" do subitem 13.2 será de 05 (cinco) dias úteis e 15 (quinze) dias úteis para as demais penalidades, a contar da data da intimação;

13.9.4. O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do instrumento de contratação, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

13.9.5. Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e instrumento de contratação da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Instrumento de contratação ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

13.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às



sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.15. Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do instrumento de contratação;

13.16. Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

13.17. Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do instrumento de contratação, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.2.2 - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.
14.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3. Indenizações e multas.

14.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

14.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

0011212200072.006 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA44905200000
- EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTEFicha - 00331Fonte de Recurso -
155000000000

0011236100073.025 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
FUNDAMENTAL44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTEFicha -
00348Fonte de Recurso - 155000000000

0011236500073.026 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO
INFANTIL44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTEFicha - 00389Fonte
de Recurso - 155000000000



0011236500073.042 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Ficha - 00395
Fonte de Recurso - 170600000002

0011236500073.026 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Ficha - 00389
Fonte de Recurso - 154300000000

0011236500073.026 - INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO INFANTIL44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Ficha - 00389
Fonte de Recurso - 257500000001

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.B



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo em atenção a Lei Municipal 1.115/2024, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da cidade de Itarana/ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Itarana/ES, _____ de _____ de 2025

CONTRATANTE: _____

MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

Sr. Vander Patricio

Prefeito Municipal

CONTRATADA: _____

EMPRESA VENCEDORA

Sr. XXXXXXXXX

Testemunhas: _____



SERÁ COMPILADA ESTE CONTRATO, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, APÓS HOMOLOGAÇÃO, OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – RELAÇÃO GERADO PELO SISTEMA DE GESTÃO, COM ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS DO OBJETO, TAIS COMO: ITEM, DESCRIÇÃO DA ESPECIFICAÇÃO, UNIDADE DE MEDIDA, QUANTIDADE, VALOR UNITÁRIO E VALOR TOTAL, BEM COMO CÓDIGOS E REFERÊNCIAS DO PRODUTO/SERVIÇO (QUANDO HOUVER); e



ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

PROPOSTA COMERCIAL

Pregão Eletrônico Nº 090014/2025

Empresa Proponente:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Apresento a Vossa Senhoria proposta de preço para o Pregão em referência, conforme abaixo:

LOTE 00001 - BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUMNA 3 TORNEIRAS								
Ítems(*)	Código	Especificação	Marca	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total	
00025	00043459	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUMNA 3 TORNEIRAS Equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do INMETRO, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; Possui pés fixos; Corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; Voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. Dimensões do produtos: Altura 121 x largura 79 x profundidade 60.		UND	5			
1 Itens						Valor Total do Lote		R\$

LOTE 00002 - CASA DE BONECAS								
Ítems(*)	Código	Especificação	Marca	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total	
00003	00044307	CASA DE BONECAS Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.		UND	12			
1 Itens						Valor Total do Lote		R\$

LOTE 00003 - EXCLUSIVO - CASA DE BONECAS							
Ítems(*)	Código	Especificação	Marca	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00027	00044307	CASA DE BONECAS Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as		UND	3		



		laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.					
--	--	---	--	--	--	--	--

1 Itens			Valor Total do Lote			R\$	
----------------	--	--	----------------------------	--	--	------------	--

LOTE 00004 - CENTRÍFUGA DE FRUTAS							
<i>Ítems(*)</i>	<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>UNID.</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
00001	00044309	CENTRÍFUGA DE FRUTAS Volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • Tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • Filtro em aço inox. • Lâminas e peneira em aço inox. • Copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • Trava de segurança. • Com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • Base firme com pés antideslizantes (ventosa). • Motor com potência mínima de 700W. • Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V ou bivolt. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.		UND	1		

1 Itens			Valor Total do Lote			R\$	
----------------	--	--	----------------------------	--	--	------------	--

LOTE 00005 - ESCORREGADOR GRANDE							
<i>Ítems(*)</i>	<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>UNID.</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
00006	00044322	ESCORREGADOR GRANDE Selo do INMETRO • Peças multicoloridas • Não tóxico • Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. • Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • Corrimão incorporado à própria escada. • Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. Dimensões mínimas: Largura: 42cm; • Altura mínima: 1,5m; • Comprimento: 3m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.		UND	25		

1 Itens			Valor Total do Lote			R\$	
----------------	--	--	----------------------------	--	--	------------	--

LOTE 00006 - ESPREMEDOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS							
<i>Ítems(*)</i>	<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Marca</i>	<i>UNID.</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Unitário</i>	<i>Valor Total</i>
00002	00044323	ESPRESSADOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS Espremedor automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • Gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • Copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • Copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio		UND	1		



		ou plástico. • Jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • Base antiderrapante. • Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. • Cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.					
--	--	---	--	--	--	--	--

1 Itens	Valor Total do Lote	R\$
----------------	----------------------------	------------

LOTE 00007 - FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO

Ítems(*)	Código	Especificação	Marca	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00009	00044327	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO • Fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 76,9cm X 59,7cm X 85,8cm. Possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.		UND	3		

1 Itens	Valor Total do Lote	R\$
----------------	----------------------------	------------

LOTE 00008 - FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES
--

Ítems(*)	Código	Especificação	Marca	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00011	00044328	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES Capacidade mínima do forno: 50 litros. CARACTERÍSTICAS DO FOGÃO. • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 95x60,5x50cm. Possui mesa in, puxador de alumio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.		UND	5		

1 Itens	Valor Total do Lote	R\$
----------------	----------------------------	------------

LOTE 00009 - FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L

Ítems(*)	Código	Especificação	Marca	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00014	00044329	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros, com sistema frost free (sem acúmulo de gelo) • Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato • Temperatura no mínimo, entre 0°C a -18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões: 1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática		UND	5		

1 Itens	Valor Total do Lote	R\$
----------------	----------------------------	------------

**Valor Total da Proposta por Extenso:**



Declaramos expressamente que aceita todas as exigências do Edital e de seus Anexos.

Declaramos atender a todas as especificações constantes do ANEXO I deste edital.

O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar da data de apresentação da proposta, nos expressos termos da Lei nº 14.133/2021, consolidada.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Local e Data

Nome do representante legal da empresa

Empresa: _____

CNPJ nº. _____



ANEXO V – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E PREÇO MÁXIMO ACEITÁVEL.

LOTE: 00001 - BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00025	00043459	BEBEDOURO INDUSTRIAL COLUNA 3 TORNEIRAS Equipamento de acordo com a portaria 344/2016 do INMETRO, que atende as normas de segurança e eficiência energética, com selo de conformidade expedido pelo mesmo; reservatório com capacidade mínima de 100 litros; Possui pés fixos; Corpo em aço inox 430 e serpentina em inox 304; modelo de fácil instalação e manutenção simples; Voltagem mínima: 110v, resistente todo em aço inox, aparador de água frontal em chapa de aço inox com dreno, garantia mínima de 12 meses. Dimensões do produtos: Altura 121 x largura 79 x profundidade 60.	UND	5	2857,88	14289,40
1 Ítems		Valor Total Estimado do Lote			R\$ 14289,40	
LOTE: 00002 - CASA DE BONECAS						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00003	00044307	CASA DE BONECAS Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND	12	8435,00	101220,00
1 Ítems		Valor Total Estimado do Lote			R\$ 101220,00	
LOTE: 00003 - EXCLUSIVO - CASA DE BONECAS						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00027	00044307	CASA DE BONECAS Selo do INMETRO. • Peças multicoloridas. • Não tóxico. • Casinha multicolorida. Deverá acompanhar, no mínimo, os itens a seguir: janelas, porta vai e vem, tábua de passar com ferro, relógio de parede, pia, fogão, chaminé, balcão de cozinha e campainha. Os produtos deverão ter as laterais arredondadas em seu acabamento. • Os parafusos utilizados no produto devem ser fixados para que não se soltem facilmente, visando à segurança do usuário. Dimensões mínimas: • Largura: 1,70m; • Altura: 1,70m; • Comprimento: 1,85m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND	3	8435,00	25305,00
1 Ítems		Valor Total Estimado do Lote			R\$ 25305,00	
LOTE: 00004 - CENTRÍFUGA DE FRUTAS						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00044309	CENTRÍFUGA DE FRUTAS Volume mínimo do copo coletor: 0,5ml. • Tubo de alimentação e bocal extra largo em aço inox ou acrílico para absorver frutas e hortaliças inteiras. • Filtro em aço inox. • Lâminas e peneira em aço inox. • Copos coletores (jarras) de suco e bagaço em aço inox ou acrílico. • Trava de segurança. • Com função pulsar e 2 ajustes de velocidade conforme espessura e textura dos alimentos. • Base firme com pés antidesslizantes (ventosa). • Motor com potência mínima de	UND	1	744,97	744,97



		700W. • Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V ou bivolt. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.				
--	--	---	--	--	--	--

1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 744,97
----------------	--	-------------------------------------	--	--	--	-------------------

LOTE:	00005 - ESCORREGADOR GRANDE					
--------------	------------------------------------	--	--	--	--	--

Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00006	00044322	ESCORREGADOR GRANDE Selo do INMETRO • Peças multicoloridas • Não tóxico • Rampa contínua ou com ondulações com uma escada de degraus, que deve obedecer à inclinação estabelecida em norma vigente. • Fixação da rampa à escada através de barras de polietileno laterais ou central. • Corrimão incorporado à própria escada. • Topo da escada com duas laterais altas para dar segurança. Dimensões mínimas: Largura: 42cm; • Altura mínima: 1,5m; • Comprimento: 3m; Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação e pigmentação/coloração de peças.	UND	25	1502,88	37572,00

1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 37572,00
----------------	--	-------------------------------------	--	--	--	---------------------

LOTE:	00006 - ESPREMEDOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS					
--------------	--	--	--	--	--	--

Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00002	00044323	ESPRESSADOR COMERCIAL DE FRUTAS CÍTRICAS Espremedor automático de frutas cítricas, comercial, com copo coletor de 1 litro com tampa, um coador/ peneira e dois cones de extração (castanha/ carambola) em tamanhos diferentes, para laranja e limão. • Gabinete (corpo) fabricado em aço inox. • Copo superior, em aço inox ou alumínio, desmontável com bica. • Copo coletor (jarra), tampa e peneira fabricados em aço inox, alumínio ou plástico. • Jogo de cones de extração (carambola/castanha) em poliestireno. • Base antiderrapante. • Dimensionamento da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação. • Voltagem mínima: 110V. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. • Cordão de alimentação com 1,5 m de comprimento, como mínimo. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND	1	265,55	265,55

1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 265,55
----------------	--	-------------------------------------	--	--	--	-------------------

LOTE:	00007 - FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO					
--------------	--	--	--	--	--	--

Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00009	00044327	FOGÃO COMERCIAL 6 QUEIMADORES COM 1 FORNO • Fogão comercial central de seis queimadores (bocas). • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 76,9cm X 59,7cm X 85,8cm. Possui luz de forno com lâmpada, porta do forno com dobradiça multiestágio, puxador alumínio escovado e queimadores de alumínio.	UND	3	1308,06	3924,18

1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 3924,18
----------------	--	-------------------------------------	--	--	--	--------------------

LOTE:	00008 - FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES					
--------------	---	--	--	--	--	--

Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
----------	--------	---------------	-------	------------	----------	-------------



00011	00044328	FOGÃO LINHA BRANCA 4 QUEIMADORES Capacidade mínima do forno: 50 litros. CARACTERÍSTICAS DO FOGÃO. • Com um forno e torneiras de controle no lado frontal, fixada em tubo de alimentação (gambiarra). Alimentado por GLP (gás liquefeito de petróleo). Com queimadores dotados de dispositivo "supervisor de chama". Especificações: 95x60,5x50cm. Possui mesa in, puxador de alumínio escovado, grades de aço, acendimento automático, forno com grades deslizantes e luz de lâmpada.	UND	5	826,79	4133,95
1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 4133,95

LOTE: 00009 - FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00014	00044329	FREEZER VERTICAL COMERCIAL 450L Freezer vertical comercial com capacidade mínima de 450 litros, com sistema frost free (sem acúmulo de gelo) • Congelador (freezer) vertical, com uma porta sólida em aço com auto fechamento, melhor vedação térmica e controle de temperatura por termostato • Temperatura no mínimo, entre 0°C a -18°C -. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega. Freezer com pés reguláveis. Tensão: 220V. Dimensões: 1950x670x600mm. Contém 3+base classe climática	UND	5	4415,00	22075,00
1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 22075,00

LOTE: 00010 - GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00017	00044333	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS Refrigerador vertical de quatro portas e capacidade mínima de 765 litros, com visor de temperatura e degelo automático natural. Temperatura de operação: entre +1 °C e +7°. Gabinete com quatro portas. Conta com 4 prateleiras aramadas reguláveis, com estrutura monobloco. Acabamento em aço inox 430 e revestimento interior em aço galvanizado. Possui pés niveladores ajustáveis. Refrigeração em ar forçado com serpentina aletada. Controlador de temperaturas eletrônico digital, com indicador de temperatura de degelo automático natural. Dimensões: frente 1183mm, profundidade: 666, altura:2030mm. Tensão: 127 ou 220.	UND	6	7887,25	47323,50
1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 47323,50

LOTE: 00011 - LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00020	00020551	LAVADORA DE ROUPA TIPO TANQUINHO, SEMIAUTOMATICA, 10KG Com programação pra várias funções de lavagem; corpo em material resistente; dimensões aproximadas do produto: 56Px48,3Lx97A; Tensão:110v. Com garantia de 12 meses ou superior.	UND	20	568,97	11379,40
1 Itens		Valor Total Estimado do Lote				R\$ 11379,40

LOTE: 00012 - PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO						
Ítems(*)	Código	Especificação	UNID.	Quantidade	Unitário	Valor Total
00022	00044347	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO Troca de refil. Tensão: 110V. Dimensões: 38x32x46cm. Filtro ecológico. Refrigeração por compressor. • Cordão de alimentação (rabicho) certificado pelo INMETRO, com indicação da voltagem. Garantia mínima de um ano a partir da data de entrega, contra defeitos de fabricação.	UND	15	799,00	11985,00



1 Itens	Valor Total Estimado do Lote	R\$ 11985,00
Valor Global Estimado - Total Geral		R\$ 280217,95



PARECER

Processo Administrativo: nº 003266/2025

Requerente: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Objeto: Análise de MINUTA DE EDITAL e CONTRATO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE para atender aos educandos das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência anexo I do Edital.

EMENTA: Parecer Jurídico. Direito administrativo. Licitação. Modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024. Cabimento. Parecer neste sentido.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Cuidam os presentes autos de processo originário da Secretaria Municipal de Saúde (SEMED), no qual requer a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE para atender aos educandos e funcionários da Rede Municipal de Ensino, tendo em vista que o procedimento anterior foi encerrado com itens desertos, ou seja, sem propostas válidas por parte dos fornecedores participantes.

Assim, esta nova tentativa de aquisição visa dar continuidade ao planejamento da Secretaria de Educação, a fim de atender aos educandos das Unidades Educacionais, conforme as especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Dentre os bens a serem adquiridos, destacam-se os seguintes itens de uso institucional e pedagógico, muitos deles voltados à infraestrutura de apoio e ao fortalecimento das atividades desenvolvidas em escolas e centros de atendimento ao público:

- Bebedouro industrial em coluna com 3 torneiras, voltado ao consumo coletivo de água potável;
- Casa de bonecas com selo de conformidade do INMETRO, adequada para fins educativos e recreativos;
- Centrífuga de frutas, destinada à preparação de sucos naturais;





- Escorregador grande, para uso em espaços de recreação infantil;
- Espremedor comercial de frutas cítricas, próprio para uso intensivo em cozinhas institucionais;
- Fogão comercial com 6 queimadores e 1 forno, adequado ao preparo de refeições em grande escala;
- Fogão residencial (linha branca) com 4 queimadores, para uso em espaços de menor demanda;
- Freezer vertical comercial com capacidade de 450 litros, destinado ao armazenamento de alimentos perecíveis;
- Geladeira vertical industrial com 4 portas, com capacidade e estrutura para atender ambientes institucionais;
- Lavadora de roupas tipo tanquinho, semiautomática, voltada ao apoio nas atividades de higienização;
- Purificador de água refrigerado, com troca de refil e tensão de 110V, garantindo qualidade e segurança na oferta de água potável.

Todos os itens mencionados foram especificados de modo a atender às necessidades operacionais dos setores demandantes, observando-se critérios técnicos de funcionalidade, durabilidade, segurança e conformidade regulatória (inclusive quando exigido selo de certificação, como o do INMETRO), compondo o escopo do objeto licitado.

A Secretaria Municipal de Educação tem como objetivo oferecer uma educação de qualidade, focada em um ensino de excelência, voltado para o desenvolvimento e formação integral dos alunos, transformando a escola em um espaço constante de experiências que promovam cidadania, equidade e inclusão.

A educação é um sistema que deve funcionar de maneira harmônica e dedicada ao alcance dos objetivos de aprendizagem, e esse processo não depende apenas de recursos humanos, mas também de materiais, sendo necessários investimentos para viabilizar o processo educacional.

É fundamental promover investimentos no ambiente físico das escolas, não apenas na organização das salas de aula, mas também na criação de bibliotecas, laboratórios e melhorias nos setores administrativos e pedagógicos.

A aquisição de materiais permanentes se justifica por serem itens essenciais ao funcionamento da escola, garantindo que o processo educacional ocorra sem dificuldades. O objetivo dessa aquisição é resolver problemas relacionados às condições físicas das escolas, proporcionando melhores condições de trabalho para os servidores e de ensino para os alunos.





Essa aquisição também busca atender a uma antiga demanda da comunidade, adequando o ambiente de trabalho para que os profissionais possam atuar de forma mais eficiente. Isso assegura que as unidades escolares alcancem altos índices de aprendizagem, fundamentais para o desenvolvimento e progresso do município. Atualmente, o município não possui um plano anual de contratações, que está em fase de elaboração.

Os bens possuem características de bens comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no edital, com base em especificações usuais de mercado, conforme o art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A empresa vencedora do processo licitatório deverá arcar com todos os custos de transporte dos produtos, garantindo que sejam itens novos, de boa qualidade e lacrados. Ela também será responsável pelas garantias legais, conforme o Código de Defesa do Consumidor, incluindo a substituição dos produtos, se necessário.

A contratação está condicionada à existência de prévia dotação orçamentária, conforme exigido pelo art. 95 da Lei nº 14.133/2021. A Secretaria Municipal de Educação indicou a disponibilidade de recursos no orçamento para a execução do objeto contratado.

A modalidade de licitação deve ser escolhida em conformidade com o valor estimado da contratação e com os critérios estabelecidos pela legislação vigente. A análise do processo licitatório deverá considerar a modalidade adequada, sendo comum o Pregão ou a Tomada de Preços, conforme as especificidades do objeto.

De acordo com o art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, o ETP é imprescindível para demonstrar a viabilidade técnica, econômica e ambiental da contratação, assegurando que os serviços propostos atendam às necessidades da Administração de forma eficiente e com o menor custo possível.

Toda a documentação necessária para a instrução processual foi devidamente juntada aos autos, incluindo: Estudo Técnico Preliminar; Termo de Referência; Documento de Formalização da Demanda; Pesquisas de preços; Manifestação favorável da contabilidade.

A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, e no Decreto Municipal nº 2011/2024, além das demais disposições estabelecidas no Termo de Referência.

É o relatório. Passo a opinar.





A Nova Lei de Licitações, ao tratar sobre as atribuições do órgão de Assessoramento Jurídico da Administração, estabelece que cabe a ele realizar prévio controle de legalidade, mediante análise jurídica das contratações públicas.

Dentre tais atribuições, está a análise de questões envolvendo as contratações públicas. Nesse sentido, é o que se extrai do § 4º do artigo 53 da Lei nº 14.133/21:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

(...)

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, §1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - Apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem





incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Consigne-se que a presente análise considerará tão somente os aspectos estritamente jurídicos da questão trazida ao exame desta Assessoria Jurídica, partindo-se da premissa básica de que, ao propor a solução administrativa ora analisada, o administrador público se certificou quanto às possibilidades orçamentárias, financeiras, organizacionais e administrativas, levando em consideração as análises econômicas e sociais de sua competência.

Desta feita, verifica-se que a atividade do Assessor Jurídico atuante junto ao Núcleo de Licitações e Contratos, assim como ocorre com a atividade advocatícia de maneira geral, limita-se à análise da compatibilidade jurídica da matéria trazida a exame.

Sem prejuízo disso, é possível que sejam sugeridas soluções vislumbradas por esta unidade de Assessoramento Jurídico, as quais devem ser objeto de consideração por parte do gestor, que detém, no entanto, a palavra final sobre a implementação de políticas públicas no âmbito municipal, nos limites do seu juízo de mérito.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Trata-se de análise de Processo Licitatório, cuja modalidade é PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO. Em detida análise aos autos, verifico que o processo vem acompanhado de solicitação de abertura de procedimento, termo de referência, orçamentos e minuta de edital e contrato.

Nele constam os elementos substanciais ao fiel andamento da fase inicial da modalidade de licitação, como a definição do objeto, fiscalização da execução do objeto, entre outros documentos, incluindo a dotação orçamentária, que indica a fonte dos recursos necessários para a eventual contratação.

Por essa razão, encontra-se assegurada a regularidade jurídica da instrução da fase interna (preparatória) do presente Processo Licitatório, vez que observada a sua compatibilidade com aquilo que define o ordenamento jurídico vigente, isso porque junto a solicitação de abertura do procedimento licitatório encontra-se todos os documentos necessário para dar seguimento ao certame.

DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL DE LICITAÇÃO





A Lei nº 14.133/21, em seu art. 53, I e II, estabelece que:

Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;**
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.**

O art. 25 do mesmo diploma estabelece quais são os critérios mínimos (exigências), que deverão ser contemplados na minuta do Edital, quais sejam:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

A presente minuta de Edital identificou a modalidade licitatória escolhida (PREGÃO) e o critério de julgamento das propostas (forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM), além de definir o objeto da licitação e os prazos legais.

Foram estabelecidas as exigências de habilitação dos proponentes, incluindo habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e apresentação de declarações, bem como as condições de participação no certame e as orientações acerca da interposição de impugnações e recursos administrativos.

O edital também dispõe sobre as sanções administrativas em caso de descumprimento, as obrigações do contratante e do contratado, as condições de pagamento e outras disposições específicas, além dos anexos necessários para a formalização da contratação.

Trata-se da análise jurídica para a contratação por Pregão Eletrônico visando a aquisição de material permanente para atender aos educandos e funcionários da Rede Municipal de Ensino de Itarana/ES, com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

A modalidade licitatória proposta é o pregão, conforme indicado no processo administrativo, em razão de o objeto licitado enquadrar-se como bens comuns, passíveis de padronização e definição de critérios objetivos de qualidade.





No âmbito do planejamento e da execução de políticas educacionais, a Secretaria Municipal de Educação elaborou um termo de referência detalhado para a aquisição de bens essenciais ao funcionamento e à estruturação das unidades escolares.

O documento, submetido à apreciação da Comissão de Planejamento e Contratação, foi devidamente aprovado, garantindo que os objetos, especificações e quantidades estejam claramente definidos para a futura contratação pelo ente público.

Entre os itens previstos para aquisição, destacam-se equipamentos e mobiliários que visam melhorar a infraestrutura das escolas e a qualidade do ambiente educacional.

Com essa iniciativa, a administração pública reforça o compromisso com a melhoria das condições de ensino, proporcionando um ambiente adequado tanto para os alunos quanto para os profissionais da educação, garantindo maior conforto, eficiência e qualidade nos serviços prestados.

Dentre os bens a serem adquiridos, destacam-se os seguintes itens de uso institucional e pedagógico, muitos deles voltados à infraestrutura de apoio e ao fortalecimento das atividades desenvolvidas em escolas e centros de atendimento ao público.

- Bebedouro industrial em coluna com 3 torneiras, voltado ao consumo coletivo de água potável;
- Casa de bonecas com selo de conformidade do INMETRO, adequada para fins educativos e recreativos;
- Centrífuga de frutas, destinada à preparação de sucos naturais;
- Escorregador grande, para uso em espaços de recreação infantil;
- Espremedor comercial de frutas cítricas, próprio para uso intensivo em cozinhas institucionais;
- Fogão comercial com 6 queimadores e 1 forno, adequado ao preparo de refeições em grande escala;
- Fogão residencial (linha branca) com 4 queimadores, para uso em espaços de menor demanda;
- Freezer vertical comercial com capacidade de 450 litros, destinado ao armazenamento de alimentos perecíveis;
- Geladeira vertical industrial com 4 portas, com capacidade e estrutura para atender ambientes institucionais;
- Lavadora de roupas tipo tanquinho, semiautomática, voltada ao apoio nas atividades de higienização;
- Purificador de água refrigerado, com troca de refil e tensão de 110V, garantindo qualidade e segurança na oferta de água potável.

Todos os itens mencionados foram especificados de modo a atender às necessidades operacionais dos setores demandantes, observando-se critérios técnicos de





funcionalidade, durabilidade, segurança e conformidade regulatória (inclusive quando exigido selo de certificação, como o do INMETRO), compondo o escopo do objeto licitado.

A Secretaria Municipal de Educação tem como objetivo oferecer uma educação de qualidade, focada em um ensino de excelência, voltado para o desenvolvimento e formação integral dos alunos, transformando a escola em um espaço constante de experiências que promovam cidadania, equidade e inclusão.

A solicitação foi apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, que elaborou o Termo de Referência, identificando a necessidade de materiais permanentes, que pela sua natureza, são classificados como bens comuns, conforme disposto no Art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

A Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais para licitações e contratos administrativos, é o principal normativo que fundamenta a modalidade de licitação proposta neste parecer. Em especial, destacam-se os seguintes dispositivos:

Pregão como modalidade obrigatória: O Art. 28 da Lei nº 14.133/2021 enumera as modalidades de licitação, e o **pregão** está incluído como a modalidade preferencial para aquisição de bens e serviços comuns. Já o Art. 6º, inciso XLI, define o pregão como "a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou de maior desconto".

O critério a ser adotado, de acordo com o escopo da presente licitação, é o menor preço, considerando que os bens a serem adquiridos são de natureza comum, ou seja, possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital, como previsto no Art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

1. **Objeto passível de pregão:** O Art. 29 da referida lei também estabelece que o **pregão será adotado sempre que o objeto da contratação puder ser descrito com especificações usuais de mercado**, o que é o caso dos materiais permanentes solicitados. Esses materiais podem ser descritos com precisão no edital de licitação, utilizando-se especificações amplamente reconhecidas no mercado, garantindo, assim, competitividade e objetividade no processo.
2. **Rito procedimental:** O rito do pregão eletrônico segue as regras gerais previstas no **Art. 17** da Lei nº 14.133/2021, que estabelecem as fases de apresentação de propostas, julgamento, habilitação e homologação. O pregão se diferencia das demais modalidades pela inversão das fases, iniciando-se pela disputa de preços entre os licitantes, para, somente após, serem analisadas as documentações de habilitação do vencedor. Este procedimento confere maior celeridade e economia ao processo, além de garantir a ampliação da competitividade.





3. **Vantagens do Pregão Eletrônico:** O **Pregão Eletrônico**, previsto no Decreto nº 10.024/2019 e regulamentado pela Lei nº 14.133/2021, é uma modalidade que visa proporcionar maior publicidade, competitividade e controle social ao processo licitatório. Ao ser realizado em ambiente eletrônico, permite a participação de um maior número de fornecedores de diversas localidades, promovendo um processo mais transparente e competitivo.

Diante dos fatos apresentados e com base na legislação aplicável, opina-se favoravelmente pela adoção da modalidade de Pregão Eletrônico para a aquisição de material permanente destinado à Rede Municipal de Ensino de Itarana/ES, conforme as disposições da Lei nº 14.133/2021.

A escolha do pregão é adequada, visto que os bens a serem adquiridos possuem padrões de qualidade e desempenho definidos, sendo bens comuns conforme o conceito legal.

Recomenda-se, ainda, que o Edital da licitação contenha especificações claras e detalhadas dos itens a serem adquiridos, assegurando a competitividade e o atendimento às necessidades da Administração Pública.

Do exposto encontra-se, regular as cláusulas inseridas na minuta do edital, vez que em consonância com o que definido no art. 25 da Lei nº 14.133/21.

DA ANÁLISE DA MINUTA DO CONTRATO

A presente manifestação jurídica tem como objetivo analisar a minuta de contrato, elaborado com base na Lei nº 14.133/2021, referente à aquisição de material permanente para atender às necessidades dos educandos e funcionários da Rede Municipal de Ensino de Itarana-ES.

A modalidade licitatória escolhida foi o Pregão Eletrônico, em consonância com a legislação vigente, e o contrato será formalizado após a conclusão do processo licitatório, que teve como base o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e o Documento de Formalização de Demanda.

A análise jurídica fundamenta-se nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, que regula as contratações públicas, abordando os aspectos essenciais que devem compor a minuta de contrato, incluindo os direitos e obrigações das partes, bem como as cláusulas necessárias para assegurar a correta execução do objeto contratado.

1. Modificação da Lei nº 14.133/2021 e a modalidade de Pregão Eletrônico:
A **Lei nº 14.133/2021**, que substitui a Lei nº 8.666/93, trouxe inovações importantes no que se refere aos processos licitatórios e contratuais, com o objetivo de promover maior eficiência, competitividade e transparência. Nos





termos do **Art. 6º, inciso XLI**, o pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de **bens e serviços comuns**, sendo perfeitamente aplicável para a aquisição de material permanente, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido.

A modalidade escolhida, o Pregão Eletrônico, está prevista no Art. 28, inciso I, e é regulamentada pelo Art. 29 da referida lei, que estabelece que o pregão deve ser adotado sempre que o objeto puder ser descrito por especificações usuais de mercado.

Nesse sentido, a aquisição dos materiais permanentes, dentre os bens a serem adquiridos, destacam-se os seguintes itens de uso institucional e pedagógico, muitos deles voltados à infraestrutura de apoio e ao fortalecimento das atividades desenvolvidas em escolas e centros de atendimento ao público

1. Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Documento de Formalização de Demanda: A formalização prévia de um **Termo de Referência**, conforme o **Art. 18** da Lei nº 14.133/2021, é imprescindível para definir o objeto do contrato e fornecer as especificações técnicas detalhadas, o que garante a clareza na descrição dos bens a serem adquiridos. O **Estudo Técnico Preliminar** é igualmente importante, pois avalia a viabilidade técnica da contratação e fornece dados acerca das especificações do material necessário, assegurando que o processo licitatório atenda às reais necessidades da Administração.

O Documento de Formalização de Demanda é outro instrumento essencial, uma vez que demonstra de forma clara a necessidade da aquisição, vinculando o processo licitatório ao planejamento orçamentário e à efetiva demanda da Rede Municipal de Ensino, conforme prevê o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1. Cláusulas obrigatórias e essenciais ao contrato: A minuta de contrato deve observar as cláusulas obrigatórias previstas no **Art. 92** da Lei nº 14.133/2021, garantindo a segurança jurídica da relação contratual. Entre as cláusulas essenciais que devem constar na minuta, destacam-se:

- a) Objeto e descrição dos bens: O contrato deve descrever de forma detalhada o objeto da contratação, que, neste caso, é a aquisição de material permanente para atender os educandos e funcionários da Rede Municipal de Ensino de Itarana-ES.
- b) Prazo de execução: O prazo de entrega dos materiais deve ser especificado, com as condições de recebimento definidas, conforme as normas de controle de qualidade e verificação técnica.
- c) Preço e forma de pagamento: De acordo com o Art. 92, inciso II, o contrato deve estipular o valor da contratação, as condições de pagamento e o cronograma financeiro, que pode ser em parcela única ou em conformidade com a entrega e aprovação dos materiais adquiridos.
- d) Garantias: Devem ser previstas as garantias que o contratado deverá prestar, conforme a natureza do objeto, e em consonância com o Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, para assegurar a fiel execução do contrato.





e) Sanções e penalidades: O contrato deve prever as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações, conforme previsto nos Arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021. As penalidades podem incluir multas, advertências ou até mesmo a rescisão contratual, dependendo da gravidade do descumprimento.

f) Direitos da Administração Pública em caso de rescisão: A minuta deve prever as hipóteses de rescisão unilateral pela Administração, assegurando o cumprimento dos direitos previstos no Art. 138 da Lei nº 14.133/2021, como a retenção de valores, aplicação de sanções e a possibilidade de contratação emergencial para suprir o serviço em caso de descumprimento contratual.

2. **Fiscalização e acompanhamento da execução contratual:** A Administração deverá designar um fiscal de contrato, conforme previsto no **Art. 117** da Lei nº 14.133/2021, que será responsável por acompanhar a execução contratual, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições de entrega. A fiscalização é essencial para garantir que os materiais permanentes sejam entregues em conformidade com os padrões exigidos e dentro do cronograma estabelecido.

Após a análise jurídica da minuta de contrato para a aquisição de material permanente, é possível concluir que a escolha da modalidade de Pregão Eletrônico, fundamentada nos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, é adequada e vantajosa para a Administração Pública.

O procedimento licitatório, embasado no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e no Documento de Formalização de Demanda, assegura a eficiência e a transparência do processo.

Recomenda-se a aprovação da minuta de contrato, desde que incluídas as cláusulas obrigatórias previstas na legislação e observados os requisitos formais, garantindo o atendimento adequado às necessidades da Rede Municipal de Ensino de Itarana-ES.

PELO EXPOSTO, encontrando-se o processo dentro dos permissivos legais, motivo pelo qual exaro parecer **FAVORÁVEL**, a realização do certame licitatório pretendido pela Administração Pública, **Modalidade PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, com amparo na **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024.

Ressalte-se, por fim, que o presente parecer é peça meramente opinativa, na forma da jurisprudência do STF (MS 24073-DF – Rel. Min. Carlos Velloso, inf. 296) ficando a decisão a cargo da autoridade superior.

Itarana/ES, 28 de julho de 2025.





Assinado por PAULO SERGIO RIZZO 034.***.***.**
MUNICIPIO DE ITARANA
28/07/2025 10:04:15

PAULO SÉRGIO RIZZO

Procurador Municipal - OAB/ES 8.330





DESPACHO

ASSUNTO: Contratação de empresa para o fornecimento de material permanente, cuja aquisição anterior foi encerrada com itens desertos

De: Prefeito Municipal

Para: CPL – Comissão Permanente de Licitações

Requerente: Secretaria Municipal de Educação

Requerimento: 003266/2025

Prezados,

Encaminho o processo a essa Comissão Permanente de Licitações - CPL para abertura do procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar Nº 123/2006, Decreto Municipal Nº 2011/2024 e Decreto Municipal Nº 2013/2024, conforme Minuta do Edital e anexos, asseverando que o Setor de Licitação deverá observar em tudo, os procedimentos legais.

Na qualidade de Ordenador de Despesas do Município, declaro para os devidos fins de legalidade, que existem recursos orçamentários e financeiros, para o atendimento das despesas referente a este processo, com base na Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme Art. 16, Inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº. 101/2000.

Itarana/ES, 01 de agosto de 2025

Assinado por VANDER PATRICIO 096.***.***-**
MUNICIPIO DE ITARANA
01/08/2025 09:46:09

VANDER PATRICIO
Prefeito Municipal de Itarana

